



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MERCÊS DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA

JOSUÉ DE CASTRO: PENSAMENTO E AÇÃO
A gênese do Plano de Segurança Alimentar

Recife
2010

MERCÊS DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA

JOSUÉ DE CASTRO: PENSAMENTO E AÇÃO
A gênese do Plano de Segurança Alimentar

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Mestre, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Eliane Veras Soares

Recife
2010

Silva, Mercês de Fátima dos Santos

Josué de Castro, pensamento e ação: a gênese do plano de segurança alimentar / Mercês de Fátima dos Santos Silva. -- Recife: O Autor, 2010.

128 folhas, il., graf., tab., mapas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2010.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Sociologia. 2. Castro, Josué de. 2. Pensamento. 3. Plano de Segurança – Alimentos. I. Título.

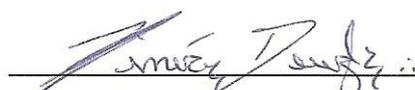
**316
301**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2010/132**

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de MERCÊS DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

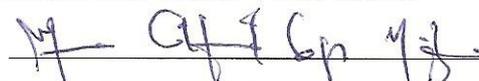
Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para a **Defesa de Dissertação de MERCÊS DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA**, intitulada “**JOSUÉ DE CASTRO – PENSAMENTO E AÇÃO: A Gênese do Plano de Segurança Alimentar**”. A Comissão foi composta pelos Professores: **Profa. Dra. Eliane Veras Soares (Presidenta/Orientadora); Profa. Dra. Maria Aparecida Lopes Nogueira - Titular Externa (PPGA/UFPE); Profa. Dra. Silke Weber – Titular Interna (PPGS/UFPE)**. Dando início aos trabalhos, a **Profa. Dra. Eliane Veras** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra à autora da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar, a **Profa. Dra. Eliane Veras**, presidenta da mesa e orientadora da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade, com indicação para publicação de artigos**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretário do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 31 de agosto de 2010.



Vinicius Douglas da Silva Nascimento – Secretário



Profa. Dra. Eliane Veras Soares



Profa. Dra. Maria Aparecida Lopes Nogueira



Profa. Dra. Silke Weber



Mercês de Fátima dos Santos Silva

**À memória de Selma Maria, Mainha,
mulher-caranguejo, assim como tantos
homens-caranguejos deste país de
famintos**

De todo o amor que eu tenho
Metade foi tu que me deu
Salvando minh'alma da vida
Sorrindo e fazendo o meu eu

Se queres partir ir embora
Me olha da onde estiver
Que eu vou te mostrar que eu tou pronta
Me colha madura do pé

Salve, salve essa nega
Que axé ela tem
Te carrego no colo e te dou minha mão [...]
Minha vida depende só do teu encanto
[Mainha] Pode ir tranquila
Teu rebanho tá pronto

Teu olho que brilha e não para
Tuas mãos de fazer tudo e até
A vida que chamo de minha
Neguinha, te encontro na fé

Me mostre um caminho agora
Um jeito de estar sem você
O apego não quer ir embora
Diacho, ele tem que querer

Ó meu pai do céu, limpe tudo aí
Vai chegar a rainha
Precisando dormir
Quando ela chegar
Tu me faça um favor
Dê um banto a ela, que ela me benze aonde eu for

O fardo pesado que levas
Desagua na força que tens
Teu lar é no reino divino
Limpinho cheirando alecrim
(Maria Gadú)

AGRADECIMENTOS

Antes de proferir meus agradecimentos, quero destacar que esta dissertação significa muito mais que um instrumento para obtenção do grau de Mestre. A pesquisa em mãos resgata parte da minha trajetória de vida. Traz implícita em suas entrelinhas a motivação pessoal por estudar a biografia de um personagem que ousou pensar um mundo sem fome. Fome não apenas de escassez de alimentos, não apenas quantitativa, mas, qualitativa.

Eu vim deste mundo da fome que reduz a perspectiva e a expectativa de vida de milhares de homens e mulheres-caranguejos que vagam e vegetam por terras próximas e distantes. A estes são negados acesso a alimentação, saúde e moradia digna. Ínfima parcela escapa deste círculo da pobreza. Se saem, trazem consigo marcas profundas de esforço “sobrenatural”, sobre humano; de paciência e negação ao reino da terra.

Assim, nego este reino da terra, não me reduzindo apenas ao cumprimento do espaço acadêmico. Os resultados aqui relatados perpassam todas as esferas de minha existência, estreitando-me, expandindo-me. Confesso que conviver com esta negação por vezes mais me estreitou do que me expandiu.

Contudo, concluindo mais um rito, devo agradecer aos protagonistas que me constituem e me fazem parte deste reino. À minha mainha – *fonte de sabedoria, onde tudo eu poderia achar. Seu sorriso doce, sua felicidade inexplicável, seu afago e seu doce canto de paz. Dela vou sempre lembrar* (MB). Ao meu pai pela grandeza de ser, por permitir e confiar nas minhas escolhas e decisões.

Aos meus irmãos Jailton José, Cristiano José e Maria Jaciara pelo carinho e conforto familiar e, sobretudo, pelos sobrinhos saudáveis e maravilhosos que me alegram a vida (Luquinha, Guido, Netinho, Thiaguinho e Heloíse). À minha tia Xôxa, por se tornar ainda mais presente na ausência da minha mãe. A todos os meus tios e tias, primos e primas que em ações silenciosas ajudam-nos a superar a dor da perda de nossa mainha – a vocês agradeço por ter um lar, uma família que estará sempre esperando por mim, nos momentos felizes e difíceis. Percorrei o mundo, mas é na minha casa e na minha terrinha que encontro as melhores paisagens e as melhores canções...

E é na terrinha, na quinta maravilha do mundo, na amável Carpina, que fiz irmãos de alma que não me fazem desistir – Sandro, Lucas Melo, Elvira Carla, Ana Regina, Oséias, Clodoaldo, Jandson Souza, Silvânia, Bethânia, Cizo Tatoon, Allan, Edmilson, Ângela, Toinho. Com todos vocês, aprendi que bons amigos sempre estarão por perto. Podemos percorrer o

mundo, um sem o outro, mas estaremos juntos. Hoje eu não acompanho cotidianamente seus passos, mas tenho a certeza que eles continuam com a mesma dignidade, simplicidade e o mesmo olhar que transmite confiança.

Dentre estes não poderia deixar de tecer minha admiração por Lucas, meu avesso, meu reflexo. A Jan, um companheiro admirável, que escuta, com muita paciência, os meus delírios, um tanto que ingênuo da vida. À Elvira, pela graciosidade e carinho que me dedica; À Regina, pela loucura e obsessão de querer a cura para nós, amigos loucos e insanos. E a meu Sandrinho, amigo há mais de duas décadas. Com vocês sempre encontro a velha e doce paisagem!

Nos ares fortes e tranqüilos, densos e leves de Recife, também fiz grandes amigos. Não podendo deixar de falar da minha *tchurma* maravilhosa, *Só o mito é verdadeiro*. Na diversidade de ideologias e personalidades que compunha essa turma, construí fortes amizades que me marcaram profundamente. Algumas permaneceram, outras se foram sem dizer adeus. Mas, o fato é que não esquecerei deles – da acolhida, do conforto e da simplicidade de receber a menina que Izidro, descreveu tão bem:

a menina isolada que estava do lado esquerdo da sala, rente a parede (de janelas cravadas de vidros), em uma fila de estranhos, perdida na primeira tarde de um novo tempo. Estática, fincada na cadeira, presa no próprio corpo como pássaro encolhido do mundo. Seu olhar parecia fugir da multidão repleta de sonhos, vontades, euforia, energia... A menina estava presente numa ausência muda e surda, própria daqueles que quando sentem medo, travam o espírito e enrijecem a carne. E as pedras foram tomando formas (elas nunca são elas mesmas). Alguns medos morrendo, outros nascendo... A menina e sua pele de noite saíram em par procurando sentidos pra viver...

Não posso deixar de agradecer a esses amigos que me ajudaram a enfrentar estes medos – Ronaldo Moura (à rudeza e leveza), André (um bom filme), Izidro (boa música), Barbara Luna (à coisa mais linda!), Karina Leão (ao amor), Fernando Semente (ao fusca), Natalia Paulino (à Francisca), Jacira França (à inteligência), Cecília Rito (à doce canção), Mariana Azevedo (à convicção), Luana Lewis (à felicidade), Clélia (Moçambicana arretada!), Márcio Abreu (à maturidade e lucidez), Lenira Pereira (à dedicação), Breno Bittencourt (à sinceridade), Jeíza Saraiva (à intensidade e disponibilidade de querer bem), Aislan Queiroz (irmão-amigo) e Maurício Gonçalves (belo companheiro de nobres utopias).

Aos amigos que ultrapassaram aos muros acadêmicos. Nobres companheiros de boemia e de boa dose de bom senso e lucidez – Raphael Ferrer (à cumplicidade e amizade), Ricardo Santana (à cumplicidade e amizade), Helton (à cumplicidade e amizade), Kleiber Lira (à leveza), Pagú (à convicção), Camila (vivacidade), Victor Rodrigues (boa conversa e o

conforto), Renato Kleibson (ao respeito), George Michael (ao desejo), Marcelinho (à amizade), Raphael Araújo (aos doces delírios), Acayne (à ternura), Juliana China (aos morangos) – a vocês um brinde! Brindo vocês todos os dias.

Dentre estes nobres companheiros de boemia, amantes da música, de um bom samba, e dos belos delírios que a academia pode nos dar, não poderia deixar de citar – Jorge, Paulo Henrique, Rogério Alves, Marcelo, Eduardo e André – a vocês agradeço a boa conversa e a experimentação da vida!

Aos antropólogos que tentam me seduzir, pelos encantos da Antropologia – Gleidson, a quem nutro uma grande admiração; Gilson, doce e denso personagem que num piscar de olhos aprendeu a lidar com todos os meus conflitos, contradições e insensatez; Marcelão, Marcelinho, Lígia, Luciana, Carol, Hugo Menezes (doces, leves, antropólogos) – a vocês agradeço por despertar em mim a antropóloga que sou.

Aos amigos Jairo Manuel, Marcelo Ferrari, Eduardo Vasconcelos, Carla Andréia e Waldermar Neto – a vocês agradeço ao convívio diário, a paciência de compartilhar intensamente este momento tão especial e tão peculiar. Momentos em que estive com os nervos à flor da pele. Momentos de loucuras e insanidades; de recolhimento; de prisão do meu eu. Momentos, muitas vezes, de estupidez. Momentos nem sempre compreendidos, mas aceitados com respeito. Só verdadeiros amigos suportariam todos os choros e sofrimentos, toda a dramaticidade em que encenei para construção desta peça. A vocês, todo carinho e ternura.

E dentre os que suportaram toda minha encenação durante estes dois anos de mestrado, não poderia faltar a turma de Mestrado em Sociologia 2008.1 – Barbara Duarte, Paulo Henrique, Paula Santana, Caio Sotero, Marcio Abreu, Breno, João Paulo, Carolzinha, Micheline Batista e Veridiana. A vocês agradeço por compartilhar não apenas do espaço acadêmico, mas o carinho a mim dedicado no momento em que mais precisei de apoio, de consolo, de uma palavra amiga. Jamais esquecerei da solidariedade prestada. E vocês sabem que são meus amigos de fé, meus irmãos caramaradas, amigos dessa e das jornadas vindouras.

A João Paulo, nobre sociólogo, agradeço ao companheirismo, à mão amiga sempre estendida, ao afeto e admiração que me dedica. Devo-lhe impagáveis favores e vou continuar devendo para mantê-lo sempre perto de mim. Amo você!

Aos amigos fundarpianos – Diomedes Neto (ao olhar), Cristiane Feitosa (à boemia), Larissa Cisne, Cecília Alcantara, Raphaela Rezende, Patrícia Alcântara (à espiritualidade), Lilian Silva (à companhia), Zé Brito (à gasguitagem), Emanuel Bezerra (à boemia e ao trabalho). A Cecília, arquiteta, agradeço ao desenho dos mapas que constam nesta dissertação,

e mais que isso, ao companheirismo no trabalho, ao amor ao próximo. Admiro muitíssimo você, seu sinônimo é garra. A Raphaela e Larissa, que também auxiliaram nos gráficos e mapas, mas, sobretudo, pelo carinho. É bom trabalhar num ambiente em que encontro pessoas de alma bondosa.

A Álvaro Alves pela leveza de ser, pelos bons momentos que me energizava para prosseguir este trabalho.

Agradeço imensamente as minhas irmãs Juliana Pontes, a Rasta, e a Jeíza pela cumplicidade e carinho, pelas trocas de experiências, pelas doces loucuras, pelo convívio. Não sei como agradecer a vocês que são, hoje, responsáveis pelas coisas boas que ando permitindo-me na vida. Sempre penso em vocês de forma doce. Amo vocês!

Ao nobre amigo Normando, meu orientador externo (risos) – não sabes como me enche de alegria receber seus comentários, suas críticas nem sempre leves, mas sempre muito sinceras. Quando não estás por perto tenho e sinto sempre saudades de você, de nossas conversas e da companhia. E como possessiva que sou, é um prazer em dizer: Ele é meu amigo! Agradeço a você por ter contribuído inesgotavelmente com a construção deste trabalho.

A Ricardo Santiago, pela sensibilidade, atenção aos dilemas, por vezes sentimentais, dramáticos de meu espírito. Além do apoio e encorajamento na minha jornada acadêmica. Nunca vou esquecer a confiança que me depositou, sem nada cobrar. Muito obrigada!

Agradeço ainda a Maicon Martins, estudante de medicina em Cuba, que com sua paixão pela obra de Josué de Castro, despertou-me para este estudo.

Ao Centro Josué de Castro, em especial a Nizete Nascimento e Augusta Amaral.

Ao Secretário do Programa de Pós-Graduação, Vinícius Douglas.

Ao Professor Remo Mutzenberg.

Aos estudantes de Graduação de Bacharelado de Ciências Sociais 2008.2.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

À FUNDAJ, em especial a Juceli Bengert, Patrícia Simões e Carlos Sant'anna.

À professora Silke, pela disposição em contribuir com este trabalho.

À querida professora Cida, que admiro tanto pela leveza, por encantar almas; pelo convite encorajador de escrever junto comigo um artigo sobre Josué de Castro. Fiquei muito feliz com a nobre parceria.

À professora Tânia Elias Magno da Silva, pela sensibilidade com que estuda e divulga a obra de Josué de Castro.

À minha orientadora, Eliane Veras, pela paciência, pelo apoio, pela confiança, pela cumplicidade em meus momentos particulares e, também, pelos puxões de orelha, fundamentais para o meu amadurecimento pessoal.

A todos boas energias e muito axé!

O pensamento é como a alma, eterno. A ação, como o corpo, é mortal.

Gustave Flaubert

O pensamento é a ação ensaiando.

Sigmund Freud

RESUMO

Esta dissertação é uma biografia sociológica que tem como objetivo compreender a obra de Josué de Castro, considerando-a como um manifesto científico-propositivo de sua ação política. Deste modo, busca-se identificar como seu pensamento intelectual-acadêmico o tornou um dos intelectuais políticos mais atuantes na política nacional e internacional a partir do tema-mestre de suas obras: a fome. Temática que se constitui como sua obsessão e que percorre boa parte da sua trajetória de homem da ciência e homem da política. Dada a sua intensa atividade intelectual e política, e à multiplicidade de artigos publicados em diversos idiomas, este estudo toma como principal referência o livro de maior notoriedade, *Geografia da Fome* (1946). Entende-se que esta obra constitui a primeira tentativa de construção do Plano Político de Segurança Alimentar no Brasil, e que suscitou questões acerca de uma realidade incômoda: a miserabilidade e a exclusão presente na sociedade brasileira. Neste sentido, o presente estudo enfatiza que Josué de Castro é um personagem na teia social de seu tempo, que está indiscutivelmente no palco do pensamento social brasileiro. Entretanto, na hierarquia dos intérpretes brasileiros ele encontra-se no rol dos “esquecidos”. Trilhou um caminho inverso dos de sua geração, mas de onde fluiu debates, ações e proposições políticas voltadas para o combate das iniquidades sociais. Assim, dissertar sobre Josué de Castro foi percorrer uma mentalidade de uma época e de um indivíduo que ousou lutar pelo fim da fome. Mais que isso, foi desbravar não apenas sua dimensão intelectual e política, mas encontrar o que há de mais relevante na alma humana: a sensibilidade, a afetividade, sobretudo suas contradições, inconstâncias, alegrias, tristezas, seus eternos duelos entre razão e emoção, vaidade e humildade, amor e ódio, subjetividade e objetividade, próprios de qualquer ser humano, especialmente de quem fez de um tema científico um manifesto político.

Palavras-chave: Josué de Castro; Pensamento, Segurança Alimentar.

ABSTRACT

This dissertation is a sociological biography that aims to understand the work of Josué de Castro, considering it a propositus-scientific manifesto of his political activity. Thus, it seeks to discover how his intellectual-academic thinking turned him into one of the most active political intellectuals in national and international politics, based on the master theme of his works: hunger. A theme that was an obsession to him and permeated a considerable part of his trajectory as a man of science and as a man of politics. Given his intense intellectual and political activity, and the multiplicity of articles published in various languages, this study takes as its main reference his most well-known book, *The Geography of Hunger* (1946). We believe that this work constitutes the first attempt in Brazil for building the Food Security Policy Plan, and that it raised questions about an uncomfortable reality: the misery and exclusion in Brazilian society. In this sense, the present study emphasizes that Josué de Castro is a character within the social fabric of his time who was unquestionably on the forefront of Brazilian social thinking. Nevertheless, in the hierarchy of Brazilian performers, he is on the list of the "forgotten". Contrary to those of his generation, he tread a path along which flowed debates, activities and political proposals aimed to tackle social iniquities. So, to write on Josué de Castro is traversing the mentality of an era and about an individual who dared to struggle for the end of hunger. More than that, he was to tame not only his political and intellectual dimension, but to discover what is most relevant in the human soul: sensitivity, affectivity, particularly the contradictions, inconsistencies, joys, sorrows, and the eternal duel between reason and emotion, vanity and humility, love and hate, subjectivity and objectivity inherent in any human being, specially who made a political manifesto from a scientific issue.

Keywords: Josué de Castro; Thinking; Food Security.

LISTA DE TABELAS, MAPAS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela 1 – Como você ouviram falar de Josué de Castro.....	20
Tabela 2 – Estudiosos de Josué de Castro	25

MAPA

Mapa 1 - Mapas das Áreas alimentares do Brasil analisadas por Josué de Castro	92
Mapa 2 - Mapa das Principais Carências Existentes nas Diferentes Áreas Alimentares do Brasil	95
Mapa 3 – Mapa Atual da Fome	111

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de Segurança Alimentar do Brasil Urbano e Rural.....	112
---	-----

LISTA DE SIGLAS

ASCOFAM	Associação Mundial de Luta Contra à Fome
CID	Centre International pour le Developpement
CNA	Centro Nacional de Alimentação
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
INUB	Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPENO	Operação Nordeste
PDS	Partido Democrático Social
PDC	Partido Democrata Cristão
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PRP	Partido Republicano Progressista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SNA	Serviço Nacional de Alimentação
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICAMP	Universidade de Campinas

SUMÁRIO

1. Introdução.....	17
2. Capítulo I – O Método Biográfico Sociológico.....	28
2.1. Reflexões sobre os Estudos Biográficos.....	29
2.2. Elias, Mannheim e Mills: “o eu e o nós histórico”.....	38
2.3. Biografia intelectual ou Biografia Sociológica?.....	47
3. Capítulo II – Josué: Um Personagem na Teia Social.....	51
3.1. Entre dois mundos.....	57
3.2. Entre o Recife e o Rio de Janeiro.....	63
3.3. Entre o Médico e o Sociólogo, a revelação do Político.....	69
3.4. Entre o Intelectual e o Político ou Intelectual-Político?.....	75
4. Capítulo III - A Obra: Geografia da Fome.....	79
4.1. Construindo o manifesto de proposições políticas: <i>Geografia da Fome</i>	85
4.2. <i>Geografia da Fome</i> e o Método Ecológico Geográfico.....	92
4.3. O Mapa da Fome.....	94
4.3. Os dois Nordeste em Josué de Castro.....	102
4.4. As ações propositivas.....	109
4.5. A atualidade do Mapa da Fome.....	111
Considerações Finais.....	116
Referências Bibliográficas.....	119
Bibliografia citada de Josué de Castro.....	123
Anexos.....	126
Anexo 1. Mapa elaborado por Josué de Castro em 1937.....	126
Anexo 2. Mapa da Fome elaborado por Josué de Castro em 1946.....	127
Anexo 3. Mapa das Carências Alimentares elaborado por Josué de Castro.....	128

1. INTRODUÇÃO

Este estudo é uma biografia sociológica que tem como objetivo compreender a obra de Josué de Castro, considerando-a como um manifesto propositivo de sua ação política. Neste sentido, perseguirei identificar como seu pensamento intelectual-acadêmico o tornou um dos intelectuais políticos mais atuantes na política nacional e internacional, através do tema-mestre de suas obras: a fome. Temática que se constitui como sua obsessão e que percorre boa parte da sua trajetória de homem da ciência e homem da política.

Dada a sua intensa atividade intelectual-política e a multiplicidade de artigos publicados em diversos idiomas e veículos de informação, essa pesquisa toma como principal referência a obra de maior notoriedade, *Geografia da Fome* (1946), que, a meu ver, lapida seus escritos anteriores e é a estrutura base de seus escritos subseqüentes. Cabe aqui assinalar que, para analisar o reflexo de sua obra em suas ações políticas, focalizarei apenas sua atuação no Brasil até os anos de 1964, ainda que, como bem assinala Schappo (2008), sejam diversas as regiões, cidades e países por onde Josué de Castro projetou e compartilhou ações e ideias, e múltiplos sejam os caminhos pelos quais influenciou e foi influenciado pelas questões de seu tempo.

Assim sendo, torna-se um desafio percorrer os caminhos pelos quais o cientista, o político, o poeta, o romancista e o humanista Josué de Castro deixou marcas. Diante de tal assertiva é que esta dissertação pretende focalizar-se na análise da trajetória de vida de Josué, destacando-se as principais experiências, aqui compreendidas como fundamentais para a construção do Plano Político de Segurança Alimentar Brasileiro que atualmente é bem difundido no país.

A escolha de um personagem para discutir a temática subjacente neste estudo – a atuação de homens públicos numa dada sociedade – parece ser legítima, se partimos do pressuposto da construção do método biográfico sociológico tal como interpretado por Manuel Correia de Andrade (1997), segundo o qual afirma que uma das formas de lançar mão para desvendar, compreender e interpretar a realidade social e seus problemas sócio-culturais é através do estudo do pensamento e da ação de homens públicos, de cientistas e políticos que dedicaram a vida enfrentando resistências para alcançar ideais de emancipação humana.

Neste caso, o personagem escolhido foi Josué de Castro, intelectual pernambucano renomado internacionalmente, que, para seus estudiosos, está indissociável e indiscutivelmente presente no palco do pensamento social brasileiro (ARRUDA, 1997).

Entretanto, na hierarquia dos intérpretes brasileiros encontramos Josué no rol dos “esquecidos”. Esquecidos porque pouco lidos e pouco lidos porque pouco estudados, e pouco estudados [...] porque a história do pensamento social brasileiro é excludente, [...] e omite a importância de alguns autores, independente da obra que escreveram ou do que fizeram em vida, como sinaliza Aguiar (2000, p. 15).

Estas assertivas e outras indagações – do porquê deste apagamento e das razões de não ser lido nem discutido no debate do pensamento social brasileiro nos cursos de graduação em Ciências Sociais – não compõem as questões centrais desta pesquisa. Contudo, foram bases centrais para motivação de pesquisar sobre o intelectual-político Josué de Castro, buscando desse modo, compreender como sua obra (pensamento) se traduz num manifesto científico-político (ação).

É interessante, antes de apresentar a hipótese deste estudo, pontuar aqui o encontro de alguns cientistas sociais, estudiosos de Josué de Castro, com seu pensamento. Tais relatos reafirmam esta perspectiva de apagamento deste pensador no ensino acadêmico das Ciências Sociais. Sirlândia Schappo (UFRJ), autora da Tese de Doutorado “Josué de Castro: por uma agricultura de sustentação (2008)” diz:

O meu encontro com Josué de Castro se deu ainda na graduação de Ciências Sociais, quando, cansada de ler os livros teóricos indicado pelos professores, decidi ir a biblioteca ler uma literatura. Nestas andanças pela biblioteca, entre ácaros e poeiras me deparei com o livro *Geografia da fome*, desde então não larguei mais e senti um desejo profundo de estudar seu pensamento¹.

Antonio Alfredo Teles de Carvalho, autor da Tese de Doutorado (USP) “O pão nosso de cada dia nos dai hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos brasileiros” (2007), acentua:

Meu encontro com Josué de Castro vai dar-se por volta de 1990, ainda no curso de graduação em geografia. O que não significa dizer que tenha ouvido falar nele em sala de aula; que algum professor tenha sequer feito referência a seu nome... Esse encontro vai acontecer através de um livro do saudoso mestre Manuel Correia de Andrade, intitulado “Tendências Atuais da Geografia Brasileira”. Nele, ao esboçar a formação da geografia científica no Brasil, o professor chama a atenção para a importância de Josué de Castro no desenvolvimento da geografia no país e o classifica, juntamente com Caio Prado Jr. e Delgado Carvalho, como fundador da geografia científica no Brasil. Pela primeira vez, ouvi falar no livro *Geografia da fome*. Este título despertou curiosidade².

¹ Palavras pronunciadas no XIV Congresso da Sociedade de Sociologia no Brasil que ocorreu no Rio de Janeiro, em julho de 2009.

² Entrevista concedida a Vandek Santiago. In. Josué de Castro: o gênio silenciado. Recife: Editora Bagaço, 2008.

Renato Carvalheira do Nascimento, que escreveu a dissertação “Josué de Castro: O sociólogo da fome (2003)”, com boa dose de sorte conheceu a obra de Josué de Castro em circunstância ímpar:

Meu conhecimento de Josué de Castro, na verdade, vem desde o berço. Sou filho de Elimar Nascimento e Cristina Carvalheira, ambos pernambucanos, exilados na França no tempo da ditadura, onde nasci. Meu pai ao voltar do exílio ajudou a constituir o Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro juntamente com Arlindo Soares e companhia. Vivi no Recife de 1983 a 1987 e nesse tempo ia ao trabalho dele. Essa foi minha primeira aproximação com o autor. Depois na Universidade de Brasília, época da minha graduação em Relações Internacionais e Sociologia – fiz as duas -, procurei um tema para minha monografia de conclusão do curso de sociologia. Era 96 quando o Chico Science e companhia faziam suas turnês pelo Brasil, inclusive passando várias vezes por Brasília. Suas músicas falavam da fome e de Josué de Castro. Foi aí que o tema escolhido para a monografia – que era inicialmente pobreza, depois fome – passou a ser Josué de Castro³.

Outra estudiosa é Tânia Elias Magno da Silva, uma das grandes admiradoras e entusiastas do pensamento de Josué de Castro. Primeira pesquisadora a sistematizar a vida e obra deste “esquecido”, com sua Tese “Josué de Castro: para uma poética do mangue” (1998), ela relata que o apagamento deste cientista social decorre dos anos da ditadura militar:

[...] Josué de Castro é um autor do meu tempo, aliás, um autor de antes do meu tempo. Ele nasceu em 1908, portanto, eu nasci bem depois dele, quando eu nasci, ele já era um autor consagrado. Mas, ele é um dos autores que marcou muito a geração de 1950, 1960. Com o golpe militar de 1964 ele sai das prateleiras, ele saiu também das bibliotecas, ele saiu das referências. Ele foi cassado, inclusive, é válido lembrar que ele constava da primeira lista dos cassados do golpe militar, um dos primeiros nomes era o dele. Por causa disso, do nome dele estar na primeira lista, uma coisa me chamava muito a atenção. Eu ainda era estudante de graduação, e via nas portas das livrarias em São Paulo, aqueles cestos de livros para vender a qualquer preço, e ali estavam as coletâneas de Josué de Castro, amarradas com barbante, jogadas assim, a cinquenta centavos (o que seria hoje o real, nem sei). Então, isto me chocou muito, por quê? Eu refletia, vai para o lixo para não se perder. Isto passou... Eu li “Homens e Caranguejos”, tive contato com o livro “O medo da fome”. Mas, durante a minha formação, também na Universidade de São Paulo, não se lia Josué de Castro, já no ano de 1979, Josué de Castro não estava mais na relação de autores lidos. Então, quando eu fui fazer o doutorado, e quando antes, fiz o mestrado eu recorri a Josué de Castro, por causa de um dos temas que perpassou minha pesquisa de mestrado: a questão da alimentação, estudando comunidades rurais. Li e reli Josué de Castro para entender um pouquinho dessa coisa da cultura da pobreza, alimentação etc. Mas, passou, será?⁴

Finalmente, “meu casamento” com Josué foi concretizado quando um amigo, Normando Albuquerque, apaixonado pelas idéias deste personagem, sugeriu que fizesse a

³ Entrevista concedida a Vandek Santiago. In. Josué de Castro: o gênio silenciado. Recife: Bagaço, 2008.

⁴ Esta entrevista foi elaborada e realizada por Evaneide de Melo (doutoranda) e por Lailson F. da Silva (mestrando), ambos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, publicada na Revista Eletrônica Inter-Legere, n. 03, jul./dez., 2008.

dissertação sobre seu pensamento, emprestando-me alguns de seus livros. Encantei-me. Anteriormente a este acontecimento, lembrei que anos antes, ainda no terceiro período da graduação, um amigo, militante social, hoje estudante de medicina em Cuba, perguntou-me sobre Josué de Castro. Sinalizei apenas que não tive oportunidade de ler sobre este pensador. Mas, sinceramente, não sabia de quem se tratava, assim como meus companheiros de curso.

Curiosamente, o desconhecimento em torno do “Sociólogo da fome” se repete mesmo no centenário de seu nascimento, quando assistimos parcela significativa de manifestações publicitárias e seminários científicos divulgando e discutindo seu pensamento. Tanto por meio do Centro Josué de Castro como por parte do Governo Lula, que o adota como símbolo das Políticas Públicas Sociais e de Segurança Alimentar, compreendendo a fome como um problema social no país.

Certa vez, quando cheguei numa escola da Rede Estadual do Recife para ministrar uma palestra sobre Josué de Castro⁵, uma professora de história me interrogou – “Que horas Josué de Castro vai chegar?”. Respondi: “As fotos e a exposição sobre ele chegou, mas ele é falecido desde 1973”. Ela continua: “Ele não é aquele repórter que apresenta o jornal da TV Cultura? Não parece?”.

No orkut, site de relacionamentos, há uma comunidade para pessoas que admiram Josué de Castro. Esta comunidade foi criada em Julho de 2004 e tem atualmente 2.083 pessoas. Pois bem, nela foi lançada a seguinte pergunta: Como ouviram falar de Josué de Castro? As respostas não são surpreendentes: das 126 pessoas que responderam, apenas quatro pessoas são do Curso de Ciências Sociais, e, mesmo assim, três delas não ouviram falar de Josué em sala de aula. Confirmam abaixo:

⁵ Participei do Projeto Centenário de Josué de Castro organizado pelo Centro Josué de Castro, ministrando palestra em 15 escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, abarcando algumas escolas da Região Metropolitana, Zona da Mata e Agreste.

Tabela 1. Como ouviram falar de Josué de Castro?

Local	Quant./pessoas	Região do Brasil
Curso de Nutrição	21 pessoas	Região Sudeste (UFRJ)
Curso de Geografia	19 pessoas	Região Nordeste (UFCE, UFC, UFAL)
Documentários	10 pessoas	Região Nordeste e Região Sudeste
Movimento Manguê Beat	36 pessoas	Região Nordeste e Região Sudeste
Netas e Bisnetas	4 pessoas	Região Sudeste (RJ)
Movimentos Sociais	6 pessoas	Região Sudeste
Secundaristas	7 pessoas	Região Nordeste e Região Sudeste
Por acaso	15 pessoas	Região Sudeste e Região Nordeste
Curso de Ciências Sociais	4 pessoas	Região Sudeste
Outros cursos	5 pessoas	3 Região Sudeste
Centro Josué de Castro	2 pessoas	Região Nordeste

Fonte: Pesquisa realizada na Comunidade Josué de Castro no site do Orkut em 20 de maio de 2010.

A maior parcela ouviu falar de Josué de Castro nos Cursos de graduação de Nutrição, Geografia, e com o Movimento Manguê Beat a partir das letras de Chico Science. No curso de Nutrição 60% são da Região Sudeste (sobretudo, da UFRJ⁶) e 30% da UFBA. Em Geografia, 60% são da Região Nordeste, com destaque para a UECE e a UFC no Ceará. Nas demais categorias há grande concentração na Região Sudeste. Cabe assinalar que as respostas são bastante interessantes. Há relatos de estudantes que encontraram obras de Josué de Castro sendo arquivadas em bibliotecas por não serem utilizadas. Em especial há um testemunho que realmente chama atenção. Diz um dos membros da comunidade:

Quando estive no Canadá, visitei uma universidade, e assisti uma aula... o professor de Geopolítica, pediu já que eu era brasileiro pra eu falar de Josué... minha gente... que mico... um Brasileiro, Recifense... Não sabia nada de Josué... Então ouvi o maior sermão do professor... Desde então estou apaixonado pela obra deste homerito Recifense!!!

Daí o porquê de ensaiar aqui uma biografia sociológica do esquecido Josué de Castro, o médico de formação, mas não por vocação, e o cientista social por disposição individual e social. Exilado, teve sua literatura banida das prateleiras das livrarias por causa da sua ousadia. Possivelmente as últimas gerações de brasileiros, mesmo os “leitores” mais assíduos, não sabem quem foi Josué de Castro. Em contrapartida, qualquer adolescente na França e no Canadá deve ter tido a oportunidade de ler alguns de seus escritos (MANÇANO, 2000).

⁶ Josué de Castro lecionou nesta universidade, onde e atualmente leciona sua filha, Anna Maria de Castro. Também ela estudiosa de Josué de Castro. Nesta Universidade, Josué de Castro fundou o Instituto de Nutrição que hoje tem o seu nome.

Interessei-me por descobrir o sociólogo comprometido, pensador dinâmico e corajoso, questionador das políticas ideológicas de seu tempo. Um pensador polêmico e ousado. Devo dizer que o que mais me surpreende e alegra-me em seus escritos é o otimismo com que este analisa a sociedade, sua crença fervorosa na ciência engajada como mecanismo de saída para problemática social e sua preocupação com as estruturas sociais, sobretudo no Nordeste brasileiro.

No momento histórico social em que a elite intelectual, disfarçada ou escancaradamente, optava por aderir e justificar os atos e o comportamento das nossas elites políticas (AGUIAR, 2000), Josué de Castro tirava os óculos da ideologia dominante para enxergar a outra parte da população brasileira, mais numerosa e faminta, privada de seu direito mais primário: o de se alimentar. Para ele, os óculos da intelectualidade e os interesses econômicos das minorias dominantes trabalhavam para esconder o fenômeno da fome.

Como assinala Antonio Candido (1999), Josué de Castro trilhou um caminho inverso, por onde fluíram debates, ações e consciências acerca de uma realidade incômoda - a constatação de que há, na sociedade brasileira, alto índice de miserabilidade e de exclusão social. Suscitando a questão reveladora de sua postura acerca do papel do conhecimento e do pensamento na produção de ações políticas voltadas para o combate das mazelas sociais.

Quem tem a minha idade, ou pouco menos, ainda lembra que nas escolas dos anos 20, 30 e 40 a palavra de ordem era apresentar o nosso país como terra prometida, onde havia o necessário para todos e ninguém morria à míngua. Homens como Josué de Castro trouxeram à tona a triste realidade e levaram as concepções educacionais a serem mais realistas, porque ficou impossível esconder aos jovens a triste verdade. Ora, sem o conhecimento da verdade não se muda nada (CANDIDO, 1999, p.6).

Sem óculos, Josué de Castro questionava-se sobre o porquê desta omissão historiográfica em relação à fome, sobre quais seriam os fatores que contribuíam para esse silêncio. Sobre o porquê dos homens de ciência e dos políticos não se posicionam em relação à problemática da fome. Sobre a ausência de reflexão dos homens de ciência, sobre a não-ação política, indagando sobre as funções destes atores sociais. Josué de Castro pressupunha que a tarefa do homem da ciência é o exercício da divulgação científica como exercício da práxis ou da reflexão sobre essa práxis.

É essa função que toma para si quando objetiva romper com o silêncio, procurando despertar os mais diversos setores sociais para uma consciência capaz de gerar e de valorizar planos de ações voltados para a efetivação de projetos de combate à fome. Neste sentido, a seu ver, era necessário que os homens de ciência buscassem não apenas razões morais, mas também razões políticas para desvendar o problema da fome no Brasil (REZENDE, 2003).

Entretanto, em cartas a Sartre (1958), retrata que não haviam homens de ciência desejosos por romper com uma ordem moral e social, eram estes indiferentes às causas da fome e aos efeitos dessa última sobre os famintos.

Josué era “utópico sonhador”. Utópico, no sentido mannheimiano do termo, que aponta que os indivíduos ou grupos sociais cultivam a mentalidade utópica presente em todas as épocas. Neste caso, o termo utópico ou utopia aqui abordados não estão atrelados a ideias ilusórias, como rotineiramente associamos. Tratam-se das representações de ideais e teorias que aspiram outra realidade ainda não existente, tendo, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social estabelecida, orientando-se para sua ruptura. Quando ocorre a ruptura presenciamos a entrada em cena da ideologia, que é a mentalidade dominante de um dado contexto social (MANNHEIM, 1986).

Segundo Silva (1998), como utópico, Josué viveu a tragédia da militância solitária. Como sonhador fez da temática da fome seu *leitmotiv* de vida, sua poética de existência. Seus depoimentos e escritos e sua intensa militância política revelam seu caráter humanista, um humanismo que almeja tornar-se realidade, costume e convivência social (NASCIMENTO, 2003). Por seus escritos, Marcel Niedergang, o classifica como ‘panfletário humanista’: “Eis a verdadeira mensagem deste panfletário humanista. Utopia de sonhador solitário, dirão alguns. Talvez, mas sem estes solitários, nós nos sentiríamos ainda mais sós” (1958, p. 296).

Este seu humanismo, assemelha-se ao humanismo praticado por Manoel Bonfim, como enfatiza Aguiar, “[seu] humanismo nada tinha de abstrato, indiferenciado ou cristão, próprio daqueles que toleram o próximo por entendê-lo feito à imagem e semelhança de Deus” (2000, p.26). Josué era ateu, seu humanismo relacionava-se ao seu compromisso social e político – com a população destituída dos bens da terra:

Há dois caminhos diante de nós: o caminho do pão e o caminho da bomba atômica. É preciso escolher sem vacilação. Eu simbolizo pelo caminho do pão o caminho da justiça social para dar pão a todos os que têm fome, convidando para o banquete da terra os 2/3 que até hoje permaneceram fora da mesa, recebendo apenas nos intervalos algumas migalhas. É preciso que o nosso mundo nos pertença verdadeiramente. Creio que já passou o tempo em que os povos miseráveis se conformavam, segundo a frase das escrituras sagradas, de que aos pobres pertence o reino dos céus. Devemos pensar que também aos pobres pertence o reino da terra, pois a terra é um bem comum para servir todos os homens. Se não trabalharmos com energia para nos desviarmos do caminho da bomba, do caminho da perdição, seremos expulsos da terra. E aqueles que perderam o reino dos céus perderão também o reino da terra... (CASTRO, 1954)⁷.

⁷ Discurso Pronunciado por Josué de Castro no Conselho Mundial da Paz, em Estocolmo, ao presidir a sessão dedicada ao estudo das armas atômicas, em 1954. Encontrado em: CASTRO, Josué de. Aos pobres pertence o reino da terra. In.: Ensaios de Biologia Social. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1968 e MELO, Marcelo Mário de;

Neste sentido, esta biografia sociológica de Josué de Castro é um sonho em busca de uma utopia. Uma utopia que quer se tornar realidade, que é reavivar as leituras de suas obras, entendendo que estudar Josué é percorrer uma mentalidade de uma época e do indivíduo que ousou lutar pelo fim da fome. “Só um sonhador apaixonado ousaria ir tão longe, tão ardentemente em busca de soluções” (SILVA, 1998, p. 04).

Nas linhas que se seguirão, busquei exaltar este utópico sonhador solitário, em sua dimensão intelectual, política, e mesmo alguns traços de sua personalidade, do homem que entendeu o Antrophos em sua inteireza – o social, o cultural e o biológico⁸. Isto porque dissertar sobre Josué de Castro foi desbravar não apenas os seus grandes estudos científicos, mas, encontrar o que há de mais relevante na alma humana: a sensibilidade, a afetividade, sobretudo, suas contradições, inconstâncias, alegrias, tristezas, seus eternos duelos entre razão e emoção, vaidade e humildade, amor e ódio, subjetividade e objetividade, próprios de qualquer ser humano. Como assinala Aguiar (2000), poucos cientistas revelam estes sentimentos sem separar o homem e o cientista.

Cabe assinalar que, assim como os demais estudiosos de Josué de Castro, há aqui também um desejo de exaltar este personagem, trazendo mais à tona suas virtudes e qualidades. Entretanto – a despeito dos perigos que este caminho pode trazer na construção de uma biografia sociológica (que discutirei no primeiro capítulo) – trata-se apenas do esforço de retirar este personagem do rol dos esquecidos. Não ocultando suas contradições e seus argumentos conflitantes e conflituosos, próprios de quem fez do tema científico um manifesto político.

Como é sabido, há uma tensão, uma relação dramática que se repõe durante todo o tempo da vida e da atividade pública do intelectual. De um lado, o intelectual tem que manter uma postura crítica indispensável à apreensão dos fenômenos, o distanciamento, sem o qual não se pode conhecer a verdadeira natureza das coisas. De outro lado, a opção do intelectual pelo envolvimento nas experiências políticas e sociais revela o próprio compromisso moral do intelectual com a sociedade de seu tempo (BASTOS et ali, 1999).

Neste sentido, tal tensão não foi diferente ao intelectual e político Josué de Castro (o Deputado Federal, o presidente de Organizações Internacionais, o militante do combate à fome). Essa dissertação parte do pressuposto que apenas compreendendo a trajetória de vida

WANDERLEY, Tereza Cristina (Orgs). (2007), In. **Josué de Castro: perfil parlamentar**. Brasília: Câmara dos Deputados, 321p. (Perfil Parlamentar n.02).

⁸ NOGUEIRA, Maria aparecida; SILVA, Mercês de Fátima Santos (2009). Sociedade dos Mangues: Josué de Castro, Sempre. **Revista Cronos** (prelo).

deste personagem é que se pode compreender sua obra como tradução de um manifesto político. Isto porque as próprias circunstâncias em que Josué de Castro viveu e atuou permitiram, ao nível do pensamento, uma notável articulação entre as grandes correntes de interpretação da experiência brasileira e à atividade no interior do aparelho de Estado e dos organismos internacionais dos quais participou, tornando possível, no plano da práxis, a tradução de seu pensamento em ação.

O filho de pais retirantes da seca e da decadente economia nordestina açucareira converte a desvantagem inicial em resultados positivos na sua trajetória, já que pode contar com enorme criatividade e com suas experiências vivenciadas na infância para desenvolver sua sensibilidade em relação às questões sociais em torno da temática da fome. Sensibilidade que será precisamente sua maior característica profissional e que o motivará. Esta “sensibilidade” aqui mencionada é o que C. Wright Mills denomina como “imaginação sociológica”, que

[...] capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem freqüentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. Dentro dessa agitação, busca-se a estrutura da sociedade moderna e dentro dessa estrutura são formuladas as psicologias de diferentes homens e mulheres. Através disso, a ansiedade pessoal dos indivíduos é focalizada sobre atos explícitos e a indiferença do público se transforma em participações nas questões públicas (MILLS, 1965, p. 11).

É com o desenvolvimento da imaginação sociológica que se constitui uma nomenclatura de crítica à burocratização e ao metodologismo científico exacerbado; o envolvimento, desde cedo, com as questões práticas e públicas; em certo sentido, a facilidade com a qual aprendeu os novos idiomas e as viagens que possibilitaram a Josué de Castro escapar à rigidez acadêmica, combinando algumas das maiores influências do pensamento brasileiro: o funcionalismo de Durkheim, a práxis do marxismo e o respeito à alteridade a partir dos paradigmas da Antropologia (RICUPERO, 2005).

Assim como Celso Furtado, Josué de Castro fez bom uso de cada uma dessas tradições intelectuais, selecionando alguns de seus aspectos mais relevantes: a crença no conhecimento científico (do positivismo), a consciência da historicidade dos fenômenos econômicos e sociais, bem como a não separação entre teoria e práxis (do marxismo), a atenção às particularidades culturais dos grupos sociais (RICUPERO, 2005).

O bom uso desses paradigmas abriu caminho para a construção do seu método denominado ‘método ecológico’, que visa uma análise menos doutrinária e mais

transformadora dos aspectos sociais, articulando aspectos bio-ambientais, sociais e culturais, exigindo mais conhecimento da realidade estudada. Neste sentido é que sua obra deu origem a perspectivas singulares, caracterizadas por uma densa tessitura de informações e deduções, para uma compreensão da condição humana e seus valores nos aspectos ecológicos, históricos e políticos (ARRUDA, 1997, p. 01).

Assim, o presente trabalho está embasado com dados que foram analisados a partir de **pesquisa documental** realizada, sobretudo, no acervo disponível do Centro Josué de Castro. Cartas, fotografias, filmes, arquivos de jornais, diários, constituíram a fonte da análise. Entretanto, como parte do acervo encontrava-se em processo de restauração, tomei como fonte central a tese de doutoramento de Tânia Elias Magno da Silva, pesquisadora que traz à tona toda a trajetória de Josué, com falas do pensador e sobre ele. Trata-se de um estudo bem estruturado nos sentimentos e contradições de um sujeito, aparentemente comum, cheio de sonhos, conflitos e aflições, mas que desde a infância constrói o motivo de toda sua existência, negando, revisitando e transformando a realidade que lhe seria posta. Tese esta que é leitura obrigatória para quem deseja aventurar no universo do “Sociólogo da Fome”.

Dentre outras fontes de **pesquisa bibliográfica** estão livros, artigos, teses e dissertações de estudiosos de Josué de Castro. Dos quais destaco⁹:

Tabela 2. Estudiosos de Josué de Castro

Autor	Tipo textual	Título
Manuel Correia de Andrade	Artigo	O Homem e o cientista de seu tempo
Anna Maria Castro	Livro	Fome: um tema proibido
Rosana Magalhães	Livro	Uma re(leitura) da fome
Renato Carvalheira Nascimento	Dissertação	Josué de Castro: O sociólogo da fome
Antonio Alfredo Teles de Carvalho	Tese	O pão nosso de cada dia nos daí hoje
Sirlândia Schappo	Tese	Josué de Castro: por uma agricultura de sustentação
Tayaguara Torres Cardoso	Artigo	Sertão Nordestino, Desenvolvimento e População: Josué de Castro, Celso Furtado e o debate em torno da “Operação Nordeste
Djalma Agripino	Artigo	Mangue, homens- caranguejos em José de Castro: significados e ressonâncias.
Silvio Tandler	Vídeo	“O Cidadão do Mundo”
Projeto Fundação Banco do Brasil	Vídeo	Por um mundo sem fome

Fonte: Pesquisa realizada 2008-2009

⁹ Há outros estudos que poderíamos citar, entretanto aqui evidenciamos os que nortearam este trabalho. Um mapeamento bem detalhado das pesquisas e estudos realizados sobre Josué de Castro e sua obra estão presentes na dissertação de Renato Carvalheira do Nascimento (2003).

Além dos textos sobre e de Josué de Castro, estão presentes aqui também materiais já elaborados sobre intelectuais-políticos, estudos biográficos e teóricos sobre o tema. Composto principalmente, por artigos, monografias e estudos, referindo-se ao período histórico analisado. Contudo, a principal fonte de informação para captar as ações políticas de Josué de Castro foram os anais da Câmara Federal, que contém alguns dos discursos políticos de Josué de Castro.

Para tratar desta fonte documental, foi realizado um índice onomástico, que se constituiu na separação das temáticas que foram travadas por Josué de Castro na Câmara Federal, dando ênfase apenas nos conteúdos que focalizam o projeto de Segurança Alimentar. Além disso, utilizamos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), ONU (Organização das Nações Unidas) e da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) para analisar as propostas de Josué de Castro, confrontando-as com a realidade dos dados atuais de Segurança Alimentar.

Assim, convido-lhes a abrir as cortinas da peça “Josué de Castro: pensamento e ação”. A gênese do Plano de Segurança Alimentar.

No primeiro capítulo apresento as razões pela quais acredito ser o método biográfico sociológico o caminho para atingir o objetivo proposto. Para tanto, ilustra-se a relevância deste método, abordando as perspectivas teóricas nele trabalhadas e os perigos em que se pode cair.

O segundo capítulo trata-se de uma tentativa de captar os significados e procedimentos dessas ações diante de forças históricas e sociais invisíveis das quais nem sempre Josué de Castro foi consciente ou teve uma percepção mais elaborada de suas ações, justamente por ser um personagem inserido na teia social.

N^o ‘A obra’, terceiro capítulo, apresento o método ecológico adotado por Josué, o dualismo presente nos seus textos entre o social e o biológico, analisando seus principais argumentos sobre o fato de considerar o Brasil um país dos famintos. Além de abordar, rapidamente, a atualidade do pensamento de Josué de Castro, referenciando com alguns dados e índices da segurança alimentar no Brasil e a influência de Josué de Castro na construção do Projeto de Políticas Públicas de Combate à Fome na atualidade.

2. CAPÍTULO I – O MÉTODO BIOGRÁFICO SOCIOLÓGICO

(...) Somos todos personagens e só personagens, vivendo na ilusão da aparência desta cena que representamos de um drama que desconhecemos a trama em sua essência e muito menos o desfecho de cada um de seus atos (CASTRO, 1955, p. 12)

Os indivíduos constroem socialmente a trama que é a vida, palco de diversos personagens. A cada ato exercido no mundo, os indivíduos encenam papéis ora como personagens centrais, ora como personagens coadjuvantes. Para tanto, contam com os seus interlocutores, com o meio social e natural, com espaço e o tempo, com o contexto social que os circundam. São emaranhados de eventos sócio-culturais e históricos que compõem o cenário.

Mesmo que, como assinala Josué de Castro no trecho acima, os personagens aparentemente não tenham autoconsciência, autocontrole e previsão dos resultados das suas ações na estrutura social, esta é condicionada e condiciona as ações dos sujeitos. Este movimento mútuo influencia diretamente na mudança e na organização social. Isto porque, tais processos sociais se ligam ao cotidiano em que os indivíduos fazem escolhas e decisões, tomam iniciativas que acabam tendo conseqüências nas instituições sociais que compõem a estrutura.

Para Gilberto Velho (2006), ancorado nas idéias de Mills, esta complexidade individual está associada à complexidade da sociedade contemporânea, na qual os indivíduos transitam entre as mais diversas perspectivas socioculturais; frequentam múltiplos níveis de realidade e elaboram ações sociais em situações e contextos diferenciados. Não apenas participam da construção dessa realidade multifacetada, mas vivem suas próprias subjetividades, contradições e conflitos no mundo.

A preocupação do lugar do indivíduo no processo de mudança social refere-se à relação entre agência e estrutura, questão famosa nas ciências sociais, que tende a relacionar os seus estudos com ênfase na estrutura social como motivadora da ação ou na motivação do agente como explicação da ação. Tais questões são recorrentes entre os cientistas sociais, que geralmente são classificados de acordo com a ênfase que dão à referida relação entre indivíduos e sociedade.

Não pretendo aqui resolver tal problemática que está longe de ser superada. Contudo, compartilho com os autores que analisaram essa questão com base no condicionamento e na influência mútua dos agentes e da estrutura social. Pensadores como C. Wright Mills, Karl

Mannheim e Norbert Elias – para citar os que aqui norteiam esta análise –, que valorizam a importância da sociedade no desenvolvimento das trajetórias individuais, procurando, simultaneamente, identificar o espaço de atuação possível em que os indivíduos, através de suas decisões e desempenhos, também produzem efeitos e transformações na organização social.

Assim, acredito que a investigação do projeto individual de Josué de Castro é uma tentativa de perceber como e até que ponto este personagem pode se organizar para desenvolver condutas específicas para atingir seus objetivos, que aqui neste estudo identifiquei como um dos seus projetos de ser no mundo: a tradução de sua obra *Geografia da Fome* num manifesto científico-político, utilizando-se deste manifesto para traçar suas ações políticas de combate a fome.

Como assinala Velho (2006), trata-se de uma tentativa de captar os significados e procedimentos dessas ações diante de forças históricas e sociais invisíveis das quais, nem sempre como agente individual, Josué de Castro foi consciente ou teve uma percepção mais elaborada de suas ações, justamente por ser um personagem inserido na teia social. Deste modo, o presente capítulo tem como ponto chave apontar o porquê acredito ser o método biográfico sociológico – que analisa o indivíduo dentro de si e do mundo – o caminho norteador para atingir o objetivo deste estudo.

2.1. REFLEXÕES SOBRE OS ESTUDOS BIOGRÁFICOS

Antes de tudo, cumpre realizar uma discussão sobre este método nas ciências sociais, posto que se queira sugerir que tipo de estudo pretende ser, para que não se confunda com o que não se quer ser – uma mera construção de uma biografia cronológica.

A biografia cronológica, a chamada biografia em si, designa a descrição da vida de um indivíduo, tendo como objetivo desvendar a vida particular daquele que está sendo entrevistado ou cujos depoimentos estão sendo estudados; mesmo que neste estudo abarque a questão da sociedade em que vive biografado, o intuito é, através dela, explicar os comportamentos e as fases da existência individual. A finalidade é sempre um personagem, isto é, uma pessoa encarada em suas ações e em suas qualidades, naquilo que faz e diz através do tempo, em variadas situações e circunstâncias (QUEIROZ, 1991).

Comumente, este tipo de biografia, que segue um percurso linear quase que teleológica de um indivíduo, esconde os fracassos do biografado e se atém aos seus sucessos, quase uma retratação do personagem em seus traços olímpicos sem imperfeições ou

incoerências, sacrificando a sua dimensão humana, correndo o risco de imobilizá-la em figura de mármore, transformando-a em ficção monótona e fria (PALLARES-BURKE, 2005).

Como se pode observar na historiografia mundial, já existia traços deste tipo de biografia como conhecimento sistemático do passado, desde a Grécia Antiga. Os personagens heróicos, do soberano déspota e dos chamados grandes homens, dos dominadores, dos vencidos, eram os que centralizavam a atenção da história de um povo. Entretanto, no século XIX, o olhar biográfico começa sofrer alterações a partir do surgimento da Sociologia com a influência, embora que indireta, de pensadores como Durkheim, Weber e Marx (NASCIMENTO, 2003).

A corrente positivista, da qual Durkheim integrava, dissolveu os heróis e os criadores, na medida em que o sujeito deixou de ser o principal agente da história, visto que para esta corrente de pensamento o sujeito é determinado por forças que lhes são exteriores (NASCIMENTO, 2003). Neste sentido, a maneira como os indivíduos entendem o tempo, o espaço, a qualidade e a individualidade, se realiza na ênfase derivada da maneira como a sociedade se estrutura.

Para Durkheim, a ação individual não seria o cerne dos estudos. A agência está condicionada pela estrutura social, sendo essa última a que explica os indivíduos. Não apenas porque é exterior, mas também por ser coercitiva (imposta pela sociedade ao indivíduo) e objetiva (existe independentemente do indivíduo). Na concepção durkheimiana, a sociedade representa toda atividade moral que ultrapassa as consciências individuais. Mesmo quando os sujeitos agem egoisticamente a consciência coletiva lhes é imanente, sendo dotada de um atributo moral e de uma autoridade que lhes impõem.

Ao contrário de Durkheim, Weber não analisa a estrutura social como oposição e distinção dos indivíduos como uma realidade exterior a eles. Pontua que as normas sociais somente se concretizam quando se manifestam em cada indivíduo sob a forma de motivação. Parte do pressuposto de que a realidade social não possui um sentido intrínseco ou único, isto porque são os diversos indivíduos que lhes conferem significados.

Neste sentido, a estrutura social significa não apenas a dimensão efetivamente real das ações, mas também a teia relacional presente em cada ação individual e na causalidade. Em outras palavras, a sociedade tão somente existe, na medida em que ela norteia a ação de um sujeito. Para existir e se transformar, a sociedade depende da motivação da ação de um indivíduo, visto que as realidades coletivas em Weber são todas probabilísticas.

Deste modo, a apreensão dos fenômenos sociais resulta no entendimento de que o sujeito, como agente reflexivo situado em um contexto social específico, possui informações e

razões únicas para agir da forma que age. Por isso, para compreender o motivo, deve-se levar em conta a relação de sentido presente nas ações com o outro. É isto o que permitiria apreender uma dada realidade específica, não totalizadora.

Já em Marx, assim como em Durkheim, o sujeito é um ser social e é apenas na sociabilidade que pode ser entendido. Estes dois pensadores comungam da perspectiva macrossociológica, enfatizando que o indivíduo, ao nascer, já encontra certas circunstâncias sociais prontas, independentes de sua vontade, sendo condicionado pelas mesmas.

Contudo, em *A Ideologia Alemã* (1970), Marx parte da assertiva que ser condicionado pelas circunstâncias não significa ter uma relação passiva com o preexistente, adaptar-se ou conformar-se a realidade. De um lado, o homem é produto das condições sociais. Mas, por outro lado, é também um ser de criação já que as condições sociais são um produto do sujeito. Isto denota que as circunstâncias estão postas, ainda que longe de estarem formadas em definitivo, dado que o homem não é um ser passivo.

Entretanto, na sociedade capitalista analisada por Marx, o sujeito não é ativo. Nesta circunstância sócio-histórica, as condições e relações sociais de produção lhe cerceiam e deformam a prerrogativa dos sujeitos, tornando-os alienados. Esta alienação leva a criação de uma realidade que se impõe ao sujeito criador da história, sendo o sujeito alienado coagido pela estrutura social sem que perceba a si próprio neste processo. Essa é a condição do sujeito alienado. Enquanto que para Durkheim essa é a condição de qualquer sujeito que vive em sociedade, sendo esta a própria ordem social mais estável e desejável, para Marx ela representa o fim da liberdade humana.

Como bem enfatiza Nascimento (2003), grosso modo, são estas concepções de sociedade que passaram a ser freqüentes nos estudos biográficos, as quais determinam, em última análise, a forma como é encarado o biografado: a concepção de uma sociedade atomizada em que as ações e os processos sociais são entendidos como agregações complexas de ações individuais, e a concepção de uma sociedade totalizadora nas quais as ações e processos individuais são entendidos como condicionamento refletido de um dado grupo social ou de uma dada sociedade.

É através destas influências que mais tarde, no século XX, a forma de encarar as biografias de vida sofrerá alterações, tornando-se um caminho a ser trilhado para entender texto (biografias) e contextos (contextos sócio-históricos) (LEVI, 2005). Esta modificação deu-se com a Escola de Chicago, com a técnica da história de vida como objeto de pesquisa mais sistematizado e científico, dando origem a uma série de novos estudos biográficos que permearam as pesquisas qualitativas logo após a Primeira Guerra Mundial.

Nesta época, a Escola de Chicago estava influenciada por Robert Park, que produziu alguns estudos qualitativos com a técnica da história de vida, a partir das idéias do interacionismo simbólico de George Mead. Neste caso, Mead contribui na perspectiva de um novo olhar para as técnicas de pesquisa qualitativas nas Ciências Sociais, na medida em que analisa o indivíduo como um ser complexo de várias dimensões diferentes, construído a partir das suas relações com “outros significantes”, cujo comportamento tem consequências para o nós e para si (NASCIMENTO, 2003).

Entre meados dos anos 1930 e 1950 a técnica de história de vida é posta de lado na pesquisa social em favor dos métodos quantitativos, mais econômicos e práticos. As histórias de vida passaram a ser complemento de segundo plano para as pesquisas estatísticas que ocupavam uma posição central (NASCIMENTO, 2003).

Após a Segunda Guerra Mundial, os estudos biográficos são novamente impulsionados com a publicação da obra de Goffman *A Representação do Eu na vida cotidiana*. Goffman, que para alguns é discípulo de Mead, analisa que o comportamento humano é o resultado de um processo de socialização dos papéis em que os indivíduos ocupam nas relações sociais. Esta obra representou uma redescoberta da importância da descrição dos aspectos individuais do cotidiano como aspecto representativo dos fatos sociais. Autores como Peter Berger e Luckman compartilham desta perspectiva. Entretanto, a ênfase nas histórias individuais é impulsionada com mais rigor apenas nos anos de 1980, como demonstrarei a seguir (NASCIMENTO, 2003).

No Brasil, é a partir da década de 1940 que se iniciam as reflexões sobre o uso da técnica de história de vida, dos quais merecem destaque os seguintes cientistas sociais: Roger Bastide, Renato Jardim Moreira, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Florestan Fernandes e Ecléa Bosi. A técnica começou a ser utilizada por Bastide, com algumas críticas à perspectiva da Escola de Chicago.

Segundo Bastide (1991), as influências de Mead contribuíram para aumentar a dificuldade de adotar a técnica da história de vida. Isto porque “permanece muito presa às suas origens psicológicas, preocupando-se antes com o desenvolvimento da personalidade na sua relação com o meio social ou cultural do que com os fatos sociais propriamente ditos” (p.150). Para Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz tenta solucionar esta dificuldade se utilizando ao mesmo tempo da comparação de várias histórias de vida, “a fim de apreender o comum do individual, o geral do particular” (p.151), fazendo uso desta técnica para proporcionar maior liberdade à pessoa entrevistada.

Para Queiroz (1991), a história de vida define-se como um relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu a partir das suas relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, da camada social e da sociedade global. Ao pesquisador cabe ultrapassar o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades as quais o narrador pertence, levantando uma problemática de pesquisa que o direcione do aspecto individual para o social.

Este propósito diferencia a ‘história de vida’ dos ‘depoimentos pessoais’, que se constituem num relato de experiência individual que revele as ações do indivíduo como agente humano e como participante da vida social, tendo fim no próprio indivíduo pesquisado. Os depoimentos pessoais concentram-se sobre um lapso de tempo reduzido, permitindo ao pesquisador aprofundar detalhes a respeito deste espaço preciso. Ao contrário da história de vida, que demanda em sua aplicação longo tempo, sobretudo por buscar abstrair do relato individual o social (QUEIROZ, 1991).

Por isso, Queiroz aponta que a principal diferença entre história de vida e depoimento pessoal consiste na forma específica de agir do pesquisador. Ao tomar o relato do personagem estudado, o pesquisador conduz a entrevista para a “vida” de seu informante. Se o personagem se afastar com digressões e abstrações, o pesquisador intervém e o conduz de volta ao assunto. O desnecessário e supérfluo são desconsiderados.

Na história de vida o pesquisador deve se conservar mais silencioso, o que não significando estar ausente de tudo. Suas interferências devem ser mínimas, pois nada do que é relatado é supérfluo, tudo se encadeia para compor e explicar uma existência individual e coletiva. Isto porque o pesquisador tem sempre em mente que, embora a condução da entrevista seja do narrador, o comando é sempre do pesquisador, tendo em vista que foi ele quem escolheu o tema da pesquisa, quem formulou as questões e propôs os problemas (QUEIROZ, 1991).

Disto denota o ponto de diferenciação da biografia em si, porque o enfoque não está apenas no indivíduo, não se tratando de auto-retratação do sujeito. Portanto, também não compartilha do conceito da autobiografia. Esta última busca, a partir do recurso da memória do narrador, relembrar o passado num presente em que as lembranças já não se representam fiéis às emoções e aos sentimentos. Muitas vezes são recriadas pelo sujeito narrador que busca recriar ou auto-afirmar sua identidade.

Para Ecléa Bosi (1994), esta identidade é recriada e criada a partir da identificação com seu mundo social de adulto, observando o cotidiano, os costumes, a diversidade de

culturas, tipos humanos, instituições, quase uma auto-análise e um enquadramento daquilo que se quer parecer e / ou se quer ser.

Como esta leitura, pode-se considerar a autobiografia como o encontro do narrador com o campo em que está inserido. Grosso modo, refere-se a uma auto-análise como Bourdieu realiza no trabalho *Esboço de auto-análise* (2005a), em que busca compreender sua trajetória individual a partir das suas origens familiares, da sua vida escolar e das escolhas e dinâmicas sociais as quais teve contato.

Trata-se de uma observação do passado de si mesmo, uma correlação com o “eu” e com o “nós” histórico. Embora este trabalho possa adentrar numa outra classificação de biografia, o processo de memorização não deixa de ser realizado pelo autor. O que se torna passível de crítica também, visto que a auto-retratação traz em si fantasias e sugestões criadas e vivenciadas apenas no imaginário individual do agente narrador.

Bourdieu se afasta da autobiografia e se aproxima da trajetória individual na medida em que analisa suas disposições sociais para se tornar um cientista social. Com isso, claramente, aponta os campos de disputas em que ele se estabeleceu, analisando que suas escolhas não foram inconscientes e se manifestaram, sobretudo, pelas antipatias intelectuais que se processaram ao longo de sua trajetória. Dessa forma, ele se afasta da autobiografia por não se tratar apenas de uma auto-retrato, aproximando-se mais da construção do seu próprio “artesanato intelectual”, como conceituou Mills.

Cabe pontuar que a história de vida distingue-se da trajetória individual porque, como assinaléi acima, a primeira é conduzida pelo pesquisador a partir da temática de pesquisa. Numa trajetória individual, os temas não são previamente selecionados, podendo ser mais enfatizado um dado episódio, mas a narrativa corre despreendida de pré-escolhas.

Para escapar da ilusão biográfica que Bourdieu (2005b) denomina como sendo a impossibilidade de narrar cronologicamente a trajetória do indivíduo, ele propõe a noção de trajetória, como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que ele próprio está inserido, estando suscetíveis à incessantes transformações.

Bourdieu acredita que a técnica da história de vida, mesmo se distinguindo dessas outras técnicas de história oral, não abandona por completo a biografia cronológica, se apresentando como um conjunto organizado de fatos direcionados linearmente até o final da história. A narrativa surge com um começo (o nascimento ou o momento selecionado da trajetória do investigado) até o fim (a morte ou o momento selecionado).

Para Bourdieu:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 2005b, p. 185).

Outra crítica está atrelada à prerrogativa da passagem do individual ao social. Tal perspectiva é passível de algumas armadilhas das grandes linhas de pensamento macrossociais, justamente por enfatizar o social em detrimento do indivíduo no seu cotidiano, nas redes intrincadas dos personagens que compõem o mundo microssocial. Efetivamente, não é proposta uma dialogia entre indivíduo e social, entre sujeito e contexto sócio-cultural. O personagem analisado por esta técnica é condicionado pelo social e também produto deste, como enfatiza Maria Isaura

[...] o que existe de individual e único numa pessoa excedido, em todos os seus aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e às quais não pode por nenhum meio escapar, de ações que sobre ela se exercem e que lhe são inteiramente exteriores. Tudo isto constitui o meio em que vive e pelo qual é moldada; finalmente, sua personalidade, aparentemente tão peculiar, é o resultado da interação entre suas especificidades, todo o seu ambiente, todas suas coletividades em que se insere (QUEIROZ, 1991, p. 21).

Grosso modo, estas seriam algumas das razões pelas quais os estudos biográficos foram desacreditados nas ciências sociais, mas também devido à sua complexidade e dificuldades para a obtenção dos resultados propostos. Atualmente, a Historiografia e a Sociologia debruçam-se sobre a biografia na tentativa de reconstruir a trajetória de um personagem, buscando suas motivações, sentimentos, aspirações e contradições de seu tempo. Os estudos biográficos passaram a ser revistos a partir da introdução de novas concepções e renovações investigativas – sobretudo no campo da nova história social e da revisitação de autores como Norbert Elias (que escreveu *Mozart: sociologia de um gênio*).

Durante muito tempo estes tipos de narrativas que buscavam as contradições e sentimentos dos sujeitos ficaram restritos à literatura. Exemplos clássicos são algumas obras de autores como Flaubert, Balzac, Proust, Dickens, Goethe, Thomas Mann, Kafka, Tolstói e Dostoiévski. Entre os autores de língua portuguesa, por exemplo, Machado de Assis, Eça de Queirós, Aluisio Azevedo, Graciliano Ramos, Fernando Pessoa, Nelson Rodrigues e Clarice Lispector. Estes autores narram histórias de vida, dramas e conflitos individuais e de grupos, com maior ou menor explicitação. Situam-se diante dos conflitos e apontam para forças, tensões, e, em geral, para a dimensão sociocultural que nos constitui e que é por nós constituída (VELHO, 2006).

Na historiografia tradicional, a ênfase do estudo das biografias focava-se nos destinos coletivos (mesmo tratando-se de reis e heróis), deixando em segundo plano os destinos individuais. Nota-se que o interesse para escrever as trajetórias de certos indivíduos era apenas por acreditar que tanto o fato social poderia ser abstraído desta trajetória quanto de qualquer outro destino individual. Isto por se entender que apenas as grandes evoluções e revoluções da humanidade eram capazes de desvendar o sentido – entenda-se a direção e o significado – das transformações das sociedades através dos tempos (LEVI, 2005).

Entretanto, com o movimento da Nova História Francesa, Annales, a Nova História cultural iniciada na Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, e, sobretudo, com a Micro História Italiana, as biografias estão ocupando o centro das preocupações dos historiadores. O enfoque maior fica por conta das narrativas que não buscam captar nem a totalidade da essência do individual nem quanto ao coletivo. A atenção volta-se ao cotidiano, as questões micro e sua relação com o macro. Nesta perspectiva, os estudos focalizaram e renovaram as técnicas da história oral (LEVI, 2005).

Vale citar dois livros como exemplos de estudos de trajetórias individuais nesse processo de renovação da técnica de história de vida. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição* de Carlo Ginzburg e *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII* de Giovanni Levi. Ambos os autores lideraram o movimento da Micro-História na Itália. Nestas obras destaca-se a relação entre destinos individuais e seus pontos de construção e comunicação entre obras particulares e fatos sociais, abordando a rede complexa destas relações nas quais se inscrevem as trajetórias dos indivíduos.

Em *Os queijos e os vermes* (1987) o autor traça a trajetória de vida de Domenico Scandella, um moleiro conhecido como Menocchio, que vivia numa pequena aldeia nas colinas de Friuli. Ele morreu queimado por ordem do Santo Ofício, depois de uma vida inteira transcorrida no anonimato. A trajetória é analisada a partir das documentações que trouxeram à tona quais eram as condições de saber (as leituras e os discursos), pensamentos, sentimentos, temores, esperanças, raivas e desesperos que circundaram a vida singular de Menocchio.

Esta escolha narrativa permitiu a Carlo Ginzburg perceber o personagem como um de nós: “é um homem como nós, é um de nós” (p. 24). Mas, também é um homem diferente de nós. Por isso, este compreende que se tornou possível a reconstrução analítica dessa diferença necessária, a fim de reconstruir a fisionomia parcialmente obscurecida de sua cultura e o

contexto social em que foi moldado, o que leva autor a afirmar que a cultura seria “uma grande jaula” (p. 25)

O livro *Herança Imaterial* de Giovanni Levi (2000) trata da história de vida de Chiesa, um padre exorcista do século XVII que praticava seu sacerdócio num vilarejo no sul da Itália. Ao longo da narrativa, este personagem principal desaparece e dá lugar às relações sociais, às regras econômicas, à vida política sob a forma hierárquica de poder do antigo regime, às normas sociais e às relações existentes entre vilarejos e centro comerciais.

É a partir destas relações sociais que Levi nos revela o biografado. Mais do que isso, busca comprovar sua hipótese de que há uma racionalidade singular em pequenos vilarejos e que os fatos histórico-sociais podem ser revelados por meio de relatos em micro-cidades e pequenos acontecimentos, dando outra configuração entre forte e fraco na história. Com isso, o autor foge da narrativa com começo e fim, próprios de uma biografia cronológica.

Ambas as perspectivas destes historiadores ao analisar as trajetórias de vida são tentativas de nos fornecer uma nova visão histórica e social. Partem do princípio de que esta nova visão só é possível de ser atingida na articulação entre as esferas micro e macrosocial, entre indivíduo e sociedade. Além disso, os autores oferecem um campo ideal para verificar dois aspectos. O primeiro seria até que ponto os agentes sociais dispõem de autonomia na teia social. O segundo permite observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições (LEVI, 2005).

Na Sociologia há uma subárea – preconizada pelo filósofo alemão Max Scheler nos anos 20 e consolidada por Karl Mannheim em 1929 – denominada de ‘Sociologia do Conhecimento’, que atenta para a relação bastante estreita entre conhecimento e existência, biografia e contexto social (LÖWY, 1998). A idéia é a de que os modos de pensamento não serão adequadamente compreendidos enquanto permanecerem obscuras as suas origens históricas e sociais, pois o conhecimento tem sua base precisamente em condicionantes sociais e históricos. Portanto, as biografias individuais não podem ser compreendidas desvinculadas da esfera social em que surgem.

Assim, a Sociologia do Conhecimento parte do pressuposto de que a época, a ambiência e as interlocuções também são muito valorizadas como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias através do contexto em que se desenrolam as mesmas, permitindo assim compreender o que à primeira vista pareceria desconcertante. Não se trata de reduzir as condutas a comportamentos típicos, mas interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto.

Diante dos desafios do uso da biografia, nos deparamos com uma questão aparentemente muito simples, mas, reveladora das dificuldades de se trabalhar com o estudo de uma biografia. Questão levantada por todos que tentam trilhar o método biográfico sociológico: de que forma reconstruir a trajetória singular de outro sujeito? Como estabelecer o “eu” e o “nós” dos sujeitos pesquisados? Neste caso, como traçar o projeto de ser de Josué de Castro?

Como supracitado, são inúmeros os caminhos para trazer à tona o projeto de vida de um personagem. Aqui se adota a perspectiva da Sociologia do Conhecimento, a partir dos pensadores Mills, Mannheim e Elias, que em maior ou menor grau acreditam ser indispensável para a reconstituição da biografia a máxima ampliação possível do número de interlocuções entre o biografado e os grupos sociais, as pessoas e os movimentos com os quais ele entrou em contato, reconstituindo em torno dele o seu meio.

A hipótese destes autores, sobretudo de Norbert Elias, é de que qualquer que seja a originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas o contrário. Mostra-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorrem num contexto histórico que o justifica. Mas não são passivos e objetos inertes. Não são simples produtos e sim seres atuantes, que através de sua ação social e de suas biografias reinterpretem e transformam as instituições sociais.

Cumpramos aqui expor o porquê da escolha deste fundamento teórico-metodológico, a partir da apresentação dos argumentos elaborados por estes autores.

2.2. ELIAS, MANNHEIM E MILLS: “O EU E O NÓS HISTÓRICO”

W. Mills, em *A imaginação Sociológica* suscitou discussão que agrega e sintetiza algumas das principais perspectivas do debate entre os cientistas sociais no que tange ao objeto social de estudo desta área do conhecimento. Nesta obra, ele situou a importância da análise das trajetórias individuais para a compreensão do ser social, procurando simultaneamente identificar o espaço de atuação em que os indivíduos, a partir de suas decisões e desempenhos, produzem efeitos e transformações na estrutura sociais.

Ao que se percebe, para Mills, são as redes sociais entre os indivíduos, no permanente processo de ação social, que constituem as subjetividades e o eu sócio-histórico, formando as características que fundamentam a comparação entre o “eu” e “nós” históricos nas diferentes sociedades e nos processos históricos. Neste aspecto, valoriza-se a singularidade individual, que, ao expressar-se a partir de um universo comum de símbolos de culturas específicas, traz

implícito não só a possibilidade, mas a característica básica de que, mesmo fazendo parte de grupos e categorias sociais englobantes, os indivíduos podem agir e representar-se como sujeito e ator plural.

Assim,

[...] o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período; só pode conhecer suas possibilidades na vida tornando-se cômico das possibilidades de todas as pessoas, nas mesmas circunstâncias em que ele. [...] Chegamos, a saber, que todo indivíduo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia, e que vive dentro de uma seqüência histórica. E pelo fato de viver, contribui, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico. (MILLS, 1965, p. 12).

Portanto, não se trata de uma elucubração romântica da liberdade individual, mas da possibilidade de identificar e analisar a intrigante dialógica entre indivíduos e os mundos sócio-culturais de que participam; entre biografias e contextos sócio-históricos; entre o “eu” e o “nós” histórico. O que constituem para Mills elementos indissociáveis que devem estar articulados e devem ser analisados no ofício do artesanato sociológico. Para tanto, essa associação é alcançada com “a imaginação sociológica [que] nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa a sua tarefa e a sua promessa” (1965, p. 12).

Deste modo, a imaginação sociológica é um dos elementos fundamentais, tanto para analisar os indivíduos quanto para o desenvolvimento da reflexividade dos intelectuais no mundo contemporâneo; para pensar as conseqüências significativas para a sua ação pública. Mills parte do pressuposto de que, como todo sujeito é um ser-no-mundo, para o cientista social conhecer o lugar do “eu” no mundo é necessário também conhecer o lugar de si. Como agente social, esta compreensão é tão importante quanto conhecer o mundo social, se assim se quiser obter uma objetividade científica.

É neste sentido que, para este autor, nenhum estudo social que não traga em si a perspectiva da problemática da biografia, da história e de duas interseções dentro da sociedade, terminou sua jornada intelectual. Assim, Nascimento (2003) assinala que a biografia é uma das bases da teoria de W. Mills e que seus estudos sociológicos abarcam três dimensões, estritamente imbricadas: a primeira é a dimensão da vida que se liga às questões psicológicas de um indivíduo e seu contexto histórico e social; a segunda, a dimensão da obra que traduz fragmentos de respostas e inquietações do pensador ou do sujeito estudado com o contexto; a última é a da História com seus eventos e estilos de pensamento que marcam épocas. Portanto, vida e obra se fundem e se individualizam no processo de singularidade

histórica. Esta singularidade é permeada por inúmeras forças sociais coagidas por fatores internos e por fatores externos, tanto do cientista social quanto do sujeito ou grupos estudados. Não se constituindo uma tarefa fácil para o pesquisador unir vida e obra em um ofício artesanal científico.

À exemplo de Norbert Elias e Mannheim, a premissa em Mills é que as ciências sociais certamente são históricas. Com isto, entende-se que qualquer fenômeno social só pode ser compreendido dentro da história, através da história em relação ao processo histórico. Neste sentido, o “objeto social” de pesquisa, bem como as categorias de pensamento empregadas pelo pesquisador na análise, modificam-se com o passar dos tempos e alteram-se conforme o local.

A partir desta leitura, pode-se perceber que – mesmo num estudo biográfico em que pese o contexto social, as contradições e aflições humanas do pesquisado – quem opta por este método pode recair em dupla armadilha: a primeira diz respeito à auto-retratação do sujeito pesquisado, como mostrei no debate acima, com outras técnicas de história oral; e a segunda armadilha é a negação do contexto do pesquisador, que também é um sujeito histórico, isto é, possui sua singularidade histórica que não está apenas atrelada aos fatores sociais externos (o “nós” histórico), mas também aos fatores internos (“eu” com o “nós”).

Karl Mannheim (1982) em seus estudos sobre a Sociologia do Conhecimento, que versa sobre a compreensão e as interpretações das visões de mundo, nos apresenta propostas metodológicas para a saída deste duplo perigo. Para este pensador, além de situar o pesquisador e pesquisado em seu contexto, é necessário situar este último com seus interlocutores, suspendendo a verdade absoluta das suas afirmações. Mannheim parte da assertiva de que um indivíduo dentro de seu contexto histórico tem apenas a imagem do seu “eu” social, mas não uma compreensão teórica, visto que nem sempre, como agente individual, o sujeito está consciente ou tem uma percepção totalizante de sua visão de mundo.

Segundo Mannheim (1982), a compreensão da visão de mundo (*Weltanschauungen*) de um determinado grupo ou de um sujeito é o resultado de uma série de vivências ou de experiências ligadas a uma mesma estrutura social, que se constitui como base comum das experiências que perpassam a vida de múltiplos indivíduos. Entretanto, não se pode confundir visões de mundo com imagens de mundo ou com algo que tenha sido pensado ou produzido teoricamente no momento em que se vivenciam as práticas sociais. Isto porque as visões de mundo são construídas a partir destas ações práticas que pertencem ao campo que Mannheim definiu como sendo o do conhecimento atóxico, não elaborado conscientemente.

Nesse sentido, a compreensão das visões de mundo e das orientações coletivas de um grupo ou indivíduo só é possível através da explicação e da conceituação teórica desse conhecimento atóricico. Sendo que essa explicação teórica deste conhecimento atóricico é praticamente impossível para o indivíduo vinculado ao contexto em que se construiu esse saber. Ao pesquisador cabe, então, buscar uma forma de acesso ao conhecimento implícito do grupo ou do indivíduo pesquisado, explicitá-lo e defini-lo teoricamente (MANNHEIM, 1964).

Do ponto de vista metodológico, pode-se dizer que, nessa diferenciação, ao invés da pergunta “Quem foi Josué de Castro?” deve-se perguntar “Como ou de que forma se constituiu o personagem Josué de Castro? Como este traçou o seu projeto de ser-no-mundo?”. Para Mannheim (1982) a transcendência da pergunta ‘o quê’ ou ‘quem foi’, para a pergunta ‘como’ ou ‘de que forma’, implica em dizer que o pesquisador perpassa níveis de sentidos fundamentais para o desenvolvimento das questões.

Tais interrogativas transpassam o nível objetivo, que seria o olhar natural para o objeto social. Trata-se do “ver e não enxergar”, em que se tem apenas a constatação que o algo, ou, neste caso, que o sujeito ou objeto social existe. A exemplo, pode-se afirmar que há muitos cientistas sociais que sabem da existência de Josué de Castro, mas não ultrapassam essa assertiva. A mera constatação da existência do objeto social já é importante para atingir o nível expressivo. Este nível, em que o objeto social é enxergado, compreende a possibilidade de acesso ao mundo interior do sujeito pesquisado e ao meio social ao qual pertence a partir de seu pensamento, a partir das palavras ou ações (MANNHEIM, 1982).

Entretanto, o pensamento só pode ser entendido no nível documentário. O nível documentário é o nível da interpretação da ação prática de um indivíduo, ou seja, é a análise do que esta ação ou prática social, mesmo que não elaborada conscientemente pelos indivíduos, pode influenciar nos aspectos fundamentais de transformações sociais. O acesso à interpretação da ação dos indivíduos, segundo Mannheim, dá-se a partir de uma frase, de um discurso, da linguagem escrita ou oral, de uma expressão cultural, ou do pensamento que está submerso num contexto específico e que pode ser analisado apenas pelas expressões e representações coletivas manifestadas em grupos sociais.

Cabe ressaltar que Mannheim está preocupado com a questão de um método sociológico para compreender o funcionamento efetivo dos homens públicos, o que efetivamente esses homens públicos pensam e como influenciam e são influenciados na vida coletiva. Por isto argumenta que para analisar os modos de pensamentos e as visões de mundos deve-se considerar que os homens se organizam em grupos sociais.

[...] pertencemos a um grupo, não apenas porque nascemos nele, nem porque professamos pertencer a ele, nem finalmente porque lhe oferecemos nossa lealdade e lhe prestamos nosso preito de fidelidade, mas, primeiramente, porque vemos o mundo e certas coisas do mundo da mesma maneira pela qual eles os vêem (isso é, em função das significações do grupo em apreço) cada conceito, cada significado concreto é resultante das experiências de um determinado grupo. Em qualquer definição todo conteúdo substancial, toda avaliação não mais suscetível de merecer um consenso sofre uma reinterpretação em termos funcionais (MANNHEIM, 1986, p. 20-21)

Em síntese, Mannheim enfatiza que, para que se possa observar como determinados modos de pensamento operam num dado momento histórico e como estes se relacionam com as forças externas existentes na sociedade, é imprescindível a compreensão sistemática das relações entre a existência social e o pensamento. Pois, para o autor, um grupo histórico-social apresenta-se como uma configuração interdependente, em que o pensamento é a expressão social e a interação de dois aspectos: vida social e produção intelectual. Sendo o pensamento o elemento essencial da configuração, cujas conexões íntimas devem ser analisadas para que o contexto possa ser compreendido.

Assim, os indivíduos reunidos em grupo competem, de acordo com a posição dos grupos a que pertencem, para modificar aspectos da vida social ou para perpetuá-los em uma dada condição. De acordo com os desejos de mudanças ou de conservação da ordem existente é que surgem os conflitos sociais, os conceitos e os modos de pensamento. É na construção dos diversos modos de pensamento e na competição – que influencia o aparecimento de novos conhecimentos e os sentidos em que estes se desenvolvem – que são impulsionadas as diversas interpretações de mundo que, quando descobertas as suas origens sociais, revelam-se como expressões intelectuais de grupos em luta pelo poder dominante.

O cerne de sua análise é de que numa dada sociedade coexistem diversos grupos sociais que ora cooperam ora competem, ora se organizam pensando de forma comum e ora pensando de modo antagônico. Este processo circunda de acordo com o grau de tensão entre a relação entre ideologia (que consiste nas idéias dominantes de um dado momento histórico) e utopia (que são pensamentos que querem se tornar ideologias) existentes na sociedade. Ambas as categorias são estados de espíritos, sejam individuais ou coletivos, que no mínimo transcendem a existência social, tendo, no entanto, fins de realização distintos que devem ser organizados (MANNHEIM, 1986).

A ideologia como mentalidade constituída pode ser encontrada, segundo Mannheim, de forma parcial ou / e coletiva. A primeira diz respeito a ideologias individuais que, por assim serem, acabam tendo interferência em intensidade na realidade histórico-social (realizada no nível psicológico). A segunda, a mais importante para ele, seria a concepção

total de ideologia que surgiu igualmente do processo histórico social, quando a classe tomou lugar da nação como portadora da consciência historicamente em evolução, onde pudemos constar a noção de que a estrutura da sociedade e suas formas intelectuais correspondentes variam com as relações entre as classes sociais (VILLAS BOAS, 2002).

A utopia ou mentalidade utópica não seriam idéias ilusórias, mas sim representações de ideais e teorias que aspiram outra realidade ainda não existente, tendo portanto uma dimensão crítica ou de negação da ordem social vigente, orientando-se para a ruptura dessa ordem. Esta ruptura se dará ou não numa dada época e numa dada sociedade. E quando ocorre a ruptura presenciamos a entrada em cena da ideologia total.

Por isso que a configuração social existente em determinado momento histórico não se constrói artificialmente. Constitui-se através das formas de pensamento que persistem e são transformadas em estreita conjunção com as forças sociais. E são estas forças sociais (ideologias e utopias) em processo de competição que influenciarão no destino das concepções e das mudanças sociais. Assim, a concepção da unidade e interdependência de significados, em determinado período, encontra-se sempre na base da interpretação do momento histórico analisado.

Ao que se percebe, o que Mannheim concebe como insustentável é a análise do sujeito sem levar em consideração o seu contexto, e analisar este sem a ação dos indivíduos. Entretanto, enfatiza-se mais o contexto, e ao privilegiar este e as condições de produção do discurso e do pensamento, retira do sujeito sua importância. Embora admita que só é possível entender a obra se se pensar numa fusão entre texto e contexto, sua interpretação prioriza o externo social como elemento que desempenha um certo papel de destaque na constituição da estrutura, colocando em segundo plano os fatores internos que são relevantes para a autonomia dos sujeitos. Além disso, este pensador considera apenas alguns grupos de homens, os intelectuais, como sujeitos essenciais para o processo de mudança social.

Mannheim parece esquecer que os fatores psíquicos dos indivíduos também influenciam no contexto social, e que os indivíduos de maneira geral são elementos centrais da história. Norbert Elias, que foi professor assistente de Mannheim, incorpora algumas das concepções de seu mestre, aprofundando alguns dos seus conceitos. Com outro enfoque que privilegia o historicismo e com uma boa dose do psicologismo social, busca entender as relações sociais que ele denomina configurações sociais (ELIAS, 2001) ¹⁰.

¹⁰ Neste livro, *Norbert Elias por ele mesmo*, Elias relata o período em que foi professor assistente de Mannheim, relatando o tempo em que viveu sob as influências deste e Alfred Weber. Mannheim e Alfred Weber, dois que

Elias vai advogar que para compreender a sociedade deve-se considerar que os indivíduos constituem teias de interdependência ou configurações de múltiplos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, trabalhos e estratos sociais. E estas configurações têm como característica o padrão mutável dos grupos em que os sujeitos participam, não sendo, como aponta Mannheim, estas configurações formadas apenas por seus intelectos, mas no seu todo, na totalidade das suas ações, nas relações que sustentam uns com os outros.

Diz Elias:

Falamos do indivíduo e do seu meio, da criança e da família, do indivíduo e da sociedade ou do sujeito e do objeto, sem termos claramente presente que o indivíduo faz parte do seu ambiente, da sua família, da sua sociedade. Conceitos como família ou escola referem-se essencialmente a grupos de seres humanos interdependentes, as configurações específicas que as pessoas formam umas com as outras (1980, p.13-14).

Assim, as configurações sociais podem ser uma interdependência de aliados ou de adversários, isto dependerá do grau de tensões presentes em qualquer relação social. Elias está partindo do pressuposto de que os indivíduos modelam as suas idéias sob todas as suas experiências e, essencialmente, sob as experiências que obtiveram dentro dos vários grupos em que participam. Posto isto, fica claro que o pensamento para este pensador, quer individual quer coletivo, só pode ser entendido se analisado a partir das percepções das interconexões e configurações que são formadas e elaboradas pelos indivíduos em grupos interdependentes e que, portanto, tais pensamentos são sempre produzidos não por indivíduos singulares. Destarte, para Elias torna-se necessário investigar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros.

Elias (1994) utilizando-se da analogia entre os pronomes pessoais e a posição do indivíduo em sociedade, exemplifica que a função do pronome eu na comunicação humana só é compreendida no contexto de todas as outras posições dos demais pronomes da série, pois não é possível imaginar um eu sem um tu, sem um ele ou uma ela, sem nós, vós ou eles. As seis outras proposições são inseparáveis e no seu conjunto são uma representação fundamental dado ao fato de que cada um se relaciona com os outros e de que cada ser humano individual é essencialmente um ser social.

Para explicar o modo como se entrelaçam os fins e as ações dos homens, Elias argumenta que os indivíduos agem em uma série de jogadas que ele denomina como sendo jogos de competição que constituem um elemento natural presente em toda e qualquer

configuração social, isto é, em toda relação humana que está envolta no jogo de poder e que não apenas se encontra unicamente na arena das relações entre os homens públicos, onde freqüentemente se apresenta de forma mais visível nas relações sociais. Mas estas jogadas não são claramente visíveis aos jogadores e nem sempre são conscientemente elaboradas.

Por isso, as jogadas individuais pensadas como singulares são na verdade constituídas de jogadas interdependentes, mas os jogadores individuais assim não percebem porque estão sempre preocupados nas possibilidades de ganhar ou de se defender contra os ataques dos adversários.

Entretanto, há um limite para que um jogador individual possa se orientar adequadamente, planejando a sua estratégia sobre uma série de jogadas, especialmente quando se dá uma expansão da teia de interdependências dentro da qual está inserido. Ao crescer o número de jogadores interdependentes, a configuração, desenvolvimento e orientação do jogo tornar-se-ão cada vez mais obscuras para o jogador individual, estando cada vez menos apto a controlá-lo.

Portanto, as ações individuais não ocorrem num vazio de determinações sociais, nem são meras funções de alguma espécie de necessidade histórica coletiva que lhe são exteriores. Nesse sentido, ocorre que a sociedade produz o indivíduo e que o indivíduo molda-se em contínua ação com outros indivíduos, o que, assim sendo, influencia a própria forma dinâmica da sociedade (BARIANI, 2008). É por isso que Norbert Elias insiste em pontuar que a relação identidade-eu/identidade-nós não comporta uma oposição excludente, dá-se em termos de mudanças na balança nós-eu, estabelecendo um equilíbrio tenso, diferenciado conforme a disposição dos termos em cada sociedade, em cada período histórico (ELIAS, 1994)

É deste modo que, a análise da imagem do indivíduo, não pode ser a do indivíduo no singular. Nos estudos sociológicos tal imagem deve ser sempre o indivíduo no plural. Esta seria a tarefa da pesquisa sociológica, tornar mais acessível à compreensão dos homens estes processos “cegos” e não controlados, explicitando-os aos indivíduos as ações que eles próprios se movem e se orientam dentro da teia social – a qual, embora criada pelas suas próprias necessidades e ações, não lhe são tão claras no momento em que estão envolvidos nela. E, para tornar claras aos cientistas sociais, também se devem analisar os conflitos, aflições, contradições e sentimentos presentes nas experiências de vida dos indivíduos nas suas relações de interdependências.

Em seu trabalho, *Mozart, Sociologia de um gênio*, após lidar com a conflituosa questão da relação entre indivíduo e sociedade e estabelecer as configurações e modos de articulação entre os termos, ele se lança ao desafio de responder como lidar com os gênios,

indivíduos com características especiais de talentos singulares que ameaçam transpor o limite do homem comum em sociedade. Indivíduos que avançam sobre as rédeas da história, tentando influenciá-la decisivamente (BARIANI, 2008).

Ao abordar o caso Mozart, Norbert Elias leva o problema às últimas conseqüências, estudando a partir de um indivíduo os limites e as formas de relação possíveis entre um homem e a sociedade à qual pertence, entre a sua condição e as suas possibilidades, entre a sua vontade e as condições sociais.

Mozart era um músico que, assim como seu pai, um servidor de nobres artesãos, fazia parte dos indivíduos que buscavam a proteção ou o reconhecimento na casa nobre. Entretanto, Mozart não se enquadrava perfeitamente nas práticas sociais na sua época. Buscando uma margem de autonomia artística, insurgiu-se contra esse estado de coisas e vislumbrava a possibilidade de expandir os estreitos padrões da arte a partir de suas próprias exigências estéticas pessoais (ELIAS, 1995).

Contudo, a sociedade de sua época vedava o exercício da condição de artista autônomo: ele, um “burguês outsider na sociedade da corte”, segundo Elias (1995), esbarrava nas estreitas condições de produção da arte por possuir uma convicção da independência do artista no processo de criação. Haja vista que a lógica da produção artística estava ligada à submissão de determinados artistas a múltiplas cortes, ou seja, a produção era feita sob encomenda do Rei, ou de um nobre mecenas, uma arte do artesão. O caráter de sacralidade, que envolve a obra de arte no contexto moderno, inexistia. O músico, ou o pintor, nada mais eram do que peças em uma figuração muito específica: a da corte.

Portanto, as condições históricas para o desenvolvimento do artista autônomo ainda não estavam plenamente consolidadas, sendo apenas possíveis na próxima geração, com Ludwig van Beethoven. Mozart, mesmo com toda a sua genialidade dita inata, morreu conhecendo o desprezo e fracasso social, financeiro e amoroso. Elias vai nos apontar que a busca por autonomia no campo artístico se deu na relação de disputa com a irmã e com o pai, com as viagens pela Europa, com o sucesso, com o convívio em pé de igualdade com detentores do capital simbólico e financeiro, a nobreza. Isto é, as experiências do sujeito Mozart, se construíram, a partir e no momento histórico, através das experiências e interdependências com seus interlocutores (ELIAS, 1995).

Assim, o contexto social aparece em conexão com a vida e obra de Mozart, e este influencia na autonomia do campo artístico na sociedade que estava em mutação. De uma sociedade “da corte” a uma sociedade “burguesa” no campo artístico, era a passagem da arte

do artesão à arte do artista. Daí a importância, para Norbert Elias, do conceito de configuração, afinal

“Dizer que os indivíduos existem em configurações significa dizer que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes e que só podem ser entendidos dentro da teia social em que está inserido o indivíduo” (ELIAS, 1994, p. 84).

Neste sentido, a “configuração” de Elias é muito próxima do conceito de campo de Bourdieu, o qual traduz a idéia de um espaço estruturado de posições onde se desenvolvem as relações de luta. Entretanto, seu conceito de campo/configuração é mais flexível e mutável. Elias não compreende as configurações sociais como imutáveis, entende que os habitus se modificam no processo destas relações. Tanto é assim que ele aponta que Mozart, a partir de suas experiências na teia social, contribui para o desenvolvimento do “artista autônomo”, que ainda não estava plenamente consolidado, sendo apenas possível na próxima geração.

É partindo deste debate que esta dissertação é uma tentativa de construção biográfica sociológica em torno da trajetória de vida de Josué de Castro, atentando para a hipótese de que seu projeto político-intelectual foi engendrado num momento histórico específico, não podendo ser dissociado de sua experiência de vida. Assim, sua vida não está separada da obra, ao mesmo tempo em que sua obra e a vida não estão separadas dos contextos sócio-culturais e históricos em que se encontram e se confrontam.

2.3. BIOGRAFIA INTELECTUAL OU BIOGRAFIA SOCIOLÓGICA?

Estes dois tipos de biografias assemelham-se. Entretanto, me sinto desconfortável em denominar este estudo como biografia intelectual, haja vista que não pretendo apenas evidenciar o campo intelectual do qual Josué se fez o Sociólogo da fome, mas engendrar pelos seus sentimentos, pelas emoções e pelo processo social em que esteve inserido. Muito embora que, quando Bastos e Botelho (2005) pontuam este conceito, deixem claro que a pretensão deste tipo de biografia não está dissociada dos processos sociais.

Contudo, Pallares-Burke (2005) denomina uma biografia intelectual, no sentido estrito, definindo como o estudo do desenvolvimento das principais idéias de um dado escritor, pensador, artista e o diálogo destes como os seus pares. [...] uma biografia intelectual está essencialmente preocupada com o que o protagonista publicou ao longo dos anos e em grande parte se baseia nessa produção (p.29).

Este não é o caminho trilhado neste estudo. Dado os fundamentos teórico-metodológicos sugeridos, defendo que a chave-analítica para a compreensão do pensamento

de Josué de Castro está na teia social em que esteve inserido, nos múltiplos grupos sociais que o constituiu – os amigos de infância, a família, o professor secundário, os colegas de faculdades, os personagens que sugeriram ao longo da formação do médico em cientista social. Por isso, a interligação entre vida, obra e contexto se faz presente.

Tal como Elias observou ao retratar o gênio social em Mozart, é na experiência plural e no próprio cenário paisagístico e histórico que se encontram as raízes mais profundas da concepção de mundo de um indivíduo. O pensamento assim não seria um produto do contexto social, mas, também manifestações que estes contextos e as relações que o “nós” histórico trazem para seus sentimentos, para seu psíquico, e, conseqüentemente, para sua obra.

Assim, o pensamento se constitui não apenas na competição dentro de um campo específico, mas dentro dos mesmos e com outros campos, numa relação de interdependência.

Como aponta Aguiar:

[...] uma biografia sociológica pode explicar muito, apontando momentos que justificam a obra a origem das idéias do autor. Afinal, autor e circunstâncias, obra e posições assumidas diante de acontecimentos, interpretações e concorrência no mercado intelectual e político, são fatores que se combinam dialeticamente. São indissociáveis. Não podem ser compreendidos senão como elementos interligados e interdependentes (2000, p.30).

Além disso, parto do pressuposto de que o pensamento e a ação dos indivíduos não são apenas (eu enfatizo não apenas) resultados da relação entre os habitus de grupo e habitus individual a que se refere Bourdieu no estudo dos campos. Mas, também, resultado de emaranhados de eventos sócio-históricos que nem sempre os indivíduos estão conscientes no momento em que vivem. Há uma relação infinita e recíproca entre biografias e contextos, que não necessariamente estão ligados a grupos sociais específicos escolhidos conscientemente pelos indivíduos.

Obviamente, não se pode negar que há um estilo próprio de uma época, um habitus resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo de grupo. Mas para todo o indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências das normas sociais (dado que nem sempre as normas sociais são favoráveis à autonomia dos indivíduos). E são estas incoerências e a autonomia dos sujeitos que possibilitam mudança social, como sugere Elias (1995).

Portanto, a trajetória de vida de Josué de Castro não pode se restringir apenas às condições sociais que existem na relação de habitus de grupos e habitus individuais, nem da disputa dentro de um campo. Isto porque os indivíduos não são sujeitos sem dúvidas, sem

incertezas, que obedecem aos mesmos mecanismos de disposição, em função de um cálculo socialmente normal e uniforme de lucros e perdas (LEVI, 2005).

Portanto, para os fins que este estudo pretende alcançar, entende-se que o caminho aqui adotado não poderá ser tão somente traçar um campo intelectual separado do campo político e muito menos dos aspectos da sua vida particular que são formadores do personagem. Para compreender a obra *Geografia da Fome* como manifesto político de suas ações políticas, será necessário entrecruzar estes campos e também considerar o contexto social-histórico e os elementos psicossociais formadores do personagem, alcançando a identidade do “eu” e do “nós” em Josué de Castro.

Duas justificativas podem ser traçadas para entender o caminho metodológico proposto. A primeira diz respeito ao papel dos intelectuais brasileiros do contexto social histórico em que viveu Josué de Castro. Como assinala Pécaut (1990), os intelectuais dos anos 1930 a 1960 ora organizavam suas ações em torno das reflexões políticas da época (pelo jogo do poder), ora desenvolviam ações que eram, por si só, capazes de criar as estruturas políticas necessárias à sociedade, criando processos e instâncias políticas apenas como manifestação e instrumento de ação.

Isto significa que, mesmo afastados do jogo pelo poder, quer por pensamento ou ação os intelectuais estavam inseridos no plano político, no debate político, pois a realidade social já era totalmente política; o engajamento, mesmo que inconsciente, era inevitável. Por isso, não faz sentido pretender separar conhecimento e ação nos estudos dos intelectuais brasileiros antes dos anos de 1980. Não havia ação que não supusesse o acesso à realidade nem conhecimento independente de uma prática que auxiliasse no “desenvolvimento” do social; “a convivência entre conhecimento e ação significa que nada escapa ao plano político” (PÉCAUT, 1990, p. 6).

Com isto, não estamos querendo dizer que havia uma politização ideológica na produção intelectual, isto não seria suficiente para compreender a realidade configurada no Brasil destes tempos. E como assinala Costa (2009), seria até simplista analisar a atividade política do intelectual como uma interferência no campo político. Isto porque, como aponto acima, o intelectual brasileiro se entregava à ação política sem nenhuma hesitação e como se tivesse a missão de fazê-lo.

A outra justificativa diz respeito às incertezas e dúvidas que permeiam os indivíduos. E que trazem à tona que o *projeto de ser-no-mundo* não é conscientemente formulado, mas que todas as experiências, gestadas desde a mais tenra infância, estabelecem-se como um processo no qual a forma em que os indivíduos são afetados pelas coisas, a forma de

estabelecer relações com os outros, sua racionalidade, suas posturas e ações, são retomadas, reconfiguradas, mas sempre estão presentes como pano de fundo de qualquer ser humano (SHNEIDER, 2008). A ação da infância tem, sobre a vida de um adulto, perspectiva fundamental para se compreender o entrelaçamento da sua realidade humana.

Assim, o cenário de infância de Josué de Castro é fundamental para se entender o sistema social em que esteve imerso e para entender como ele se revela o sociólogo comprometido com os problemas de seu tempo. Por isso a insistência em pontuar que Josué de Castro só se constituiu o personagem que foi por ter vivido no contexto em que viveu: entre o processo de urbanização, o Estado Novo, processo de democratização e ditadura civil-militar. Viveu exatamente no seu tempo, pensou os mesmos problemas que afligiam a sua geração, observou os mesmo acontecimentos e fatos que os seus contemporâneos. Como pontua Lima (2007), o nosso pensador do flagelo da fome, Josué de Castro, viveu profundamente envolvido nas teias e nos dilemas do seu tempo, como intelectual e político (p.17), mas, assimilou e sentiu suas próprias emoções como sujeito único.

Entretanto, não é fácil desenhar seu projeto de ser, visto que, embora fosse vaidoso e falante, não era comunicativo a respeito de sua vida pessoal. Não escreveu nem pronunciou algo sobre sua mãe nem sobre seu pai. Nos seus contos e em seu romance, há uma tentativa de romper este silêncio. Contudo, não expôs a situação familiar ao conhecimento público, nem fala de si ou de seus pais nos seus escritos, apenas vagamente expõe, através de personagens fictícios, como conheceu a fome.

Cabe ainda assinalar que, embora também tenha escrito bastante em jornais e revistas, Josué de Castro jamais reuniu essa produção. Isso me levou a buscar seus escritos nas estantes do Centro Josué de Castro, na tentativa de encontrar os textos que não poderiam deixar de ser citados, sobretudo, os anteriores ao livro *Geografia da fome*. Contudo, o mais valioso seria o acesso aos seus diários pessoais e às cartas, material que não tive acesso por estarem em processo de restauração. Restou-me sentar e ler os pesquisadores, buscando preencher algumas brechas da minha pesquisa que apresento a seguir.

3. CAPÍTULO II – JOSUÉ: UM PERSONAGEM NA TEIA SOCIAL

Na medida das ilusões, todos somos frustrados, na medida dos acasos, privilegiados. Para as pessoas eu tenho tido tudo. Para mim, ao contrário, não tenho tido nada nem tenho conseguido nada (CASTRO, 1970).

O personagem, Josué, entra no palco da vida em cinco de setembro de 1908. Cenário emblemático que marcará sua encenação. Neste período, o Nordeste brasileiro passa por grandes crises sócio-econômicas devido às trágicas secas que assolaram o Sertão no final século XIX, e a crise do ciclo da cana-de-açúcar na Zona da Mata. Filhos de dois representantes destas regiões: pai retirante da seca e mãe filha de senhores de engenhos decadentes, Josué de Castro pode desde cedo confrontar as realidades sócio-culturais do seu tempo.

Estes dois personagens centrais na vida de Josué, tal como dezenas de pernambucanos e nordestinos, se retiram destas regiões para tentar a vida na crescente Recife, urbana e em processo de industrialização; outros retirantes vão participar de outros ciclos econômicos como o da borracha no Norte e o do café no Sudeste, igualmente devastadores de homens. Foi com os retirantes do Sertão e da Zona da Mata que habitaram a “Hong Kong da América”, a Veneza Americana, Recife, que Josué cresceu e viu crescer as mocambópolis¹¹ com seus habitantes anfíbios vivendo como caranguejos e alimentando-se dos caranguejos.

Segundo Andrade (1997), no início do século XX, Recife era uma cidade provinciana, com população de aproximadamente 200 mil habitantes. Acabava por se tornar o centro administrativo do estado e centro comercial de grande expressão no Nordeste, dada a localização geográfica de seu porto que atendia parcela significativa da região. Como capital de um estado que se destacava como produtor de açúcar e de algodão, mas que entrou em decadência, aos poucos esta cidade substituiu estas atividades econômicas pelas indústrias açucareiras e pelas indústrias têxteis. Estas últimas, advindas com o processo de urbanização, atraíram os brejeiros e os sertanejos que gostariam de participar do banquete da terra e se sentarem à mesa.

Entretanto, como se sabe, Recife, ilha flutuante entre os braços dos rios Capibaribe e Beberibe, surgiu da lama natural dos mangues. Culturalmente, com este processo urbano industrial, e como proposta de modernidade, a cidade tenta apagar esta natureza, aterrando os

¹¹ É um termo utilizado por Josué de Castro para caracterizar a zona dos mangues, formadas por mocambos habitados pelos homens-caranguejos - os operários, os sem profissão, os inadaptados, os que desceram do sertão e do brejo da fome, os rebelados e os vencidos. Zonas de mocambos dos bairros de Afogados, Santo Amaro, Pina e Ilha do Leite (Conto “A cidade”. In. Documentários do Nordeste, 1957, p. 15).

manguezais e construindo sobre eles uma cidade “moderna”. Todavia, como a natureza do mangue teimava em ressurgir, iam-se colocando para dentro dela aquelas paisagens de seres humanos também negados pela cultura urbana (FILHO, 2003).

Assim, o Recife ia crescendo com uma grande população marginal que vegeta nos seus mocambos, em habitações miseráveis, formando as “sociedades dos mangues”, paralela à “sociedades dos homens”. Foi por meio desta sociedade dos mangues que Josué de Castro travou seu conhecimento sobre a fome.

Primeira sociedade com que travei conhecimento foi a sociedade dos caranguejos. Depois, a dos homens habitantes dos mangues, irmãos de leites dos caranguejos. Só muito depois é que vim a conhecer a sociedade dos homens – a grande sociedade. E devo dizer com toda franqueza que, de tudo que vi e aprendi na vida, observando estes vários tipos de sociedade, fui levado a reservar, até hoje, a maior parcela de minha ternura para a sociedade dos mangues – a sociedade dos caranguejos e a dos homens, seus irmãos de leite, ambos filhos da lama (CASTRO, 2001, p. 13).

O olhar sobre mangues lamacentos do Recife fluiu aos olhos de crianças de Josué, contando-lhe grandes e longas histórias sobre o mundo, persistindo durante toda sua vida.

Eu ficava horas e horas imóvel sentado no cais, ouvindo a história do rio [Capibaribe], fitando suas águas correrem como se fosse uma fita de cinema. Foi o rio o meu primeiro professor de História do nordeste, [...] foi assim que vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome. Da fome de uma população inteira escravizada à angústia de encontrar o que comer. Vi os caranguejos espumando de fome à beira da água, à espera que a correnteza lhes trouxesse um pouco de comida, um peixe morto, uma casca de fruta, um pedaço de bosta que eles arrastariam para o seco matando a fome. E vi, também, os homens sentados na balaustrada do velho cais a murmurarem monossílabos, com um talo de capim enfiado na boca, chupando o suco verde do capim e deixando escorrer pelo canto da boca uma saliva esverdeada que me parecia ter a mesma origem da espuma dos caranguejos: era a baba da fome (CASTRO, 2001, p. 16-17).

Estas falas quase que poéticas da sociedade dos mangues, são falas encontradas no livro *Homens e Caranguejos*, escrito por Josué de Castro em 1966. Um romance em que o próprio autor nos oferece a possibilidade de também ser lido como autobiografia, haja vista que foi com o personagem fictício João Paulo que Josué expressou nitidamente as conversas com o pai e sua mãe sobre as paisagens do Sertão e da Zona da Mata, além de revelar suas próprias amizades, os seus vizinhos moradores do mangue, dos quais se destacam o Chico e o Cosme, personagens centrais com os quais desfrutou conversas e apreendeu sobre os acentuados contrastes entre riqueza e a miséria, bondade e maldade.

Chico era um mulato pescador que tinha contraído a lepra. Cosme, um pobre preto ainda mais infeliz na sua vida de trapo jogado sobre um jirau (CASTRO, 1957, p.48). Com medo de perder sua liberdade caso fosse pego pelo Serviço de Saúde, Chico se esconde num

dos mocambos do mangue. Cosme tornou-se paralítico quando foi trabalhar no ciclo da borracha na Amazonas e contraiu o beribéri. Por conta disto, Cosme observava o mundo apenas através do reflexo de um espelho, pelos jornais e pelas experiências que João Paulo/Josué trazia da sociedade dos homens.

Como eu era filho único e não tinha com quem brincar, fugia com frequência, apesar de todas as recomendações, para conversar com o leproso. Era eu quem os informava das novidades do mundo. Às vezes das novidades de minha imaginação. Com pena que ele não pudesse ir de dia até à cidade eu exagerava quase sempre as descrições para compensar a ausência do fato real. Lembro-me bem que cheguei mesmo a inventar mentiras completas para não deixar de lhe contar coisas interessantes. Em troca, ele me contava as suas aventuras noturnas com os peixes, os vaga-lumes e os mosquitos (CASTRO, 1957, p.48).

Cabe aqui ressaltar que em *Homens e Caranguejos*, ao relatar a sua infância, Josué de Castro traz à tona a problemática da fome no país, a problemática do ciclo da borracha com Cosme, as debilidades do Serviço de Higiene e Saúde com o Chico, a disparidade crescente entre ricos e pobres com o processo de modernidade imposto no país, as conseqüências da monocultura e da colonização, o brejo e o sertão dos seus pais, e, sobretudo, a ausência de políticas públicas de segurança alimentar. Assim, como bem enfatiza Schappo (2008), este livro pode também ser considerado o livro *Geografia da fome* contada de forma literária.

Além disso, o livro traz os escritos de Josué de Castro nos anos 1930 como os contos “O Ciclo do Caranguejo” (1935) e o “Despertar dos Mocambos” (1936), dentre outros. No primeiro, Josué de Castro define a simbiose entre o homem e o caranguejo:

[...] alimentados desde a infância com o caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leites dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e a andar com os caranguejos da lama e que depois de terem bebido na infância este leite de lama, de se terem enlambuzados com o caldo grosso da lama do mangue, de serem impregnados do seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos, com as suas duras carapaças também enlambuzadas de lama (CASTRO, 2001, p.10)

Neste conto também retrata a constituição das mocambópolis, cidades mocambos dos mangues, construídas por uma população que só ali encontrava a terra da promessa, o “paraíso”. Como se pode observar na interrogação de João Paulo ao seu pai:

– Pai, por que a gente veio morar aqui no mangue?
 – Porque quando viemos do interior foi aqui que encontramos a nossa terra da promessa, o nosso paraíso – responde Zé Luís com uma voz tranqüila.
 – Paraíso dos caranguejos – acrescenta em tom de revolta a mãe de João Paulo.
 Mas o menino volta à carga:

- Mas, por que aqui no mangue, por que não fomos morar na cidade, do outro lado do mangue? Lá é tão bonito, tão diferente, é como se fosse um outro mundo.
- Foi o destino, João Paulo, que nos trouxe aqui – respondeu o pai.
- Lá do outro lado é o paraíso dos ricos, aqui é o paraíso dos pobres – diz-lhe a mãe fitando-o bem dentro dos olhos. (CASTRO, 2001, P. 21)

E assim define o ciclo do caranguejo:

Os mangues do Capibaribe são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita pro homem, com tudo para bem servi-lo, também o mangue foi feito especialmente pro caranguejo. Tudo aí, é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive o homem e a lama que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive nela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de caranguejo. O que o organismo rejeita, volta como detrito, para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez (Ciclo do caranguejo, 1935, p. 27, documentário, 1957).

O ciclo do caranguejo seria assim uma analogia ao ciclo da fome, um ciclo vicioso que leva à obstrução da dignidade humana dos homens-caranguejos, seres angustiados e obcecados por comida.

[...] a vida dessa gente girava em torno de uma só obsessão – a angústia da fome. Sua própria linguagem que quase não fazia alusão a outra coisa. A sua gíria era sempre carregada de palavras evocando as comidas. As comidas que desejavam com desenfreado apetite. A propósito de tudo se dizia: é uma sopa, é uma canja, é um tomate, é uma ova, é um abacaxi, é pão-pão, é queijo-queijo. Era como se esta gíria fosse uma espécie de compensação mental de um povo sempre faminto. (CASTRO, 2001, p17).

Não há dúvida de que este romance, o primeiro e único escrito por Josué de Castro, é um rico material para análise de sua visão de mundo, na medida em que revela aos leitores algumas das suas experiências concretas, as primeiras narrativas de sua história, e, sobretudo, sua sensibilidade humana. Ainda que, para alguns de seus críticos, possa ser caracterizado como um livro automitificador, caricaturado de um personagem que quer ser reconhecido pela história, a meu ver, embora não descarte de um todo essa hipótese, trata-se da tentativa mais conscientemente elaborada pelo autor, ou, como bem aponta Mannheim, uma tentativa de elaboração teórica de sua visão do mundo, que talvez não pudesse ser escrita em outra ocasião e em outra paisagem que não fosse a década de 60, quando esteve exilado em Paris.

Dito de outra forma, talvez, este livro constitua a sua própria tentativa de compreender como sua trajetória de vida, a forma de seu projeto de ser no mundo, foi tomada por um espírito angustiado e obcecado pela problemática da fome. Como as amizades, os conflitos com os pais e as paisagens da mocambópolis tomavam forma e sentido, e até o desviavam do seu projeto de vida. Isto porque a militância em torno do projeto de segurança alimentar, as batalhas que travava com seu espírito tomado por estas imagens da infância sufocavam o seu desejo de ser um literato, ao mesmo tempo em que foram a chama inspiradora de seus contos e de sua ciência, como afirma Silva (1998).

Assim, mesmo com esta tentativa de elaboração consciente de se tornar o militante do combate à fome, Josué não deixa de se inquietar sobre o quanto sua vida lhe fugia das mãos, revelando que a escolha de um sujeito não é determinada unicamente pelo seu desejo, mas é também uma escolha a partir das possibilidades que se lhes apresentam. No seu diário, iniciado em 1957, nos relata:

Há tempos que venho sentindo uma terrível frustração, tenho sempre presente em meu espírito a idéia de que a vida se vai esvaziando, fluindo em extrema velocidade, sem deixar nada que se possa precipitar e cristalizar como uma expressão desta experiência vivida. É como se eu vivesse absolutamente para nada. Excepto para as aparências mais tolas, mais desvaliosas da vida. E isto não deixa de fazer mal. De desnaturar e entorpecer o elã vital, a autenticidade dos impulsos da vida. Cheguei a conclusão de que fui levado a este estado de espírito e de certa condição de vida pela fraqueza de me deixar desviar dos rumos autênticos de minhas inclinações e tendências, para rumos acidentais, casuais, que não me podem conduzir a qualquer realização autenticamente válida.

[...] São estes os objetivos desse diário, sem maiores pretensões que as de um caderno de estudo. De estudo de alguém que tem ilusão de poder ser autenticamente um escritor, mas que foi desviado de seu roteiro pelos obstáculos e acasos da vida, mas vou tentar reagir e voltar a encontrar-me naquele ponto em que (me desviei, me perdi) nos labirintos da vida¹².

Talvez, Josué nunca tenha se encontrado, os labirintos continuaram a mostrar-lhe as paisagens do Recife, e isto é o mais fascinante em sua trajetória. Como disse Ludemir¹³ (1983), Josué tinha um toque de universal, mas foi um homem marcado pela cidade provinciana e pelo mundo da infância e da juventude. Mesmo trilhando o caminho da fama, da riqueza, de grande escritor (coisa que tanto cobiçou, e o deixava envaidecido), o menino do mangue estava vivo, puxava-lhe o casaco, mostrava os fatos da memória, passava-lhe à frente, aguçava-o por todos os modos até encostá-lo na parede (PERNAMBUCANO, 1983, p. 209).

¹² Diário 04 de janeiro de 1957. Diário analisado por Tânia Elias Magno da Silva, 1998, p.88-89.

¹³ Foi secretário particular de Josué de Castro durante vários anos. Além disso, foi chefe de seu gabinete em vários órgãos em que Josué de Castro atuou. Bernardo Ludemir revela que não era uma tarefa fácil trabalhar com Josué, dado o choque entre estes dois mundos que o constituía. Era a vaidade e a simplicidade num só ser.

Josué de Castro morreu no exílio em Paris, em 1973, de tristeza por não conseguir retornar à sua terra. Assim nos revela sua filha, a socióloga Ana Maria de Castro:

Posso afirmar, sem qualquer pieguismo, que Josué de Castro morreu de depressão, morreu de tristeza, tristeza de estar longe de sua terra e de seus filhos. Tristeza de não poder viver e conviver com seus amigos, como Otávio Pernambucano, Fernando [Santana], Jamesson Ferreira Lima, Cid Sampaio, Pelópidas da Silveira, Barbosa Lima Sobrinho, Arraes e tantos outros. Não consigo esquecer seu desencanto, quando já doente, mais uma vez, lhe foi negado o passaporte brasileiro, para que pudesse voltar ao Brasil (CASTRO, A., 2007, p. 259).

Tempos antes de amanhecer morto em seu apartamento em Paris, em 24 de setembro de 1973, ao despedir-se do amigo Gilberto Costa Carvalho disse-lhe: "não se morre só de nefrite, de doenças dos vasos ou do aparelho digestivo, morre-se também de saudade, de saudade da terra onde a gente nasceu"¹⁴.

Josué morreu de saudade por sua terra. Saudade do Nordeste onde nasceu. Da Recife que o despertou para o mundo. Do Rio de Janeiro onde travou batalhas para impor suas idéias. Voltaria ao Brasil já falecido, apenas para ser sepultado no mesmo Rio de Janeiro. Era um chuvoso dia 29 de setembro de 1973, de muita comoção entre os presentes após o inflamado discurso de Barbosa Lima Sobrinho, no cemitério São João Batista. Certamente o espírito de Josué emocionou-se com essas últimas demonstrações de apreço em sua triste volta ao país natal. No Brasil, seu falecimento foi apenas mencionado por alguns jornais da época, em notas minúsculas. No Recife, os jornais silenciaram. No mundo, foi comentado pelos principais jornais da época.

Josué de Castro viveu, assim, em eternos duelos: entre o pai e a mãe, entre o anjo e o demônio, entre o Josué e o Josué de Castro, entre o Recife e o Rio de Janeiro, o Brasil e o mundo, o cientista e o político, entre o escritor e o militante, entre o médico e o sociólogo. Não seria de se espantar que este personagem, que tomou para si a missão de acabar com a fome no mundo e com todos estes seus duelos, não tivesse seu espírito atormentado por crises periódicas de depressão que o deixavam triste e amedrontado¹⁵.

¹⁴ Fala de Gilberto Costa Carvalho no Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro realizado pela Academia Pernambucana de Medicina em 1983.

¹⁵ Relatos revelados por seu amigo Otavio Pernambuco. Outros relatos dessa natureza são analisados por Silva (1998).

3.1. ENTRE DOIS MUNDOS

Josué de Castro nasceu próximo aos mangues do Capibaribe, na casa de n.1, na Rua Joaquim Nabuco, onde hoje está situado o Hospital da Restauração, e cresceu na casa em que o pai se mudara, pensando este estar mais longe do ambiente de miséria do mangue. Foram morar no bairro da Madalena, ainda mais próximo ao mangue, numa velha casa colonial fincada à beira do rio e de grandes quintais, com árvores frutíferas, vacas, cabras, carneiros, cavalos e pássaros de todas as espécies.

Meu pai como era um sonhador, tinha trazido para o Recife toda a paisagem viva da sua terra, com os seus bichos, com os seus pássaros. Dentro do sítio, eu respirava uma paisagem transplantada do sertão distante e em frente à casa contemplava a paisagem da costa – a paisagem negra do mangue¹⁶.

O pai de Josué, Manoel de Castro, conhecido como Neco, era branco descendente de portugueses que haviam fundado a cidade de Cabeceiras, situada no Sertão Paraibano. Não era rico, mas tinha uma condição de vida estável que permitia custear os estudos do filho. Um homem modesto de poucas letras, proprietário de pequenas terras no sertão paraibano, que vendia leite para garantir-lhe o sustento.

Só ia ao centro a negócio. Trocava a roupa de trabalho por uma boa casimira, gravata, chapéu, bengala de castão cônico apertada ao peito com o braço doente, que se prezava de ter boas amizades, entre as quais o conhecido homem da sociedade Arthur Dubeaux, padrinho do filho. Josué referia-se ao pai com admiração: homem honrado e trabalhador que negociava sempre com toda lisura (PERNABUCANO, 1983, p. 199).

A mãe, Josepha, conhecida como D. Moça, mulata, era filha de criação de uma família de engenho da Zona da Mata Pernambucana, a aristocrata família Carneiro da Cunha. Ao contrário do pai, a mãe era culta e estudada. Nasceu em 1873 e teve Josué aos 35 anos de idade. Quatro anos após o nascimento do filho, D. Moça foi abandonada pelo marido, acusada de infidelidade. Segundo depoimentos recolhidos pela pesquisadora Tânia Magno Silva com as primas de seu Neco, a infidelidade nunca aconteceu, foi uma invenção do marido de D. Moça, que era namorador.

Com a separação, D. Moça viveu muitas privações e até fome. Passou a morar com Josué num casebre, uma casa não muito confortável no Bairro da Madalena, próximo aos mocambos do mangue. Seu único rendimento foi como professora particular dos filhos de

¹⁶ Ver Silva, 1998.

operários que moravam na zona do mangue, que nada ou quase nada podiam pagar (SILVA, 1998).

Assim, dos quatro aos oito anos Josué morou com a mãe, com quem aprendeu as primeiras letras. Dos oito aos quatorze anos, uma vez que havia terminado o primário com a mãe e esta não tinha condições de pagar a continuação dos estudos, vai morar com o pai, na velha casa colonial de quintais grandes, também no Bairro na Madalena¹⁷.

Segundo Silva (1998), com a separação dos pais, Josué inicia a trama de viver dividido entre dois mundos: o da fartura, tendo com o pai a mesa farta, sem passar grandes privações; e o da miséria, do abandono, ao lado da mãe, com a qual passou fome. Duas saídas foram criadas por Josué para fugir desta trama. A primeira – para não responder a curiosidade dos colegas e de suas famílias sobre a separação dos pais – foi procurar nos meninos pobres da rua, moradores da zona de mocambos, e acostumados com tal estrutura familiar, a felicidade de ser criança, de brincar, de correr descalços pelas ruas, jogar pião, tomar banho no rio. Foi por estes tempos que conheceu o Cosme e o Chico.

[...] O mundo não era o que eu desejava. Eu era uma criança infeliz. Sentia que os outros falavam de suas famílias e aquilo não era assunto para mim. Não podia convidar os colegas. Convidar para onde? Prá casa de meu pai ou de minha mãe? Na casa de meu pai perguntavam pela minha mãe; na casa de minha mãe perguntavam pelo meu pai.

[os meninos da rua] Eles compreendiam a minha situação e nada perguntavam. Eu queria era a rua. Não queria nada com a casa de ninguém porque na casa dos outros perguntavam logo “quem é seu pai? Cadê sua mãe?” E lá vinham problemas (CASTRO, 1964)¹⁸.

A segunda saída foi silenciar. Não há muitos relatos escritos por Josué sobre D. Moça e seu Neco, nem sobre a relação com ambos. Tudo que se sabe sobre este relacionamento é o testemunho do amigo do colegial, Octávio Pernambucano, que presenciou um pouco mais de perto o que ele denominou de triângulo em parte amoroso. Nem mesmo a família formada por Josué tem relato:

[...] Josué não deixou muitos depoimentos sobre os pais, talvez por se tratar de um assunto incômodo do qual não gostava de falar. Estranho silêncio. Os filhos, quando questionados a respeito afirmam nunca terem ouvido dele nenhum comentário sobre a família. Nenhum neto conheceu o avô paterno. Não se lembram de ouvir o pai falar do passado, dos parentes. Depois que a avó, Dona Moça, morreu, também não

¹⁷ Maiores informações ver Silva (1998).

¹⁸ Entrevista de Josué de Castro concedida a Pedro Bloch na Revista Manchete, nº 625. Rio de Janeiro, abril de 1964. In. **Josué de Castro**: perfil parlamentar. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 39-40 (Perfil Parlamentar n.02).

se falou mais dela em casa. Ao escrever o prefácio de *Homens e Caranguejos*, talvez estivesse tentando romper um pouco com este silêncio (SILVA, 1998, p 13).

Octavio Pernambucano (1983) conta que Josué era apaixonado por D. Moça, tinha por ela uma grande ternura, ficavam alegres quando estavam juntos, trocavam carinhos. Com o pai, Josué mantinha uma cordialidade, mas havia nessa relação um conflito pulsante: na casa do pai a mesa era farta enquanto que na casa da mãe era bem pobre. Por isso, arengava com o pai para dar um pouco mais à sua mãe. Tudo o que ele quisesse, seu Neco dava, e ele correria para dividir com a mãe. Para Otávio Pernambucano, que se tornou amigo de Josué no colegial do Instituto Carneiro Leão e assim permaneceu durante toda vida, “[e]ste contraste entre abundância por um lado e a miséria pelo outro, foi a constante de sua existência, doía, queimava-lhe a pele, deixou-lhe a marca. O que veio depois foi uma repetição pantográfica dessa constante” (p.201).

Nos anos de colegial, como ele mesmo ressalta, personificou a figura do anjo e do demônio.

Estudei em dois colégios no Recife, nos quais personifiquei duas atitudes estereotipadas: numa a de anjo, noutra a de demônio. Comecei como demônio. Arrancado de minha selvageria de banho no rio, de jogo de pião e de castanha e de pés descalços na rua, para a disciplina rigidamente estúpida de um colégio, onde o aluno interessava apenas como um contribuinte ao seu orçamento, me rebelei profundamente e personifiquei o menino mau. [...] Felizmente me mudaram de colégio e no novo encontrei a figura humana que mais influência teve em minha vida. [...] O seu método acabou por domesticar o selvagem, sem quebrar-lhe a espinha dorsal do espírito. Trocamos o primeiro sorriso de íntima compreensão no fim do primeiro ano de estudos, o qual selou a nossa amizade. Foi no dia que terminei os exames dos quatro primeiros preparatórios no Ginásio Pernambucano e tirei o primeiro lugar da turma do colégio. Neste dia, diante de outros professores, alguns sempre irritados com o mau comportamento do aluno rebelde, quase vi o sisudo diretor piscar-me o olho quando me apertava a mão¹⁹.

Josué de Castro, após concluir as primeiras letras com D. Moça, e de ter passado por uma escola pública, foi matriculado no Colégio Francês Chateaubriand, no qual estudou por três anos e personificou o menino rebelde, o demônio, como ele mesmo o classificava. Depois, fez os preparatórios em dois colégios tradicionais do Recife, no Instituto Carneiro Leão e no Ginásio Pernambucano. Foi no Instituto que Josué encontrou o interlocutor que o influenciou na busca do conhecimento, no mundo das letras, das leituras – o educador Pedro Augusto Carneiro Leão.

¹⁹ Ver Silva (1998), p. 25-26.

Com este educador tomou gosto pelos estudos e pela leitura, encantando-se com os escritos de Luís de Camões com a obra “Os Lusíadas”, as aventuras de Júlio Verne, dentre outros grandes escritores. Tornou-se ávido em aprender e lamentou ter perdido tempo no outro colégio. Costumava dizer que aos 30 anos qualquer homem de estudo deveria ter escrito pelo menos um livro. Era o fascínio por ser escritor pulsando em sua alma. Entretanto, por estes anos iniciais, Octávio Pernambucano não acreditava nisto, relatava que “ele lia muito bem e escrevia muito mal” (1983, p. 195):

No seu entender, aos 30, qualquer homem de estudo já devia ter publicado um livro. Ai! Santo Deus, eu não o levava a sério, porque nas aulas de estilo que eram ministradas, pelo grande poeta Faria Neves Sobrinho, êle saía-se péssimo. Não cometia os erros que Dr. Pedro mais policiava: há no lugar de a; “houveram festas; prefiro isso do que aquilo; faltou por está doente” e outros que se vão tornando correntes no jornalismo e mais adiante. Mas era um descompasso entre pensar e escrever que terminava em orações incompletas, complementos desordenados e longos de desviar o sentido, construções baralhadas, que o mestre coçava a cabeça e não sabia corrigir (PERNAMBUCANO, 1983, p. 198).

Mesmo neste descompasso, Pedro Augusto Carneiro Leão acreditava que o menino Josué seria um grande estudioso, tanto assim que influiu discreta, mas decisivamente na psiquê do menino passando-lhe confiança. Sua confiança foi tamanha que Josué foi aprovado nos estudos preparatórios, após passar por uma rigorosa banca no Ginásio Pernambuco, onde os exames eram realizados. Terminou em três anos os estudos, dos quatro a cinco anos exigidos para conclusão do colegial (PERNAMBUCANO, 1983).

Seus pais, sobretudo, D. Moça, queriam ver seu filho tornar-se Médico. Desejavam que o menino cursasse medicina na Bahia. Dessa forma, em 1922, Josué ingressa precocemente na Faculdade de Medicina na Bahia, aos 15 anos de idade. Para tanto, os pais falsificaram os seus documentos para tornar isto possível. Entretanto, a ida para a Bahia aguçou a disputa existente entre o pai e a mãe pela atenção do filho. O pai de Josué, às vésperas da viagem deste à Bahia, alegou não ter dinheiro para mantê-lo em outro Estado. Na verdade, o pai, enciumado do amor que Josué dedicava à mãe, estava desanimado de conquistar a atenção do filho e aproveitou-se da oportunidade.

D. Moça correu em pranto à casa do compadre Dubeaux que, sem muito trabalho convenceu o Neco e deixou acertada a mesada que se prontificou a depositar pontualmente na Usina Cucaú, de João Cardoso Ayres, para ser entregue em Salvador. O compadre ia indenizando como pudesse (PERNAMBUCANO, 1983, p 202).

Na Bahia, Josué morou na casa de estudante, casa que teria sido de Nina Rodrigues. Nina Rodrigues, médico, foi o grande influenciador da Antropologia na Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Neste lar estudantil, Josué dividiu quarto com Teotônio Brandão²⁰ e Arthur Ramos, outros dois interlocutores que influenciaram sua formação. Sob influência deste último escreve artigos e contos que retratavam as discussões da época, escritos inicialmente sobre Psiquiatria e, posteriormente, sobre a valorização do nacional e da miscigenação.

Arthur Ramos, que também fazia medicina, estava bem próximo das influências da “Escola de Nina Rodrigues” do final do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX. Suas leituras se aproximavam dos estudos de Nina Rodrigues sobre a loucura e criminalidade na áreas da Psicologia Social e Psiquiatria. Ramos lia muito sobre as teorias psicanalíticas de Freud e fazia estas leituras em alemão. Em 1930, Ramos inicia um processo de descontinuidade teórica das leituras de Nina Rodrigues. Visto que seus estudos sobre os relações raciais caminharam em direção contrária aos relacionados pelo célebre médico baiano, pode-se dizer que, em certo sentido, estariam mais próximos de Gilberto Freyre (CÔRREA, 1998).

A inteligência de Arthur Ramos fascinara Josué. Tanto foi assim que, sob a influência deste, publicou seu primeiro escrito aos 17 anos. No depoimento abaixo, apresentado por Silva (1998), o autor também deixa explícito que foi com Ramos que adquiriu uma doce relação com o mundo dos cinéfilos e com a arte, ainda sendo possível captar sua desilusão com o formato de ensino acadêmico:

(...) devo confessar que maior influência do que os professores, tiveram em minha formação o convívio com alguns colegas de talento. Na Bahia influíram muito no rumo de meus estudos e indagações a presença na mesma pensão que morava, de dois colegas com os quais muito me liguei: Arthur Ramos e Teotônio Brandão. (...) Com Teotônio discutíamos. Com Ramos ouvíamos. E ouvíamos coisas esmagadoras, nomes arrevesados de venerados sábios alemães. Teorias frescas trazidas diretamente dos centros europeus por misteriosos caminhos para o sisudo discípulo de Freud na Baixa do Sapateiro.(...) Um dia êle nos fez a revelação suprema, que sairia um estudo seu sôbre Augusto dos Anjos e a Psicanálise, num dos suplementos dominicais do “O Jornal.” Isto na província em 1925, me pareceu a glória. Fomos comovidos até o Plano Inclinado a comprar o tal número do “O Jornal,” desdobramos as páginas com unção e lá encontramos o artigo com título e nome do autor. Tudo aureolado pela letra de fôrma tipo grosso. Não me contive. Veio-me a alma uma inveja doida de tanta glória. Fui também ao Freud - um Freud de terceira classe, já comentado em tradução - e lancei um ensaio tremendo, o meu primeiro ensaio, intitulado “A literatura moderna e a doutrina de Freud,” que saiu

²⁰ Em entrevista a Pedro Bloch, Josué fala sobre Theo Brandão, assim o chamava: “brigávamos por ninharias - criatura admirável, pensava que era metido a besta, quando na realidade, sempre me considerei inferior a todo mundo, especialmente a ele”.

flamejante na Revista de Pernambuco. Senti-me um igual e no ano seguinte, passei a ir ao cinema junto com mestre Ramos.²¹

Pouco se sabe sobre a vida estudantil de Josué na Bahia. No depoimento de Octávio Pernambucano nada, ou quase nada, é revelado. O fato é que o desânimo com a academia baiana e a efervescência cultural no Sudeste (ainda sob o impacto da Semana de Arte Moderna) levam Josué a transferir-se para a Faculdade do Rio de Janeiro, capital cultural e federativa do Brasil na época.

No Rio de Janeiro, hospeda-se inicialmente num hotel em que os pernambucanos costumavam abrigar-se ao sair do Recife. Em seguida, vai para uma casa de um velho casal baiano que morava com uma filha. Segundo Octávio Pernambucano (1983), encontrou nesta família um lar que tanto sonhava. Esta filha do casal, do qual Octavio Pernambucano não revela o nome, passa ser a irmã de Josué, companheira e amiga, que lhe prestava assistência e socorro nas suas crises de depressão.

Pelo que relata este amigo, as crises de saúde ocorriam nos momentos em que trabalhava intensamente ou de grandes pressões psicológicas. E no Rio de Janeiro, a vida de Josué caminhava justamente de acordo com a agitação da cidade. Segundo Octavio Pernambucano, a idade de seu Neco avançava, e este não dava mais conta dos seus negócios, o dinheiro havia estreitado de maneira que pouco poderia ajudar o filho, e este último pouco poderia ajudar a mãe, D. Moça. Josué, para garantir-lhe o sustento, passa a ter uma vida atribulada – estudava, mantinha suas leituras literárias, preparava resumos de estudos para os colegas de melhores condições financeiras, escrevia para revistas e jornais sobre assuntos diversos, sobretudo sobre cinema, uma das suas mais leves paixões²².

Além disso:

Frequentava as Embaixadas latino-americanas; mania de catar gente, procurar convivência interessante, conversa esclarecida, essa espécie de sede que cresce quando se bebe; o homem de letras Alfonso Reyes, embaixador do México, seu admirador e amigo, abria-lhe as portas da Embaixada (PERNAMBUCO, 1983, p. 203).

Esta proximidade com a embaixada mexicana lhe rendeu o título de Presidente do Centro Universitário Latino Americano, possibilitando organizar uma viagem com estudantes ao México para assistir a posse do presidente Pascual Ortiz Rubio. A data da viagem coincidiu com o dia da Formatura, em 28 de dezembro de 1929, o que lhe impediu de estar

²¹ Ver Silva (1998), p 31-32.

²² Sobre a paixão pelo cinema consultar Silva (1998); Normando Jorge de Albuquerque Melo (2009) e a Revista Continente Multicultural, edição de outubro de 2001.

presente na cerimônia²³. Mas, Ortiz Rubio sofreu um atentado no dia da posse, renunciando dias depois ao cargo. Do México, após despedir-se dos colegas universitários que estavam na caravana, Josué segue para os Estados Unidos, onde se estabelece por quatro meses, estagiando na Universidade de Columbia e no Medical Center de Nova Iorque.

Cabe assinalar que, em meio a estas agitações e próximo a viagem, Josué havia adoecido. Era a depressão. Durante as crises ficava apavorado, tremia muito, com medo de tudo e de nada. Sua “irmã-amiga” o socorria, agarrando-o até passar a tremedeira (PERNAMBUCANO, 1983). Esta depressão o atormentou durante sua vida e era mais patente quando o menino do mangue puxava-lhe o casaco. Assim, viveu sempre entre dois mundos, entre o Josué e o Josué de Castro, que se chocavam e sobreviviam juntos.

3.2. ENTRE O RECIFE E O RIO DE JANEIRO

Durante as férias estudantis, tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro, Josué sempre voltava ao Recife para visitar seus pais e amigos, mas, sobretudo o mangue. De todas as suas vindas ao Recife nunca deixou de visitar os amigos Cosme e Chico, e a Mocambópolis, como mais uma vez nos relata Octavio Pernambucano:

[...] vinham de novo as férias e nosso passeio era o mangue até quase a formatura; Ilha do Leite, Coelhoos, Cabanga, Santo Amaro, Olinda, Zona Portuária, Cruz do Patrão.

[...] repetiam-se as férias e... o mangue. Nunca fomos mal recebidos, éramos tolerados, dois meninos de calças curtas, pés calçados, dois rapazes de chapéu e gravata que nada lhes levavam. Algumas vezes uma conversa começava com as crianças e crescia com o dono ou a dona da casa; ficávamos contentes com a penetração que os levava além das conjecturas habituais (PERNAMBUCANO, 1983, p.203-204).

E Octavio Pernambucano, sendo apresentado a Mocambópolis por Josué, interroga:

- Como ser gente, vivendo como bicho?

[...] quantas vezes vimos bem de pertinho as gerações de avó a neto, homem ou mulher, vestindo os molambos mais esmolambados do guarda-roupa (um arame estendido entre dois paus), gíngando o corpo (como urubu mudando o pé e esticando a asa para equilibrar-se) naquele tabuleiro negro, mole por natureza e pelo crivado de furos que o amigo fazia para escapar ou recolher-se à intimidade [...] cada ano mais mocambos (1983, p.204).

²³ Sobre a passagem de Josué no México, consultar Schappo (2008) e o artigo de Josué de Castro “A revolução mexicana vista de perto”, Publicada no Jornal A Província, em 07 de maio de 1930.

Ao retornar do Estágio nos Estados Unidos, em 1930, se estabelece no Recife onde passa a se dedicar à área de Fisiologia, iniciando os primeiros tratamentos endocrinológicos no Nordeste. Com isso, traça uma carreira profissional de sucesso. Com dinheiro emprestado de um amigo agiota monta uma clínica especializada em problemas de nutrição, a primeira do Norte e Nordeste, e trata de retirar D. Moça da miséria. Aluga uma casa e muda-se com a mãe para o Bairro do Capunga, ignorando o pai, que ficou muito magoado com a postura do filho. Segundo Octavio Pernambucano, ele não se importou com os sentimentos do pai. Para ele, neste momento, o resto viria depois, primeiro colocaria sua mãe novamente num estado mais digno.

Seu consultório possuía aparelhos e equipamentos adequados para clinicar pacientes com os principais problemas endocrinológicos da época, especialmente a obesidade das mulheres ricas. Foi principalmente assim que por um tempo enriqueceu, emagrecendo mulheres da sociedade recifense, tornando-se o médico famoso, um médico da moda, mesmo com a sua cara de menino que assustava alguns pacientes.

Cabe assinalar que, no período em que retorna ao Brasil, estava ocorrendo a agitada Revolução de 1930. O Recife, sob o jugo desta revolução liberal, retirou do cargo o governador Estácio Coimbra – um dos grandes usineiros de Pernambuco, que em seu governo tentou fazer um trabalho de modernização conservadora, com a modificação no ensino na Escola Normal de formação de professoras, sob a orientação do pedagogo Antônio Carneiro Leão –, e colocou no seu lugar o interventor Carlos Lima Cavalcanti, ligado ao grupo de canavieiros e ao movimento tenentista. Este interventor procurava uma posição de equilíbrio entre os usineiros e grandes proprietários que o apoiavam e as facções mais moderadas das correntes populares (ANDRADE, 1997).

Josué de Castro não estava ligado diretamente aos movimentos políticos deste período, mas, lhe fora prometido, depois de formado, um cargo na Secretária de Educação juntamente com outros intelectuais ilustres, como Gilberto Freyre. Todavia, ao voltar para Recife depara-se com a Revolução de 30, e, como relata o Otávio, sem jeito para pedir emprego, comprou do amigo Uchôa Cintra um aparelho de metabolismo e abriu a clínica de nutrição. Contudo, Josué a princípio queria ser psiquiatra:

Eu, na realidade, queria era ser psiquiatra, mas o Uchôa Cintra tinha dois aparelhos de metabolismo. Me vendeu um. Resolvi fazer nutrição. Um só livro, O Tratado, de Ueber, figurava na biblioteca. As doenças da nutrição eram cinco na época: obesidade, magreza, diabete, gôta, reumatismo. Como era coisa nova, passei a ter

uma clínica brutal, apesar de minha cara de menino que assustava os primeiros clientes (CASTRO, 1964)²⁴

Em 1932, paralelamente ao consultório de Nutrição, passou a dar aula na Faculdade de Medicina do Recife, recém-fundada por Otávio de Freitas, médico famoso. A entrada de Josué de Castro nesta Faculdade se deu com a tese defendida no concurso para Livre-Docente intitulada “O problema fisiológico da alimentação no Brasil”, que foi publicada no ano seguinte na Revista de Medicina de Pernambuco. O artigo publicado teve grande repercussão, sendo alvo de críticas por Gilberto Freyre em Casa-Grande & Senzala²⁵.

Estes meses de 1932 foram de intensa atividade intelectual, pesquisa de campo e consultas. Por estes dias, foi contratado por um dono de uma fábrica para cuidar dos operários que estavam aparentemente doentes, haja vista que, segundo o Gerente da Fábrica, não estavam “rendendo” no trabalho.

Comecei a trabalhar numa grande fábrica e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam trabalhar. Eram acusados de preguiça. No fim de algum tempo compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: sei o que meus clientes tem. Mas não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença desta gente é fome. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi então que o problema era social. Não só do mocambo, não era só do Recife, nem só do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama universal²⁶.

Esta passagem numa fábrica do Recife provocou em Josué de Castro intensa e incômodas reflexões. Com a conclusão de que o salário dos trabalhadores era insuficiente para se alimentar de maneira que pudessem manter uma rotina de operário, Josué de Castro é contratado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado de Pernambuco, no governo do interventor Carlos de Lima Cavalcanti, para chefiar um inquérito sobre as condições de vida dos operários no Recife, que aprofunda ainda mais a hipótese apresentada²⁷.

As constatações de suas pesquisas, somadas às suas críticas à elite intelectual recifense, que ele acusava de inculta por desconhecerem a realidade de miséria e de opressão na sociedade nordestina, representou para Josué de Castro o ressurgimento do menino rebelde que Pedro Augusto Carneiro Leão havia adormecido. Este ressurgimento dava-se contra a

²⁴ Entrevista concedida a Pedro Bloch. Revista Manchete, nº 625. Rio de Janeiro, abril de 1964

²⁵ No próximo capítulo apresento este debate no próximo.

²⁶ Entrevista concebida a Pedro Bloch em 1963. No conto “Assistência Social”, Josué de Castro, com pseudônimo de Dr. Felix, revela como se deu a sua passagem nesta fábrica. No conto não revela o nome da fábrica em que trabalhou, dando o nome fictício de Fábrica Pureza.

²⁷ Estes estudos sobre a condição de vida da classe operária nas cidades do Recife e no Rio de Janeiro, foram utilizadas como referência, sob ordens de Agamenon Magalhães, Ministro do Trabalho na época, para a determinação da lei que instituiu o salário mínimo brasileiro.

elite intelectual recifense, e aproximava-o dos escritos da chamada geração de 30, caracterizada pelos romances do realismo social nordestino que retratavam o Brasil real, formado pela discrepância entre o mundo rural e urbano, o Sul e Norte, as desigualdades sociais, as secas e a situação de miséria desta gente.

Dentre os romancistas sociais nordestinos que tanto influenciaram Josué de Castro estão José Américo de Almeida (para o qual escreveu o prefácio do livro “A Parayba e os seus problemas”), Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e Jorge Amado. Autores que trazem em seus escritos uma crítica a ordem social existente, que vão marcar a produção de Josué de Castro neste período, sobretudo nos seus contos “O Ciclo do Caranguejo” (1935) e o “Despertar dos Mocambos” (1936), que retratavam a tragédia de vida desse povo tal como os ensaios dos romancistas do realismo social (SCHAPPO, 2008).

[...] Lembro-me bem, que durante um certo período nunca saí de casa sem um livro debaixo do braço – romance em brochura ou mesmo grosso tratado técnico – com exclusivo propósito de assustar os filisteus com tão massuda cultura axilar. Foi esta a fase de minha vida em que consegui fazer o maior número de inimigos, alguns deles da mais salutar influência no rumo das minhas íntimas aspirações. Um dia ainda escrevo um ensaio sobre a influência benéfica da incompreensão dos nossos inimigos defendendo-nos da ação dissolvente e esterilizante da aquiescência dos nossos amigos e dedicarei êste ensaio a alguns colegas e contemporâneos do Recife de 1930 (CASTRO, 1964).

Este clima de disputa intelectual e a rebeldia deram um tom de desânimo em Josué de Castro em relação à cidade do Recife. Ainda que estivesse financeiramente estabilizado – dada a prosperidade do consultório, as aulas na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife²⁸ –, deseja retornar ao Rio de Janeiro.

Na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais conheceu sua esposa e companheira para o resto da vida, Glauce do Rego Pinto. Josué de Castro estava noivo de uma moça rica, de família recifense bem conceituada, quando conheceu Glauce, filha de mãe costureira. Na verdade, Josué já havia desanimado com a moça rica. Essa não gostava de sua velhinha, D. Moça, já sem aparência e sem vivacidade. Como relata Octavio Pernambucano: Ele sentiu a pedra no sapato, nunca abandonaria sua velhinha feia pela moça bonita (1983, p. 215).

Com o rompimento do noivado e os fuxicos que tomaram conta da cidade em torno da vida de Glauce, quase miss Pernambuco, Josué de Castro novamente é atingido pela

²⁸ Josué foi um dos fundadores da faculdade, chegou a ser vice-reitor e lecionou a disciplina Geografia Humana. Idealizada junto a um grupo de intelectuais pernambucanos liderados pelo Professor Aníbal Bruno, a faculdade foi inaugurada em 22 de setembro de 1933, em solenidade no Salão da Faculdade de Direito do Recife. A abertura da faculdade teve larga repercussão no meio intelectual da cidade, bem como no estado, constituindo um pioneirismo no curso superior pernambucano pela sua proposta. – método de interpretação e avaliação conscientes dos valores humanos e mais ansiosos de organização e de vida. Problemas sociais.

depressão, ocasionada não só pelos intelectuais do Recife mas também em parte pela sua determinação em casar com Glauce, contrariando a posição da sua mãe. Segundo Octavio Pernambucano, com este abalo na saúde decidiu voltar ao Rio de Janeiro, por volta de 1934. Como a crise de depressão se aproximava, pediu ao amigo que o levasse. Lá foi encontrar-se novamente com a irmã-amiga que o socorrera nos tempo em que foi estudante no Rio.

Os tempos no Rio de Janeiro foram difíceis. Saiu da estabilidade financeira para recomeçar do zero. Além disso, recebeu a notícia da morte do pai, a quem não conseguiu dar um último adeus. Ao chegar à antiga casa colonial, seu pai já estava enterrado e a esposa de seu Neco já tinha tratado de ficar com a herança, nada deixando a Josué. Em meio esta instabilidade econômica, volta para o Rio com D. Moça e Glauce, com quem se casa apenas no civil²⁹ (PERNAMBUCANO, 1983).

Por estes tempos, segundo Silva (1998), foi mais literato que médico. Forma encontrada para “ganhar dinheiro”. Colaborava em diversos jornais e revistas do Rio de Janeiro e de Recife (“Diário Carioca”, “A Nação”, “A Manhã”, “Revista Carioca”, “Revista para Todos de Pernambuco”).

Aqui [Recife] a clientela havia começado com os ricos; lá seria sorte aparecerem os pobres; artigos, teses, aulas, fazia tudo o que desse para ganhar mesmo matando-se. Pouco escreveu-me, não disse que passava bem mas não deixou transparecer a verdade, nem pediu ajuda: temia a indiscrição de qualquer pessoa; era preciso esconder a queda para sair do buraco (PERNAMBUCANO, 1983, p. 217).

No final de 1935 recebe o convite de Roquette Pinto para lecionar a cadeira de Antropologia Física na Universidade do Distrito Federal. Universidade organizada pelo educador Anísio Teixeira, que procurava implantar no país um sistema de ensino mais abrangente, não apenas profissionalizante. Além de Josué de Castro, foram mobilizados outros cientistas como Afonso Arinos, Luis Freire e Gilberto Freyre, que se responsabilizara pela Cátedra de Antropologia.

Todavia, o tempo de duração desta universidade foi curto, dada a agitação política dos anos 1930. Getúlio Vargas dissolveu a Universidade do Distrito Federal e criou a Universidade do Brasil, em 1937, onde Josué de Castro ocupou interinamente a cátedra de Geografia Humana, na qual se efetiva em 1947, com a tese “A Cidade de Recife, Ensaios de Geografia Urbana” (ANDRADE, 1997).

²⁹ Josué dispensou a cerimônia religiosa, assim como dispensou o batismo dos filhos: Josué Fernando de Castro, economista; Anna Maria de Castro, socióloga; e Sônia de Castro Durval, geógrafa.

A indicação de Josué de Castro para a Universidade do Distrito Federal foi dada por Getúlio Vargas, de quem era médico particular e amigo de toda família. Como sugere Silva (1998), a aproximação com a família Vargas trouxe a Josué de Castro muitas oportunidades, mas também, muitos inimigos políticos. Esta ligação fez com que alguns membros da Universidade do Brasil o associassem ao governo fascista, dada a indicação para a cadeira de Geografia Humana.

Entretanto, neste período Josué de Castro não tinha militância política bem definida, aproximando-se dos grupos de esquerda como Aliança Nacional Libertadora, sob a liderança de Carlos Prestes. Porém, apesar de participar e ter seus artigos publicados em jornais à ela ligados, não se filiou a esta corrente, não sendo vítima de perseguição por parte do governo (pelo contrário, sempre cultivou a amizade com os Vargas). Em 1939, o Governo Federal encarrega Josué de Castro de elaborar o plano para a fundação do Serviço Central de Alimentação, transformado no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), onde permanece até 1941 (ANDRADE, 1997).

Este plano foi elaborado depois que voltou da Itália. Isto se deu porque, no Rio de Janeiro, passou a pesquisas bioquímicas, analisando substâncias com a farinha de macambira e do xiquexique. Estas pesquisas constituiriam o primeiro embrião do futuro Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB), por ele idealizado e fundado em 1946.

Os estudos de laboratórios levaram Josué de Castro aos primeiros contatos com a Europa, tendo estagiando, em 1938, no Instituto Bioquímico de Roma e dado o curso nas Universidades de Nápoles e Gênova. Dessa experiência resultou o estudo *Alimentazione e Acclimatazione Umana Nei Tropici*. Entre 1939 e 1945, promoveu curso sobre Alimentação e Nutrição no Departamento Nacional de Saúde Pública e na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, sendo eleito, em 1942, presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição, da qual também foi fundador.

No SAPS, começou a tratar o problema da fome como problema social de política pública, estabelecendo como meta principal prestar assistência alimentar e nutricional a um grupo populacional específico: os trabalhadores. Para tanto, força o Estado a assumir o papel de mediador das relações entre os empregadores e os empregados, para que assim fossem garantidas aos últimos maiores facilidades no acesso à alimentação.

Suas principais ações implantadas no SAPS – além de influenciar indiretamente na criação da lei do primeiro salário mínimo³⁰ e na criação da merenda escolar – foram a criação

³⁰ A Questão do Salário Mínimo. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio / Departamento de Estatística e Publicidade, 1935.

de restaurantes populares, postos de comercialização de gêneros de primeira necessidade a preços acessíveis ao trabalhador (a conhecida cesta básica) e a elaboração de campanhas de educação alimentar para divulgar a importância da boa alimentação.

Foi também no SAPS que Josué de Castro institucionaliza os primeiros cursos na área de nutrição no Brasil, os chamados cursos de nutricionistas do SAPS (atual curso de graduação em Nutrição da UNI-RIO). Esse órgão transformou-se num dos principais centros de formação de recursos humanos na área de Nutrição: nutrólogos, nutricionistas e dietistas, bem como o principal campo de trabalho para estes. (Vasconcelos, 2000).

Além da atuação no SAPS, Josué de Castro criou os Arquivos Brasileiros de Nutrição, em 1944, primeira revista científica de Nutrição. Neste mesmo ano, criou o Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA), no qual foi diretor e assinou a portaria que obrigava a iodetação do sal no país. Fundou também a ABN, Associação Brasileira de Nutricionistas, em 1949, idealizada com o objetivo de defender os interesses dos profissionais da Nutrição, bem como desenvolver estudos de campo (MELO et.al, 2007).

Ao final dos anos de 1940, pode-se dizer que a Nutrição está institucionalizada como campo de saber, o que bastaria para consagrar Josué de Castro, somando-se às suas ações engendradas no Rio de Janeiro nos estudos da Nutrição, além da consolidação como professor, cientista, médico e pesquisador.

Mas, Josué de Castro queria mesmo ser reconhecido no Recife, como assinala Silva (1998). Embora há muito tempo morando no Rio de Janeiro, sempre manifestou amor pela cidade natal, onde formou sua mentalidade. Nunca se libertou inteiramente da crosta telúrica que recobre a sua pele e a sua alma, o que faz dele um eterno regionalista (CASTRO, A., 1978, p. 126).

[...] Sinto esse amor até com mais violência pela ausência prolongada da paisagem que constituía o fundo essencial do quadro de minha infância e juventude. É que a cidade pequena, a cidade provinciana envolve perigosamente a alma da gente com uma espécie de encantamento mil vezes mais sedutor que o das grandes metrópoles. A cidade grande impõe mais respeito e admiração. Agora... amor mesmo a gente só sente pela cidade pequena que se abre sem reserva, que se dá num abandono da intimidade que a gente nunca esquece! (CASTRO, 1947)³¹.

3.3. ENTRE O MÉDICO E O SOCIÓLOGO, A REVELAÇÃO DO POLÍTICO

[...] A minha vocação era o social. Os que dizem que nunca peguei numa provete não estão mentindo. Quando quis saber o conteúdo da macambira e do xiquexique foi porque meu pai desceu o sertão comendo farinha de macambira, e eu queria

³¹ Entrevista concedida ao Jornal Diário de Pernambuco em 6 de janeiro de 1947.

saber por que motivo o “sertanejo é, antes de tudo, um forte”, se tantas vezes se alimentava daquilo³².

Como bem sinaliza o próprio Josué de Castro, a sua vocação não era a Medicina, mas as Ciências Sociais. Isto pode ser analisado em seus estudos e escritos. Sua medicina estaria mais próxima dos problemas sociais do que dos estudos puramente fisiológicos e patológicos. Mesmo quando escrevia sob estes enfoques era sempre o social que aprecia como elemento chave para sua interpretação. Talvez por isso fosse pouco compreendido pelos seus contemporâneos, sendo por muitas vezes acusado de pouco científico, mais ensaístico e quase literário, estando seus escritos longe do convencional academicista. O que também não agradava aos sociólogos, haja vista que seu apagamento nas Ciências Sociais pode ser percebido a olho nu.

A respeito do diálogo com as Ciências Sociais abordar-se-á com mais profundidade na próxima seção. O fato é que em todos seus escritos, sobretudo a partir dos anos de 1930, os assuntos estão envoltos nos problemas sociais da época. Entre eles destaque: “O problema fisiológico da alimentação no Brasil” (1932), “As Condições de vida das Classes Operárias do Recife” (1932), “O problema da alimentação no Brasil” (1934), “Alimentação e Raça” (1935), “Documentário do Nordeste” (1937), “Alimentação brasileira à luz da geografia humana” (1937), “Fisiologia dos tabus” (1938) e “Geografia humana” (1939).

Todas essas obras constituem o processo em que Josué de Castro lapidou seu conhecimento sociológico sobre a fome, culminando com sua obra magna *Geografia da Fome* – um manifesto político, o primeiro Plano de Segurança Alimentar feito no Brasil e para o Brasil. Neste livro, aborda e alerta a complexidade da problemática da fome e a necessidade de que os intelectuais e os governos se voltassem para o seu estudo, a fim de combater e erradicar esse flagelo.

Como bem sinaliza Mello (2007), a abordagem por Josué de Castro do problema da Fome e todo o seu emaranhado de condicionantes traduziu-se como uma produção científica marcante no Brasil, como um tratado sobre Política Pública de Segurança Alimentar, publicado em 1946. Dado a isto, ele e sua obra tornaram-se uma referência político-intelectual em todo o mundo. Mas, a apreensão do problema, a sensibilização quanto à fome, a ânsia em formular a sua equação e quebrar seu tabu, foram ratificando o peso do impacto social como força subjacente do seu trabalho intelectual, a ponto dele próprio se definir como intelectual engajado:

³² Entrevista concedida a Pedro Bloch. Revista Manchete, nº 625. Rio de Janeiro, abril de 1964.

De uma sociologia que, estudando cientificamente a formação, a organização e a transformação de uma sociedade em vias de desenvolvimento, compreende e admite que os valores mais desejáveis por esta sociedade são os ligados à mudança e não à estabilidade, e, por isto mesmo, se aplica em aprofundar ao máximo o seu conhecimento científico do mecanismo dessas mudanças. Digo conhecimento científico, porque, a meu ver, a sociologia comprometida com o processo social não deixa de ser científica, por este seu engajamento (CASTRO, 1965, p. 15).

As inclinações e a preocupação social presentes na sua produção intelectual conduziram Josué de Castro à atividade política direta. A atuação em órgãos governamentais, o contato com as forças políticas e, especialmente, a proximidade com Getúlio Vargas e o PTB seriam outros componentes que favoreceriam essa imersão. Em 1950, ligado a Getúlio Vargas, lança-se candidato a Deputado Federal pelo PTB e integra a Coligação Democrática da UDN, mas não consegue ser eleito. A respeito desta sua inserção na vida política, escreve ao médico pernambucano e amigo Arnaldo Marques, em 19 de abril de 1954:

[...] Cheguei à conclusão de que as forças de reação se organizam numa articulação ostensiva contra o liberalismo progressista pretendendo esmagar quaisquer tentativas de se obter um certo progresso social através de medidas de libertação das classes mais pobres do regime da fome em que as mesmas vegetam. Diante disto tenho a impressão de que não me é possível ficar a margem da luta, depois de ter denunciado nos meus livros a desigualdade social e o desequilíbrio econômico como as causas principais do marasmo desta zona do Brasil onde nasci, e por isto resolvi considerar a possibilidade de candidatar-me a deputado federal no próximo pleito. Embora o convite me seja formulado pelo P.T.B não me candidatarei como um homem de partido, como um militante da política, mas apenas como um convicto trabalhador pela implantação no Brasil de uma sadia política trabalhista e uma política de renovação social, visando através da legislação adequada, uma melhor distribuição da riqueza e dos seus benefícios para a coletividade brasileira.

Nesta primeira tentativa como candidato a Deputado Federal, Josué de Castro ficou em 16º lugar, obtendo 4.770 votos. Em 1951, continua sua atividade de pesquisa e escreve *Geopolítica da fome*, denunciando os bolsões de misérias existentes em vários países, apontando que os maiores responsáveis pela fome no mundo são os países colonizadores e imperialistas. Para Lord John Boyd Orr (1958), este livro poderia ter como título “Fome e Política”, visto que é com Josué de Castro que a fome entra nas pautas da política no Brasil e no mundo.

Mesmo com críticas à política imperialista, Josué de Castro recebeu o Prêmio Roosevelt da Academia de Ciência Política dos Estados Unidos, em 1952. Neste mesmo ano, é eleito presidente do Conselho Executivo da FAO, cargo em que permanece até o final de 1956. Este cargo veio como uma vitória que lhe deu novo ânimo, depois de ter ficado cansado e deprimido com a publicação do livro *Geopolítica da fome* e com a derrota nas eleições de

1950. A disputa na eleição para presidência da FAO se deu entre ele e Lord Bruce da Inglaterra. Josué de Castro venceu com 34 votos contra 30, no segundo escrutínio, após um empate³³.

Assim, de 1952 a 1956, exerce o cargo de Presidente da FAO onde empreende várias frentes de luta contra a fome nos países subdesenvolvidos, entre elas, o questionamento das velhas estruturas agrárias, do latifúndio improdutivo, e a defesa incontestada da reforma agrária. Sempre colocando o interesse dos países pobres como prioritários, reivindica verbas para que a FAO possa realmente cumprir o seu papel (SILVA, 1998).

Entretanto, percebe que os países desenvolvidos que estavam à frente destes órgãos não tratavam com devida atenção os problemas de segurança alimentar dos países subdesenvolvidos, deixando o cargo sem tentar uma reeleição. Sobre sua decepção com a FAO ele relata seu discurso de despedida:

[...] durante êsses quatro anos pudemos comprovar como era difícil vencer as resistências impostas pelos interesses particularistas dos países e grupos econômicos. [...] Há cerca de 6 anos que se discute êsse projeto, esmiuçado em todos os seus detalhes, em sucessivas reuniões da FAO. Durante êste período ocorreram epidemias de fome em vários países do mundo tais como a Iugoslávia, a Índia e o Paquistão.

[...] peço que me perdoem por falar com uma sinceridade um tanto brutal - que me sinto decepcionado diante da obra que realizamos. Decepcionado pelo que fizemos porque, a meu ver, não elaboramos até hoje uma política de alimentação realista que ponha em linha de conta, ao mesmo tempo, as desesperadas necessidades do mundo e nossos objetivos (CASTRO, 1968, p.63-64).

Em meio a sua presidência na FAO, no ano de 1954, recebe o Prêmio Internacional da Paz na ex-URSS e é indicado ao Prêmio Nobel de Medicina. No mesmo ano, lança-se novamente candidato a Câmara Federal integrando o Movimento Popular Autonomista pelo PTB contra a Frente Democrática Pernambucana. Obtém uma votação expressiva de 14.076 votos, elegendo-se como o sétimo mais votado pela coligação (PTB, PST, PSD, PDC, PSP e PRP), fazendo dobradinha com Francisco Julião (líder da Ligas Camponesas), sendo o único candidato apoiado pelos Comunistas.

Na sua campanha, Josué de Castro formou comitês descentralizados nos bairros de Recife e no interior do Estado, além de fazer campanha em todos os sindicatos trabalhistas de Pernambuco. Ao todo, o Estado tinha 51 Conselhos Consultivos dos trabalhadores, da capital ao interior. Fez toda esta campanha para montar seu programa de ação como Deputado. Assim fez porque, como refletiu em sua “carta proposta” no livro *Sete Palmos de Terra e um*

³³ Entrevista concedida a Pedro Bloch. Revista Manchete, nº 625. Rio de Janeiro, abril de 1964.

Caixão (1965), faltava participação popular no processo de decisão política do país. Sinalizava que esta não-participação dava-se pela bipolaridade da política brasileira: a esquerda mal organizada e a direita conservadora.

Neste primeiro mandato, ainda como aprendiz na Câmara Federal, inicia uma investigação mais aproximada da realidade camponesa brasileira, das causas políticas das desigualdades. Além disso, observou de perto como funciona a política econômica brasileira de abastecimento alimentar. Três grandes temas permeiam a disputa de Josué de Castro na Câmara Federal: a Reforma Agrária, a causa das desigualdades no Nordeste e a distribuição de renda. Estes três temas eram freqüentes nos seus discursos e culminam no seu grande projeto – o Projeto de Segurança Alimentar, entendendo que a construção de uma política pública contra a fome estaria implicada numa distribuição de terra e de renda que possibilitasse ao povo brasileiro uma educação alimentar digna.

Foi por causa destes ideais que Josué de Castro foi unanimidade na classe trabalhadora brasileira, reelegendo-se em 1958, dessa vez como candidato mais votado da história do Nordeste, mantendo a aliança com Francisco Julião, candidato pelo PSB a Deputado Estadual. No seu segundo mandato, o seu grande debate foi sobre a situação da seca no Nordeste, que desemboca na criação da SUDENE (MELO et ali, 2007).

Ao lado das atividades políticas nacionais não deixou de atuar internacionalmente. Fundou em Paris, em 1957, a ASCOFAM – Associação Mundial de Combate a Fome – juntamente com o Abbé Pierre, da comunidade de Emmaús, e o Padre Joseph Lebreton, entre outros. Assumia mil e uma atividades apesar da vida atribulada. Mesmo quando viajava a passeio, lá estava o Josué de Castro em reuniões. No final da década de 1950 passa a integrar o grupo de Cidadãos do Mundo, juntamente com Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, dentre outras personalidades. Na visita dos dois filósofos franceses ao Brasil, Josué de Castro os recepcionou.

Como demonstra a pesquisa de Silva (1998), ele tinha fascínio por conhecer pessoas interessantes e inteligentes. Pessoas que alimentassem sua alma e seus sonhos. Parecia correr contra o tempo, como se soubesse que a vida não lhe seria longa. Chegava trabalhar 18 horas por dia. Em 1962, renunciou ao mandato de Deputado Federal, quando foi indicado para ser Embaixador do Brasil junto a ONU, em Genebra. Além disso, torna-se representante do Brasil no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), também em Genebra, e é indicado pela segunda vez ao Nobel, dessa vez para concorrer ao da Paz. Estas indicações davam-se pela campanha a favor do desarmamento e contra a bomba atômica, em prol da paz mundial e pelo fim da desigualdade social:

[...] Não se alcançará jamais uma paz estável num mundo dividido entre a abundância e a miséria, entre o luxo e a pobreza, entre o esbanjamento e a fome. É absolutamente necessário terminar com esta tremenda desigualdade social. Infelizmente cada vez mais se alarga o fosso que separa os países ricos e os países pobres, os países chamados bem desenvolvidos – industrial e tecnicamente – e os países que se chamam subdesenvolvidos. É hoje noção universalmente aceita de que dois terços da humanidade continuam morrendo de fome. Esses dois terços de subnutridos e famintos se concentram exatamente nas regiões chamadas subdesenvolvidas do mundo.

[...] Não desejo me estender mais, mas apenas fazer um apelo para que seja criado um conselho universal de homens de ciência que denuncie ao mundo os perigos da energia nuclear como arma de destruição maciça e que insista na necessidade urgente de desviar os recursos ora utilizados em armamentos para a luta contra a fome e a miséria universais³⁴.

Precisamente nos anos 1960, Josué de Castro adquire maior notoriedade internacional, perde projeção nacional com a implantação do Golpe de 1º de abril de 1964. Durante esse recuo da ordem democrática, período mais duro da cultura política brasileira. Teve seus direitos políticos cassados, sendo exilado em Paris e proibido de voltar para o Brasil por dez anos.

Segundo Josué de Castro, essa problemática política instalada no país caracterizava-se, sobretudo, pela pobre dinâmica estabelecida pelos atores intelectuais e políticos, que tendiam apenas à agitações intelectuais e ações improdutivas:

A verdade é que a política no Brasil só inspira e aguça para uma espécie de atividade espasmodicamente agitada e intelectualmente improdutiva. Mais agitação que ação verdadeira. Não há debates nem lutas por idéias e princípios, mas uma surda e contínua luta pessoal por vantagens e posições. É uma luta de vida e de morte – luta vegetativa – sem deixar nenhuma disponibilidade para quaisquer veleidades intelectuais. Depois de dois anos como parlamentar, cheguei à triste conclusão da esterilidade e da infecundidade da inteligência no Parlamento. É esta uma arena ou circo onde se digladiam outras espécies de força: a astúcia, a audácia, o cinismo, o oportunismo. Não há lugar lá para outras qualidades humanas menos subalternas, como o espírito público, o desejo de servir, a busca de novos caminhos que possam conduzir a uma melhor distribuição de quotas de felicidade. Mesmo quando são debatidos problemas que em sua aparência envolvem estes aspectos do bem-estar coletivo, o tratamento ou nível de debate, o encaminhamento ou escamoteação dos argumentos se faz de tal modo que não é difícil verificar que a mola impulsionadora de toda aquela agitação em torno do problema não é o amor à causa, mas o desejo de aparecer, de brilhar, de se impor e cobrar politicamente com boas compensações – esta é a regra de conduta que dá raiva³⁵.

A crítica de Josué estava sendo direcionada não apenas ao corpo político de direita que instalara o golpe, mas também a classe intelectual e política de esquerda, mesmo identificando-se como político esquerdista. Chegara até a mencionar uma ditadura de

³⁴ Discurso pronunciado por Josué de Castro no Conselho Mundial da Paz, em Estocolmo, ao presidir a sessão dedicada ao estudo das armas atômicas, em 1954.

³⁵ Texto escrito em seu diário no dia 4 de janeiro de 1957. Diário não disponível ao público no CJC. Mas, analisado por Silva (1998).

esquerda, a ditadura do Partido Comunista, ressaltando: “Sou da esquerda, mas não tolero a ditadura. Por isso, nunca fui nem serei do Partido Comunista. Ditadura, nem do proletariado” (CASTRO, 1964)³⁶.

No exílio continua sua militância em prol de seu Projeto de Segurança Alimentar, embora decepcionado pelos rumos que a nação Brasileira tomou.

Na verdade, considero minha vida atribulada como um fato positivo, não cheia de glórias como você diz. Não as alcancei. Mas alcancei o respeito do mundo e a consagração de algumas de minhas idéias a serviço da humanidade. E isto já é muito. Por isso tem-se e deve-se pagar um preço. O preço que a imbecilidade brasileira me cobra, pelo menos até hoje, com toda a inflação da moeda e da estupidez militarista, não é caro. E sobre este aspecto me sinto feliz. O que me contrista, o que me revolta são as notícias que leio de perseguições mesquinhas e miseráveis, onde a mediocridade recalcada se desforra contra os homens de pensamento, de caráter e de coragem que se deram ao serviço da emancipação econômica e social de nosso povo. O Correio da Manhã publica artigos e informações que são de estarrecer. Informações sobre os métodos de torturas que os novos nazistas brasileiros estão usando e que certamente receberiam efusivas congratulações de Hitler e seus seguidores. E tudo isto feito para nada, na defesa de uma causa perdida: a do reacionarismo feudal brasileiro, apodrecido no clima decadente dos seus privilégios desumanos. É isto que me revolta. Esta agressão vergonhosa contra a grandeza do povo, humilhado, traído e vilipendiado. Não sei o que fazer à distância para ajudar esse povo. Talvez tentar mostrar ao mundo que o Brasil não é apenas um país de vândalos, ineptos e insaciáveis de lucros e vinganças, mas, também, um país onde há homens que pensam e que se sentem como criaturas humanas³⁷.

3.4. ENTRE O INTELLECTUAL E O POLÍTICO OU INTELLECTUAL-POLÍTICO?

Como se observou acima, depreende-se da leitura de alguns depoimentos, artigos e livro de e sobre Josué de Castro, uma articulação não tencionada do acadêmico, do intelectual e do político. Para Costa Lima (2007), por exemplo, Josué de Castro constituía uma figura intelectual-política que incorporou em sua trajetória de vida uma lição de intelectual marxista, que visa não apenas compreender o mundo, mas, transformá-lo, dado o fato de ser considerado um cidadão do mundo, ligado ao grupo de intelectuais que pensavam meios de emancipação humana, a partir da criação de um Governo Mundial. Tendo, assim, cumprido a missão do intelectual.

Mas, como assinalou Weber (1974), Josué de Castro digladiou-se com seus deuses e os seus demônios em lutas eternas. Entre a vaidade do intelectual e a ação prática do político.

³⁶ Entrevista concedida a Pedro Bloch. Revista Manchete, nº 625. Rio de Janeiro, abril de 1964.

³⁷ Carta à filha, Anna Maria de Castro, escrita em 8 de setembro de 1964.

Em seu diário, iniciado em 1957 e por ele denominado como caderno de estudo³⁸, queixou-se da atividade política, questionando-se por que motivo tinha sido levado para esta atividade que não lhe deixava tempo para sua atividade criadora de escritor. De escritor literário que desejaria ser, influenciado pelos romancistas do realismo social, que não acreditava na arte neutra, na literatura sem raízes e ligações.

Para além da frustração de não ter sido escritor, Josué de Castro sentia-se impotente no sentido de não poder controlar o que era capaz de prever – a fome assolando o mundo e a devastação do meio ambiente para qual ele julgava que passaria a humanidade – chegando até afirmar que a grande ciência do século XXI seria a ciência ecológica³⁹. Julgava-se incapaz de persuadir as grandes forças econômicas, para que estas voltassem sua atenção para o mar de miséria que se tornava o mundo.

Para Mills (1965), tais frustrações só surgem, naturalmente, no homem que se sente compelido a agir. Se este homem fala das questões públicas tais como as vê, não pode levar a sério os slogans e confusões usados pelos partidos como recurso para conquistar o poder. Sabe que suas ideias não se enquadram na política partidária e nas organizações ideologicamente contrárias às suas. Sente-se, portanto, politicamente irrelevante.

O fracasso do entusiasmo político de Josué de Castro tem sua correspondência no desenvolvimento de um sentimento trágico da vida. Esse sentimento de tragédia pode ser experimentado como peso pessoal, mas também como reflexo de circunstâncias objetivas. Surgiu do fato de saber que nos centros da decisão pública estão homens poderosos que não sofrem os resultados violentos de suas próprias decisões e de seus pensamentos. Estes pensamentos, para ele, seriam vagos, projetados para um Brasil que não existe de fato, sendo mais fácil lidar com este país irreal do que enfrentar a perturbadora questão do presente e do passado recente: que o Brasil é um país de famintos. Tem plena consciência de que na ânsia de querer mudar este quadro acabou se perdendo de si mesmo.

Este sentimento de desvio do seu projeto de mundo foi seu grande duelo. Ora, o conhecimento de sua posição social e as experiências pelas quais passou deveriam inevitavelmente o conduzir à atividade política, compreendendo que este seria o caminho de traduzir seu pensamento em ação. Ora, este desvio lhe amargava, devido ao fato de não ser o

³⁸ Este caderno de estudo perfeitamente poderia ser considerado seu artesanato intelectual, nele constam não apenas as frustrações com a política, mas há registros de viagens, impressões de paisagens, planejamento dos livros que pensava em escrever: A situação da China; Fome e Paz; e Aos pobres pertence o reino da Terra. Além das suas atividades e as crises periódicas de depressão e os entusiasmos com conversas e pessoas com as quais dialogou.

³⁹ Entrevista ao Jornal Mundo Unido, em 1972.

escritor que desejava ser e de não ter percebido as transformações de sua ação na realidade brasileira.

Neste sentido, Josué de Castro foi o político no estilo weberiano, que viveu para a política com o objetivo da luta não da aparência do poder, mas da luta pelo poder para abraçar uma causa: combater a fome. Entretanto, se afasta do posicionamento weberiano por acreditar numa ciência engajada. No texto “Função Social das Universidades” (1948), explicita claramente suas idéias sobre o engajamento da ciência, pontuando que as universidades devem ser o centro coordenador essencial na vida de uma cultura, ligadas ao organismo social que as geram, e que devem servir a este organismo plenamente, sendo sua principal função não a proclamação da verdade absoluta da ciência, mas a formação de homens capacitados a promover o bem-estar social.

Com este artigo, ele pontua ainda sua ojeriza ao processo de especializações em que se tornaram os cursos acadêmicos. Para ele, este sistema de especializações estreita o conhecimento, sobretudo, retirando a possibilidade do ensino sistêmico e humanístico que as universidades devem oferecer.

Pode-se encontrar em Josué de Castro duas fases que caracterizam a sua idéia de ciência engajada. Uma primeira fase, que corresponde ao período de 1930-1940, em que não desenvolveu grande atuação política direta. Nesta fase, claramente identifica-se com o intelectual de Mannheim, o intelectual de síntese que tinha como função orientar a classe política com o planejamento racional das suas atividades. A segunda fase, de 1946-1970, Josué de Castro compreendeu que o papel do intelectual por si só é político, este então deve lutar pelo poder com intuito de transformar a realidade social existente. O que evidencia as práticas de um intelectual gramsciano, comprometido com a emancipação humana.

A primeira fase é marcada pela intenção de lançar as bases científicas para o estudo da alimentação no país, na medida em que se constitui para o autor que a ciência tem a importante tarefa de contribuir junto ao Estado para a construção da nação. Josué de Castro compreende que o exercício da atividade científica teria que estar voltado para o desenvolvimento e para a sedimentação de uma perspectiva de mudança assentada na convicção de que cada sociedade deve criar os seus caminhos, os seus percursos, os seus processos de transmutações. Desse modo, cabe ao intelectual o esforço para entender as transformações sociais de sua época e como elas se processam interna e externamente, cabendo-lhe, então, um esforço de ação transformadora através de uma atividade intelectual que desvende as relações sociais e aponte caminhos para a ação prática.

Aos poucos, Josué de Castro vai mudando sua maneira de ser, controlando a sua vaidade, assumindo sua luta, compreendendo que não apenas os cientistas podem mudar a realidade, mas “que todo homem, qualquer homem comum, poderá contribuir para a melhoria do mundo” (CASTRO, 2005, p. 19), neste caso, para um mundo sem fome. Neste sentido, sua participação na política foi, sobretudo, para iniciar uma campanha em prol da conscientização da população acerca da necessidade de uma Educação Racional Alimentar e da importância de políticas públicas direcionadas para um plano de Segurança Alimentar, inicialmente no Brasil e posteriormente no mundo, podendo assim, identificarmos em Josué de Castro a figura do intelectual orgânico e tradicional de Gramsci.

Para Gramsci (1985), com denotações marcadamente marxistas, todos os indivíduos são intelectuais, mas nem todos desenvolvem essa função, a saber, a de promover o desenvolvimento histórico e social da sociedade. Por isso, para Gramsci, intelectual e política são quase que sinônimos. Ambos constituem uma expressão cultural que visa assumir as formas homogêneas da consciência social, em bloco no qual as classes produtoras e trabalhadoras encontram a proposta intelectual capaz de dirigir a sociedade.

Entre os intelectuais que realizam a função de transmitir influências culturais assegurando o controle social, estão os intelectuais que Gramsci apresenta com distinções: os intelectuais orgânicos próprios de cada classe social e os intelectuais tradicionais que possuem uma relativa autonomia e continuidade histórica.

Enquanto o intelectual tradicional age como o auxílio de formas de consciência já petrificadas na memória social, o intelectual orgânico como indivíduo ou atuando em partido político que representa seus interesses sociais, é o portador de um projeto de “hegemonias” baseado num universo cultural e moral que desagrega valores anteriores e constrói outros novos. Nesse sentido, Gramsci parte do pressuposto de que os intelectuais e a política atuam em bloco, mas, isto não implica numa ausência de senso crítico do intelectual dentro desse campo.

Há ainda quem classifique Josué de Castro, com as articulações por ele estabelecidas com as ideologias e utopias propostas no decorrer do espaço social, como um oportunista. Entretanto, ao que pude analisar, compreendo que sua obsessão pela temática da fome o revela um evangelizador. Como se houvesse a presença permanente de um interlocutor oculto com o qual discutia suas ideias e com as quais ele tentava “fazer crer ao país e posteriormente ao mundo – que este era o problema central para construção da nacionalidade e do desenvolvimento” (MAGALHÃES, 1997, p. 33).

4. CAPÍTULO III - A OBRA: GEOGRAFIA DA FOME

Este capítulo busca apontar que Josué de Castro, em *Geografia da fome*, traz à tona algumas das interpretações mais relevantes sobre a situação alimentar brasileira, lançando o primeiro manifesto-propositivo para construção de um Plano de Política Pública de Segurança Alimentar no Brasil. Subjaz a esta sua discussão os aspectos do processo de construção do Estado-nação, o desenvolvimentismo nacional e o papel dos intelectuais brasileiros. Tais questões somam-se à preocupação do autor com a formação de ações propositivas que levassem à mudanças sociais e redefinições das condições de exclusão das políticas sociais para uma parcela significativa da população brasileira. Uma das possibilidades de análise, a partir daí, é iniciar o desvelamento do diálogo implícito do médico-nutrólogo, Josué de Castro, com o pensamento social brasileiro.

Parto da afirmação de que a obra de Josué de Castro faz parte de uma tradição mais ampla das interpretações sobre a realidade social brasileira. Embora haja uma controvérsia em relação a esta assertiva, posto que, dificilmente, seu nome é citado junto aos intérpretes brasileiros nas ciências sociais. Assim, como afirma Ronaldo Conde Aguiar:

Há disponível uma quantidade enorme de artigos, teses e livros sobre determinados pensadores sociais; são os casos, por exemplo, de Euclides da Cunha, Gilberto Freire, Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Sílvio Romero e Florestan Fernandes, que mereceram, com razão, extensos estudos sobre os mais diferentes ângulos da sua obra e da sua fortuna intelectual. Em relação a outros, tão ilustres quanto aqueles, a bibliografia existente é lamentavelmente escassa e apresenta grandes lacunas. É o que acontece, por exemplo, com Eduardo Prado, João Francisco Lisboa, Guerreiro Ramos, João Cruz Costa, Roquete-Pinto, Artur Ramos, Manoel Bonfim e Celso Furtado, para citar alguns nomes. Mas o caso de Josué de Castro foi o que mais me chamou a atenção (AGUIAR, 2000, p. 13).

O espanto de Aguiar deu-se ao realizar as pesquisas para publicação da obra “Manoel Bonfim, o rebelde esquecido” (2000), em que constata que só existiriam no país duas ou três referências críticas sobre o pensamento de Josué de Castro. Neste livro, Aguiar desenvolve um conceito de “hierarquia de relevância” pautada no “capital social” que explicaria a escolha de dados personagem e que fatalmente condenariam outros ao esquecimento.

Significa, por exemplo, que o ato de escrever sobre os chamados ícones do pensamento social brasileiro, como os já citados Gilberto Freyre, Euclides da Cunha e Sílvio Romero, transformou-se, no meio intelectual brasileiro, numa demonstração explícita da competência de quem soube escolher a quem estudar e sobre quem escrever. [...] Os autores pouco citados (pouco citados porque pouco estudados) são ditos, em geral, como autores de menor ou pouca relevância, embora em áreas intelectuais específicas ainda possam desfrutar de algum tipo residual de prestígio.

São os casos de Guerreiro Ramos e Josué de Castro, autores que já se encontraram próximos ao esquecimento. Prova disso é que poucos estudiosos se aventuraram a lê-los – e, mais que isso, a escrever sobre eles. São autores que pela posição que ocupam na hierarquia de relevância não chegam a transmitir renome acadêmico àqueles que os elegeram como tema de estudos, teses e ensaios (AGUIAR, 2000, p.16).

Para alguns estudiosos de Josué de Castro, como Carvalho (2007), o apagamento ou esta indiferença dos comentaristas deve-se ao fato dele ser médico de formação (1925-1929). Assim, não se poderia colocá-lo como intérprete do Brasil, porque seriam suas pesquisas ligadas à Fisiologia e a ciência da Nutrição, e não às Ciências Sociais.

Entretanto, se pensarmos na formação da ciência da Nutrição, e mesmo na formação das Ciências Sociais, no início do século XX, pode-se apontar a relação nítida entre o pensamento médico-nutrólogo com o pensamento social. Especialmente depois da grande depressão de 1929, em que se acompanham mundialmente uma junção dos problemas biológicos com os problemas sociais. A relação se deu a partir da observação de que os problemas de doenças infecciosas estavam relacionadas às questões de higiene e de má alimentação (BOZZI, 2009).

Estes males sociais reforçaram as interpretações formuladas nos fins do século XIX, a saber, a de que, a fome e a pobreza são problemas sociais e de saúde pública moralmente inaceitáveis para os processos de mudança social e de modernização. Para superação destes problemas, alguns estados europeus criaram regulações no sistema alimentar como processo racional, essencial para a prevenção de doenças infecciosas, principal problema de saúde da época (BOZZI, 2009).

No caso brasileiro, a emergência da ciência da Nutrição ocorrerá dado o quadro de miserabilidade ocorrida nas primeiras décadas do século XX, trazido com as novas configurações sócio-políticas forjadas com o período pós-escravidão. Na verdade, este quadro social já se fazia presente no Brasil, mas ganha visibilidade com o crescimento urbano desordenado, atrapalhando um projeto de construção do Estado-nação. Cabe salientar que a nutrição em seus primeiros caminhos se divide em duas vertentes: uma com preocupações mais fisiológicas, tratadas no laboratório; e a nutrição marcada por estes fatores sociais (BOZZI, 2009).

No Brasil, a nutrição como ciência do social, nos foi revelada por Josué de Castro, que ao expressar o papel da Fisiologia na emergente ciência da Nutrição nestes termos, traz à tona parte de seu perfil multidisciplinar e deixa-nos ver de forma nuançada um dos significados a que atribuiu à preocupação da constituição de uma alimentação racional no país, em franco

diálogo entre os aspectos biológicos e problemas sociais. Para Josué de Castro, a ciência, de forma geral, deveria ser orientada e reorientada para o processo de intervenção na realidade social, assegurando-lhe maior racionalidade nos programas de alimentação (BOZZI, 2009).

O problema da alimentação é, sob qualquer aspecto, um problema de fisiologia aplicada. O conhecimento do seu mecanismo fisiológico é base indispensável ao médico, ao higienista, ao sociólogo, para que procedam com segurança e critério científico ao aconselhar, prescrever ou indicar as variadas formas de alimentação sadia. [...] Muitas das conseqüências mórbidas incriminadas aos efeitos desfavoráveis do nosso clima são o resultado do pouco caso dado aos problemas da alimentação (CASTRO, 1934, p. 121-123).

Em decorrência desses fatores, surgiu a necessidade de se repensar a ciência da Nutrição como uma ciência que teria um papel científico-político para reorganizar sócio-politicamente o Brasil. É a partir das idéias de Josué de Castro que aparecem as condições para as pesquisas científicas em torno da temática da fome e da subalimentação como problema social. Sob forte influência de Pedro Escudero⁴⁰ – nutricionista argentino que insere a perspectiva da ciência da Nutrição como ciência do social na América Latina, e que se tornou influência importante na lapidação do pensamento de Josué de Castro – são traçadas as nuances das diretrizes de uma política pública e a trajetória da alimentação humana em sua totalidade, da produção ao abastecimento, passando pelas dimensões culturais da alimentação e finalizando no consumo e seus impactos na saúde e nutrição das populações.

Cabe assinalar que, com a confluência entre pensamento médico-nutrólogo e pensamento social, a problemática da saúde pública e da alimentação no Brasil esteve presente em escritores e ensaístas brasileiros como Rodolfo Teófilo (*Sociologia da Fome*, 1890), Euclides da Cunha (*Os Sertões*, 1902), Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, 1933), Alberto Torres, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, como o médico Nina Rodrigues em seu estudo sobre a farinha de mandioca. Embora todos estes estudos toquem diversamente em certos aspectos relativos à questão da alimentação, suas bases não são usadas nos debates mais aprofundados ao tema da nutrição, lugar concedido a Josué de Castro (BOZZI, 2009).

Este pioneirismo deve-se à sua trajetória, como vimos na seção anterior, junto à burocracia estatal, a órgãos acadêmico-científicos, a organismos internacionais e, sobretudo, à

⁴⁰ Pedro Escudero dirigia o primeiro Instituto de Nutrição da América Latina, na Argentina. Josué de Castro entra em contato com Pedro Escudero nos anos de 1930 quando realiza o inquérito sobre as condições das classes operária do Recife e do Rio de Janeiro, tais inquéritos ganharam repercussão nacional e internacional. Neste período, Josué de Castro e Pedro Escudero trocaram correspondências. Segundo Silva (1998), nas últimas cartas trocadas Josué de Castro assina: *Devoto discípulo e amigo*.

sua experiência de vida. Assim, Josué de Castro obteve uma visibilidade muito maior para sua obra do que outros cientistas brasileiros acerca da questão alimentar (BOZZI, 2009)

Dado a isto que, dentro do quadro maior de estudos sobre questão alimentar no Brasil e na França, Josué de Castro tem destaque garantido frente a outros autores por ter sido um dos poucos a intervir diretamente na realidade, no que tange à questão da problemática da fome. Seu esforço é, principalmente, o de captar a especificidade do debate das ações e políticas públicas em torno de um projeto de segurança alimentar.

Na verdade, o diálogo de Josué de Castro com o pensamento social brasileiro inicia-se nos anos 1920 e consolida-se nos anos 1940. Esta aproximação inicial dá-se ainda quando estudante da Escola de Medicina na Bahia sob influência de Arthur Ramos, Teotônio Brandão e da atmosfera cultural da Semana de Arte Moderna de 1922, escrevendo vários artigos e contos que retratavam as discussões da época; escritos sobre a valorização do nacional e da miscigenação⁴¹.

Nessa época, os intelectuais estavam divididos entre a idéia da miscigenação como fator positivo ou negativo para a formação do povo brasileiro. Para uns, teríamos opiniões de que o multiculturalismo no país seria positivo, desde que não houvesse a mistura entre as três raças (índio, negro e o branco). Já outros pensadores analisavam a mestiçagem como positiva, desde que no final predominasse a raça branca. Ainda haviam os que enxergavam a mestiçagem como negativa por compreenderem que nela se reuniam as piores características de cada raça (CANDIDO, 1959).

Estas discussões adentram no Brasil com a influência dos paradigmas positivista, darwinista e evolucionista. Teorias notadamente dominantes neste período que se achavam marcadas pelo surto científico da Biologia, que saiu dos laboratórios químicos para os laboratórios sociais. Sob estas influências, o pensamento social brasileiro que se inicia em meados do século XIX com os juristas, considerados intérpretes por excelência da sociedade brasileira oitocentista, também passa a ser tarefa de médicos e engenheiros (CANDIDO, 1959).

Daí a inevitável aproximação dos juristas com médicos e engenheiros, que passaram a delinear o projeto político do país e a construir e a consolidar a ciência social brasileira nos anos 1930-1940. Isto significa que não se sustenta o argumento de que a formação em medicina possa ser apontado como um dos fatores do apagamento de Josué de Castro.

⁴¹ “A doutrina de Freud e a literatura moderna”, escrito quando Josué tinha 17 anos, 1925, resume bem este traço na década de 1925, visto que faz uma defesa da estética modernista como sentimento artístico legítimo, em que pese a efervescência do instinto brasileiro, que é o instinto multiplicado das três raças.

No processo de institucionalização da Sociologia no Brasil, com a criação da primeira Escola Livre de Sociologia e Política (1933) em São Paulo e da Universidade de São Paulo (1934), ainda se refletia a chamada tríade da inteligência brasileira. Juristas, médicos e engenheiros, que se dividiam entre a construção das bases teóricas e a Sociologia aplicada, juntamente com participação de pensadores e cientistas sociais estrangeiros como Roger Bastide, Donald Pierson, Claude Levi-Strauss, dentre outros (CANDIDO, 1959).

De fato, a emergência da criação de qualquer ciência requer um longo processo e a participação de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. As Ciências Sociais, para além do tripé da inteligência brasileira do final do século XIX e início do século XX, contou com artistas, escritores e educadores. Grosso modo, foi assim, que se deu em São Paulo a formação da Sociologia, vários especialistas imbuídos da missão de construção de um vasto corpo de instituições capaz de formar quadros competentes para mudar os rumos da vida nacional (VECCHIO et al, 2009).

Na Escola Livre de Sociologia e Política, criada em 1933, desenvolvia-se a Sociologia aplicada com pesquisas de campo cujo principal tema estava voltado para as condições da classe operária de São Paulo, realizadas, sobretudo, por médicos. Na Universidade de São Paulo havia claramente uma preocupação em dar o norte teórico para a sistematização da Sociologia brasileira. Neste processo acompanhamos a regionalização da Sociologia, visto que São Paulo se tornou divulgador da Sociologia Brasileira em termos de sistemática do conhecimento. Tal perspectiva de regionalismo é motivo de críticas até os dias de hoje (VECCHIO et al, 2009).

Gilberto Freyre (1973) chamou a atenção para o regionalismo paulistano no registro de interpretação da história das Ciências Sociais no Brasil, que sobrevalorizaria a experiência paulista, a qual ele denomina entusiasmo “pelas glórias paulistas”. Isto porque tal viés, segundo Freyre, não levou em consideração os avanços relativos à institucionalização da Sociologia que decorreram da Reforma Carneiro Leão, implantada em Pernambuco em 1929, em função da qual surgiu a primeira cátedra de Sociologia estabelecida no Brasil, e talvez na América do Sul, com critério de construção de pesquisa com método das Ciências Sociais (VECCHIO et al, 2009). Freyre refere-se a já mencionada Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, fundada em Recife, em 1933, por Josué de Castro e Aníbal Bruno, da qual também ele fez parte junto a outros intelectuais pernambucanos.

Além disso, os inquéritos realizados por médicos em São Paulo sobre a condição da classe operária paulista e carioca data dos anos 1940, posterior ao inquérito de Josué de Castro sobre as condições da classe operária em Recife (1932), o qual se torna o modelo para

o estudo das questões da classe operária no Brasil, sendo até citado pelos próprios médicos paulistas (VECCHIO et al, 2009).

Este dado traz à reflexão de que o apagamento de Josué de Castro sobrepõe-se às questões regionalistas, bem situadas por Gilberto Freyre, haja vista que as “glórias paulistas” delimitaram e rogaram para si apenas a sistematização das Ciências Sociais, mas não deixaram de reverenciar outros pensadores, como o próprio Gilberto Freyre e Sílvio Romero, que até hoje são bem referenciados e estudados pela escola paulista de Sociologia. Ao contrário de Josué de Castro, que mesmo tendo realizado pesquisa importante para a emergência das Ciências Sociais no Brasil, continuou à margem no rol dos grandes pensadores brasileiros.

O inquérito sobre a condição da classe operária (1932) é claramente uma construção do diálogo médico-nutrólogo com o pensamento social. O diálogo iniciado nos anos 30 torna-se ainda mais profícuo e consolidado com a trama *Geografia da Fome*, em 1946, que congrega num manifesto político com bases para a construção de um projeto de Segurança Alimentar no Brasil.

Para entender as contribuições deste intelectual e, sobretudo, apontar algumas causas mais plausíveis do seu apagamento, faz-se necessário estabelecer os nexos com as principais categorias das interpretações do Brasil trabalhadas por “intérpretes consagrados”, tais como alimentação, colonialismo, monocultura exportadora, latifúndio, atraso, nacionalismo, desenvolvimentismo, democracia.

Todas estas categorizações estiveram presentes no projeto de Segurança Alimentar difundido por Josué de Castro desde os anos 1930 até seu falecimento nos anos 70, circunscrevendo três fases distintas. Considero que seja a partir dessas referências, que aqui chamo de fases, que se sistematizam as realizações do autor de *Geografia da Fome* em variados domínios com o pensamento social no Brasil.

Inicialmente, nos anos de 1930-1946, com a garantia da alimentação pública para todos como um meio de elevar o Brasil ao Estado-nação; a segunda, nos anos de 1946-1964, em que desloca a ênfase da construção da identidade nacional para defender a superação de estruturas de produção agrícola-alimentar-econômicas dependentes em razão de um desenvolvimentismo nacional; e uma última fase, que corresponde os anos de 1964 até os dias de hoje com os seus estudiosos (e seguidores), que está relacionada à luta para

redemocratização no país – mais que isso, para a garantia dos direitos humanos à alimentação e à participação política⁴².

4.1. CONSTRUINDO O MANIFESTO DE PROPOSIÇÕES POLÍTICAS: GEOGRAFIA DA FOME

O pensamento de Josué de Castro nos anos 1930-1946 esteve pautado na construção da nacionalidade brasileira, a partir de uma leitura do problema nutricional, não apenas atrelado aos seus aspectos fisiológicos, mas introduzindo temas ausentes na discussão clínica da nutrição (como raça, produtividade e evolução social). O autor demonstra assim seu profícuo diálogo com as questões sociais da época para contrariar as idéias dos antropologistas físicos influenciados por Gobineau, que caracterizavam a raça não ariana como “raça inferior” (MAGALHÃES, 1997).

[...] os caracteres de deficiência e de inferioridade de alguns povos, atribuídos outrora a fatores étnicos, à fatalidade racial, são apenas conseqüências diretas de más condições higiênicas e principalmente de uma má alimentação. [...] O cruzamento do índio, do negro e do português não gera, por fatal hereditariedade, um mestiço débil, anêmico e raquítico. Se a maioria dos mulatos se compõe de seres estiolados, com déficit mental e incapacidade física, não é por efeito duma tara racial, é por causa do estômago vazio. Não é mal de raça, é mal de fome (CASTRO, 1957, p. 75-76).

Com esta sua tese que o “mal é de fome e não de raça”, Josué de Castro marca bem as características da ciência da Nutrição no Brasil, colocando em pauta as bases científicas da alimentação racional para explicação de determinados males sociais. Esta tese em suas prerrogativas torna-se um marco na história da ciência da Nutrição, que assume o debate de fome/subalimentação, antes analisado como questão apenas de higienização pelos médicos sanitaristas.

Mais que isso, a escolha por Josué de Castro do problema social fome/subalimentação no Brasil opera uma aproximação do diálogo da dimensão fisiológica/biológica com a dimensão sócio-cultural. Embora, neste primeiro momento, tal aproximação não tenha ficado tão óbvia. Isto porque esta tese perpassa dois tempos de sua obra. No primeiro, seus estudos se concentram no método mais fisiológico/biológico, partindo da distinção entre o normal e o patológico, com a finalidade de agir sobre este último. Agir com ações racionais para se pensar uma dieta suficiente para que os brasileiros pudessem sair do atraso à modernização, e assim curar-se desse estado de patologia. Para tanto, Josué de Castro acreditava que a cura

⁴² Como já sinalizei na introdução, neste trabalho evidenciei apenas as duas primeiras fases

desta sociedade estaria não na eugenia do homem brasileiro, mas numa política de alimentação racional (LIMA, 1997).

Deste modo, na primeira fase, a sua preocupação central consistia na análise do debate entre o Brasil atrasado – que correspondia ao Brasil real, no qual a fome constituía-se na principal questão nacional, causadora de todos os males do país, doenças, misérias, baixa produtividade, ausência de um projeto político para o povo – e o Brasil ideal, que está relacionado com uma educação alimentar racional para todos os brasileiros, em que as políticas públicas de alimentação estariam sendo orientadas pela ciência para construção de uma nação produtiva, alimentada e feliz (BOZZI, 2009).

Tal perspectiva de Josué de Castro inicia-se no desenvolvimento da pesquisa sobre as condições de vida do operariado pernambucano, que deu origem ao ensaio “As condições de vida das classes operárias no Recife”, publicado no Rio de Janeiro em 1935, onde constata-se que o problema da ineficiência de trabalhadores era fome, má alimentação.

Neste estudo, implicitamente, Josué de Castro indica a categoria trabalho como um dos fatores a serem investigados para se compreender o atraso brasileiro e as questões de fome/subalimentação, apresentando uma investigação sistemática baseada na metodologia de orçamento, qualidade de vida e padrão de consumo alimentar, realizada com operários de três bairros da cidade (Torre, Encruzilhada e Santo Amaro). As questões elaboradas buscavam captar o que estas famílias operárias comiam e quanto do seu salário era utilizado para alimentação, vestuário e habitação (foram aplicados questionários com 500 famílias, num total de 2.585 pessoas entrevistadas).

O resultado desta pesquisa situou Josué de Castro em pauta nacional, por ser extremamente inovador na questão de trazer à tona a relação entre alimentação e salário mínimo, apontando que os operários não tinham poder de compra, visto que estes gastavam mais do que ganhavam. Só em alimentação gastava-se 71,6% do salário, o que obrigava o operário a viver sempre devendo, sem saldar jamais seus modestos compromissos, contraídos à força da necessidade de viver (CASTRO, 1957, p. 82). Mais que isso, além da insuficiência do salário para o consumo estrito de sobrevivência, a qualidade da alimentação era inadequada para a manutenção da saúde.

Esta sua hipótese contrariava a idéia da época, a saber, a de que os brasileiros pobres comiam pouco, mas comiam de forma suficiente para se manterem vivos e com saúde. Segundo Josué de Castro, isso era uma inverdade, dado que se contabilizasse a quantidade de albuminas, hidratos de carbono e outros nomes específicos da ciência da Nutrição,

comprovariam que “[s]ó haveria uma maneira de alimentar-se pior do que esta: é não comer nada” (CASTRO, 1957, p. 88).

Para ele, a fome do trabalhador gerava o ciclo vicioso da fome. “A máquina mal alimentada” produziria menos, ganharia menos, o que contribuía para o processo de urbanização desordenado que aprofundava a crise alimentar e que agiria sobre a evolução social impedindo o progresso do bem-estar da sociedade brasileira. Era apenas tirar os óculos para enxergar que o ciclo da fome se estabelecia na cidade dos mangues dos anos 1930, o que ele chamou do ciclo do caranguejo.

Assim, sem óculos, pode-se elucidar que as dimensões fisiológicas e sociais operam mais próximas no pensamento do autor. Nesta perspectiva, em 1935, amplia suas investigações e publica “Alimentação e Raça” (1935), que engloba o inquérito “As condições de vida da classe operária no Recife”, aprofundando a análise do trabalhador brasileiro, desta vez não apenas no centro urbano, mas também no campo, com o objetivo de acentuar que o problema do povo brasileiro, seja do operário ou do Jeca Tatu do interior, não seria um mal de raça e sim mal de fome, decorrente das precárias condições de vida e de trabalho.

Claramente, percebe-se a influência de Freyre, difusor do paradigma culturalista de Franz Boas, em Josué de Castro, na medida em que este compreendia que a fisiologia do homem brasileiro teria particularidades, não por questões do clima tropical nem de raça, mas por condições sócio-culturais que os influenciariam. Com base nesta influência reporta-se para um novo vilão: a modernização, sendo a dieta alimentar insuficiente dos brasileiros acarretada pelos fatores sociais, políticos e econômicos. Seria este para o autor o motivo do atraso em relação aos países avançados.

Se esta teoria do valor cultural se afastava do biológico em direção social, fornecendo ao intelectual elementos para a justificação da tese ‘mal de fome’ e não ‘de raça’, este, ao produzir a base cognitiva do campo da ciência da nutrição, e no seu âmbito a Educação Alimentar, reconstituiu o biológico como um fator de evolução social em novas bases. Não cabia a tese de raça pura, já que eram todos mestiços. Mas o problema está envolto na noção dos dois Brasis, já apontado por Euclides da Cunha (SCHAPPO, 2008).

Para Josué, o abandono do Estado à população interiorana dos Jecas Tatus, não apenas acentuava a existência de dois Brasis, um moderno e outro atrasado, mas impediria a evolução social e agravaria o ciclo da fome nos centros urbanos. Isto porque na busca de fugir do ciclo no mundo rural penetrariam no ciclo no mundo urbano, aglomerando-se atolados nos mangues em busca de melhorias das condições de vida (SCHAPPO, 2008).

Deste modo, os emergentes centros urbanos (particularmente o Recife) reproduziram desigualdades sociais e aglomeravam em seus espaços situações de pobreza e miséria oriundas do Sertão – dados os períodos de seca e da ausência de política pública de abastecimento de água – e da Zona da Mata açucareira banhadas pelos imensos mares de cana – aonde, com a chegada das usinas, reproduzia-se o sistema colonizador em que nada poderia se plantar além de cana, pagando aos trabalhadores um salário de miséria que não dava para matar a fome.

Foi assim que Josué de Castro assimilou o tamanho do problema da alimentação do Brasil, dialogando, embora que ainda timidamente com o método geográfico, para entender as particularidades das regiões nordestinas, e se aproximando da sua formulação da fome como uma expressão das estruturas sociais e econômicas do país. A miséria urbana, com a qual ele se deparava desde a sua infância, andando pelos mangues do Capibaribe, fazia parte de uma questão mais ampla: fruto não apenas da seca, mas principalmente do latifúndio e da monocultura.

A “expulsão” das zonas da Mata e do Sertão, os baixos salários no campo e a falta de políticas sociais nestas regiões constituem fatores que contribuíram para as condições de vida precárias nos centros urbanos divididos entre os que tinham terra e casa e os atolados nos mangues – estes últimos vivendo em mocambos flutuantes, atolados na lama, comendo caranguejo e vivendo como caranguejo. A fome era o carro-chefe desta gente abandonada à própria sorte pelo Estado. A alimentação dessa população que se tornara operária era exclusivamente composta pela dieta de farinha com feijão e charque, café e açúcar, o que caracterizava falta de variedade de alimentos, baixíssimas taxas de consumo de calorias diárias, ausências de carboidratos, proteínas, cálcio e ferro.

Aos poucos Josué de Castro vai se revelando o cientista social e, também, o homem de ação. Seus estudos sobre a classe operária no Recife e, em 1940, no Rio de Janeiro, influenciaram a elaboração do Decreto Lei nº 2.162, que instituiu o primeiro salário mínimo no Brasil. Mais que isso, em tais pesquisas consolida-se como um homem múltiplo, capaz de reunir uma pluralidade de conhecimentos e os relacionar entre si. Ser múltiplo no sentido de dialogar com várias categorias do conhecimento e ocupar vários campos sociais. É o médico, o nutricionista, o cientista social, com seus estudos de laboratório e pesquisa de campo, andando pelo Nordeste brasileiro, propondo novas políticas e assumindo sua execução, provocando também o alargamento e o aprofundamento nas abordagens políticas no Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Entretanto, este seu perfil de homem de pensamento e ação foi alvo de críticas desde cedo. Já em 1933, com a publicação da sua tese de livre-docência da cadeira de Filosofia da Faculdade de Medicina do Recife, “O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil”, defendida no ano anterior. As suas idéias apresentadas neste estudo são fortemente contestadas por Gilberto Freyre em “Casa Grande & Senzala” (1933). Isto porque, para Freyre, o erro de Josué está no plano da divisão de saberes, um médico de formação não poderia abordar com tanto afinco problemas sócio-culturais.

Talvez, o que subjaz à tal crítica é o pioneirismo das discussões da questão alimentar no Brasil e ao fato de que Josué de Castro, no seu aprofundamento do estudo da fome/subalimentação, retratou que as classes operárias constituiriam reflexo da continuidade das áreas de deficiência alimentar em que se encontrava a população brasileira, sobretudo a população da Zona da Mata açucareira, que comia qualitativamente mal.

Josué de Castro responde à crítica de Freyre no Jornal Diário da Manhã de três de fevereiro de 1934:

Não critico Sociologia e não me faço de sociólogo. Apenas o trabalho que me refiro é um trabalho médico-científico e tendo Gilberto, sem ser médico, o comentado à maneira de sociólogo, eu também sem ser sociólogo falarei do livro dele como médico. [...] criticando esse trabalho, Gilberto Freyre diz que, em conjunto concorda com ele, chegando às mesmas conclusões que cheguei, mas que há um ponto, um detalhe, um pedaço onde estou inteiramente errado. [...] Preferia que discordasse do trabalho todo, chegasse a conclusões opostas e daí deduzisse que as minhas estavam erradas [...] Não há quem não sinta alegria quando, publicando um trabalho é bem compreendido por um camarada inteligente, mesmo quando se trata dum assunto técnico e o camarada não é técnico, é só um inteligente.

A crítica de Freyre se deu a partir da leitura equivocada sobre o estudo “O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil”, apontando que nesta tese Josué de Castro afirmou que a alimentação do povo brasileiro era rica em proteínas, o que não correspondia à realidade alimentar do Brasil da época.

Inteiramente errado, a nosso ver, o Sr. Josué de Castro no seu trabalho O problema Fisiológico da Alimentação Brasileira, Recife, 1933 — no qual chega, aliás, do ponto de vista fisiológico e através da técnica mais recente na sua especialidade, às mesmas conclusões gerais que o autor deste ensaio, pelo critério sociológico e pela sondagem dos antecedentes sociais do brasileiro, isto é, “muitas das conseqüências mórbidas incriminadas aos efeitos desfavoráveis do nosso clima são o resultado do pouco caso dado aos problemas básicos do regime alimentar” — quando considera os alimentos ricos de carbono os “de aquisição mais barata pela sua abundância natural, num país agrícola como o nosso”. “A alimentação intuitiva, habitual, das classes pobres, trabalhadoras”, acrescenta, “está, sob este ponto, de acordo com os fundamentos fisiológicos”. Procuramos indicar neste ensaio justamente o contrário: que a monocultura sempre dificultou entre nós a cultura de vegetais destinados à alimentação. Do que ainda hoje se sente o feito na dieta brasileira — na do rico especialmente na do pobre. Nesta o legume entra raramente; uma fruta ou outra, a

rapadura ou o mel é servido, a rigidez do regime do brasileiro pobre: farinha, charque e bacalhau. O feijão é luxo [...] (FREYRE, 1933, p.65)⁴³

Na tentativa de esclarecer o equívoco, e muito contrariado, Josué de Castro traz à tona o equívoco do amigo Freyre:

Nunca falei em alimentos ricos em carbono, e sim em hidratos de carbono. Coisa inteiramente diferente. Os hidratos de carbono não são mais ricos em carbono do que as albuminas e as gorduras como deve ter pensado o sociólogo e por isso, feito a confusão. Para que não fiquem dúvidas, transcrevo o pedaço de minha tese que foi alterado: - na nossa alimentação deve-se estabelecer uma cota de hidratos de carbono por várias razões. Exponho duas razões de ordem biológica e chego à terceira de ordem econômica: - ainda há uma razão de ordem econômica; é que são esses os alimentos de aquisição mais barata pela sua abundância natural num país agrícola como o nosso. [...] Diz ainda que há legumes pensando que são eles ricos em hidratos de carbono – não são não – são bem pobrezinhos, contêm apenas 5 a 10% dessa coisa. Diz que não há quase carne nem fruta que também são fontes abundantes de hidratos. E afirma que o regime habitual é de rapadura, mel de furo, farinha de mandioca, charque e bacalhau. [...]; portanto, o regime de acordo com que eu disse, com fundamentos fisiológicos.

Agora, como se explica sem estranheza que Gilberto Freyre com a sua decantada cultura sociológica, com o seu espírito profundo e com admirável intuição dos fatos sociais tenha cometido toda essa confusão, toda essa embrulhada? É que essa questão não se apreende por de intuição nem com uma leitura de afogamento dos grandes mestres (CASTRO, Jornal Diário da Manhã de três de fevereiro de 1934).

Josué de Castro aprofunda as suas críticas questionando-se como pode Gilberto Freyre, que cita autores consagrados na área da Nutrição, não conhecer alguns conceitos básicos de Química e de Biologia que lhe permitiriam penetrar minimamente nestes assuntos especializados, chegando até a diferenciar proteína de albuminóides como sendo duas coisas diferentes, quando são a mesma coisa. Além disso, Josué de Castro interroga-se como se pode afirmar que os negros são mais bem alimentados do Brasil.

Tratando da alimentação dos escravos ele [Freyre] diz: “sua abundância em milho, toucinho e feijão recomenda-a como regime apropriado ao duro esforço exigido do escravo agrícola”. Ora esse regime que o sociólogo julga racional é capaz de matar por deficiência até um inativo quanto mais um escravo forçado a trabalhos exaustivos. Onde, neste regime se encontram albuminas de alto valor biológico contendo ácidos aminados indispensáveis ao equilíbrio nutritivo?

Na obra Geografia da Fome, 1946, elabora ainda mais sua resposta:

A rigor, o sociólogo não deveria escrever “os mais bem alimentados”, mas os que comiam maiores quantidades de alimentos, o que é bem diferente. São afirmações como esta destituídas de todo fundamento, ao lado de uma impropriedade vocabular

⁴³ Nas edições subseqüentes de Casa Grande & Senzala, não se encontra o equívoco a que Josué de Castro refere-se neste trecho: “os alimentos ricos de carbono”, existe uma correção para hidrato de carbono.

que denuncia o desconhecimento, o mais completo, do autor, dos assuntos de alimentação, que tornam a obra de Gilberto Freyre uma obra destituída de qualquer valor científico. Quando um sociólogo ignora que proteína e albuminóides vêm a ser a mesma coisa e cai na pachecada de escrever que a nutrição da família colonial brasileira é de má qualidade “pela pobreza evidente de proteínas e possível de albuminóides”..., não se pode mais levar a sério a sua obra científica. Porque a verdade é que esta ignorância lapidar daria para reprovar qualquer aluno secundário que estivesse fazendo seu exame de história natural, de química ou mesmo de economia doméstica (CASTRO, 2005, p. 128)⁴⁴.

O emaranhado de debates em torno das denúncias de fome no Brasil, a partir de textos de jornais e científicos, levaram Josué de Castro à intensas reflexões e ao diálogo mais profícuo com a dimensão sócio-cultural da problemática da fome. Mais que isso, semeou a idéia de que a fome era um conceito político e social.

Em 1937, já no Rio de Janeiro, lecionando a cadeira de Antropologia Física, escreveu o livro *A alimentação brasileira a luz da Geografia Humana*. Neste livro o autor extrapola a dimensão fisiológica e aproxima-se do método geográfico. Mostra as diferenças alimentares nas diversas regiões brasileiras, bem como os condicionantes sociais e econômicos que levam à carência alimentar de parcela significativa da população brasileira, questionando-se como no Brasil, um país tropical, pode haver índices altos de raquitismo.

Em *Fisiologia dos tabus* (1938), Josué de Castro, lapidando o método geográfico, analisa que as causas do raquitismo podem estar relacionadas às práticas de interditos alimentares praticados pelos colonizadores, que prejudicaram uma educação alimentar saudável no país. Estes aspectos têm conseqüências significativas para explicação do raquitismo, ainda considerando outros elementos culturais que envolvem o problema da alimentação no Brasil.

O resultado de suas reflexões e pesquisas de campo no Brasil culminou na elaboração do seu manifesto político, *Geografia da fome*, que colocou em pauta no país as bases científicas para criação de um Programa de Políticas Públicas de Segurança Alimentar, versado na necessidade do Brasil investir na elaboração e planejamento de políticas agrícolas e econômicas de abastecimento de alimentos, capaz de atender a todos os brasileiros.

Daí porque considerar esta obra um manifesto propositivo de suas ações políticas, pois se trata de um livro que denuncia a má educação alimentar a que o povo brasileiro foi submetido com o processo de colonização, passando pela má distribuição de renda e pela ausência de políticas públicas voltadas para tal problemática. Um manifesto, em seu sentido

⁴⁴ Em 1935, com o ensaio “Sociologia Pitoresca”, Josué de Castro prossegue com sua crítica a Freyre, de forma generalizada acusando a Sociologia do Brasil, de uma sociologia voltada para o exótico, para o pitoresco sem grandes reflexões científicas aprofundadas da realidade social.

literal, uma declaração pública de princípios e intenções, que objetiva alertar e denunciar o Brasil como país de famintos, convocando a política brasileira e a intelectualidade a agir sobre tal problemática.

É um manifesto propositivo porque não há, nesta obra, apenas denúncias, mas também proposições, alternativas para solucionar ou ao menos amenizar as questões da fome no país. Tais questões nos são reveladas a partir do método científico por ele escolhido, o método ecológico geográfico, em que o autor deu ênfase à análise e à interpretação no campo das Ciências Sociais. A verdade é que – depois de retirar o problema da fome do âmbito privado, da perspectiva do fenômeno como questão individual, e colocá-lo em pauta na construção de políticas públicas no país – Josué de Castro revela, nos anos 40, o fenômeno em sua problemática total, consolidando a visão da alimentação como algo capaz de influir decisivamente no processo de desenvolvimento nacional (MAGALHÃES, 1997).

4.2. GEOGRAFIA DA FOME E MÉTODO ECOLÓGICO GEOGRÁFICO

A obra *Geografia da fome*, traduzida em 24 idiomas, consolida Josué de Castro como referência na questão de Segurança Alimentar em todo o mundo. O autor refina seu conceito de fome, marcando a mudança em relação aos estudos anteriores em que fome e subnutrição apareciam frequentemente como sinônimos. Além disso, sai do âmbito da denúncia para proposições de combate à fome a partir de ações práticas, criadas durante sua atuação nos órgãos estatais de Políticas Públicas de Alimentação, no SAPS e SNA, conforme retratados no capítulo anterior.

Trata-se da primeira grande obra sobre os problemas ambientais brasileiros e seu impacto sobre os homens (ABRAMOVAY, 1996). Representa um marco nas análises sobre realidade brasileira, primeiramente pela aguçada perspicácia do autor que, ao adotar o método ecológico, revela a importância da transdisciplinaridade na abordagem da problemática e, assim sendo, revela como fez bom uso do caráter sistêmico entre as Ciências Naturais e as Ciências Humanas. Em segundo lugar por mapear a fome no país, correlacionando fome ao problema do subdesenvolvimento brasileiro, como bem sinaliza Taranto (1993).

Para tanto, o autor se utiliza do método geográfico baseado nos princípios estabelecidos pelos geógrafos alemães Ratzel, Carl Ritter e Alexander Von Humboldt. Do primeiro utiliza não o determinismo do meio, mas o princípio da extensão, do mapeamento da área estudada. Do segundo toma o princípio da analogia. De Von Humboldt, com o princípio da causalidade, para determinar o porquê de dados fenômenos ocorrem, apontando a causa e o

feito. Além dos alemães, buscou a influência da geografia francesa de Vidal de La Blanche com o pressuposto da influência e a dependência mútua do homem com o meio natural.

Assim, Josué de Castro localiza, delimita, compara e correlaciona os regimes alimentares de cada região do país. Examinando a partir das possibilidades oferecidas pelos solos, pelo clima, pela vegetação, mas igualmente pela maneira como se organiza a apropriação da terra e as relações de trabalho. Isto porque, o autor parte da assertiva de que a fome é a manifestação biológica de um problema social, só podendo ser desvendada pelo conhecimento detalhado tanto da organização social e técnica da produção alimentar como das possibilidades e dos limites que o meio natural oferece para sua expansão.

Para atingir tais objetivos o autor desenvolve duas tipificações da fome. Uma é a fome epidêmica ou aguda, compreendida como fome total, quantitativa, a mais violenta, restrita aos períodos de catástrofes naturais, de seca ou de guerra, que assolam o nosso planeta. O outro tipo, a fome endêmica ou crônica, compreendida como parcial, a fome não explícita, qualitativa, decorrente da falta de determinados nutrientes na alimentação. Esta fome, também denominada por Josué de Castro como oculta, mata lentamente milhões de pessoas no mundo inteiro.

A partir destas tipificações, o autor analisa que a alimentação do brasileiro revela qualidades nutritivas bem precárias, apresentando, nas diferentes regiões do país, padrões dietéticos mais ou menos incompletos e desarmônicos. Em dadas regiões os erros e defeitos são mais graves e vive-se num estado de fome crônica. Noutras, vive-se sob o regime da fome epidêmica. E em poucas áreas apresenta-se um quadro de subnutrição. As causas fundamentais dessa alimentação tão defeituosa, e que tem pesado tão duramente na evolução econômico-social do povo, é muito mais um produto de fatores sócio-culturais que de fatores de natureza geográfica.

Segundo Josué de Castro, o país estaria longe de se constituir uma só área geográfica alimentar. Isto porque, as variadas categorias de recursos naturais e a predominância cultural de determinados grupos que entraram na formação de nossa etnia nas diferentes zonas, condicionaram forçosamente uma diferenciação regional dos tipos de dieta.

Assim, dividiu o país em áreas alimentares. Para cada uma delas ele traçou os recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais e com seus efeitos humanos, refletindo suas características tanto somáticas quanto psíquicas, tanto biológicas quanto culturais, assim como também a influência marcante dos seus tipos de dieta. Com isso, não priorizou o primado do biológico sobre o cultural, nem o cultural sobre o biológico, mas trouxe a reflexão de que a fome é um fenômeno *biológico e social*, sendo

assim *político e cultural*. Este fenômeno, por ser social, é coletivo. Por isso, o autor faz questão de pontuar que, neste estudo não interessa a fome individual, mas fome como o fenômeno que atinge a metade ou mais da metade de uma dada população.

As regiões foram distribuídas a partir das manifestações alimentares em cinco áreas bem caracterizadas: (1) Área da Amazônia, (2) Área do Nordeste Açucareiro, (3) Área do Sertão do Nordeste, (4) Área do Centro-Oeste, (5) Área do Extremo Sul. Nem todas são, a rigor, áreas de fome, visto que Josué de Castro considera área de fome apenas aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidêmica de fome).

De acordo com Josué de Castro, são três as áreas em que a fome coletiva se manifesta: (1) Área Amazônica, (2) Área do Nordeste Açucareiro e a (3) Área do Sertão Nordestino. Nelas vivem populações que em grande maioria, quase que na sua totalidade, exibem permanente ou ciclicamente as marcas inconfundíveis da fome. Nas outras duas regiões, a do (4) Área do Centro-Oeste e a (5) Área do Extremo Sul, embora os hábitos alimentares estejam longe de ser perfeitos, não se apresentam, contudo, deficiências alimentares tão pronunciadas, a ponto de arrastarem a maioria da coletividade aos estados de fome.

4.3. O MAPA DA FOME

Como sinaliza Andrade (1997), a divisão alimentar traçada por Josué de Castro não corresponde à divisão política do país, estabelecida, em 1943, pelo IBGE. Assim, a área Amazônica corresponde aos estados que atualmente conhecemos como: Amazonas, Pará, Amapá, Acre e parte dos Estados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão. A área do Nordeste Açucareiro abrange o litoral nordestino do Estado da Bahia ao Ceará. O Sertão Nordestino corresponde aos sertões dos Estados atuais de Alagoas, Bahia, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. O Centro-Oeste engloba Goiás, Mato Grosso e de Minas Gerais. E a área do Extremo Sul aos estados atuais do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

De acordo com o Mapa (1) da página seguinte, a área Amazônica apresentava como dieta básica o consumo de farinha de mandioca associada ao feijão, ao peixe e à rapadura, sem grandes variações. Esta monotonia alimentar é responsável pelos altos índices de desnutrição dessa população. Segundo Josué de Castro, isto se deve, por um lado, aos fatores geográficos – área de floresta que impossibilita, por exemplo, a criação de gado e,

consequentemente, ao consumo de seus derivados (leite, gordura animal, etc.). Além disso, as inundações periódicas dos rios dificultam o plantio de dadas culturas e impedem o amadurecimento adequado de frutas, sendo raras as frutas nessa região (e pouco saborosas).

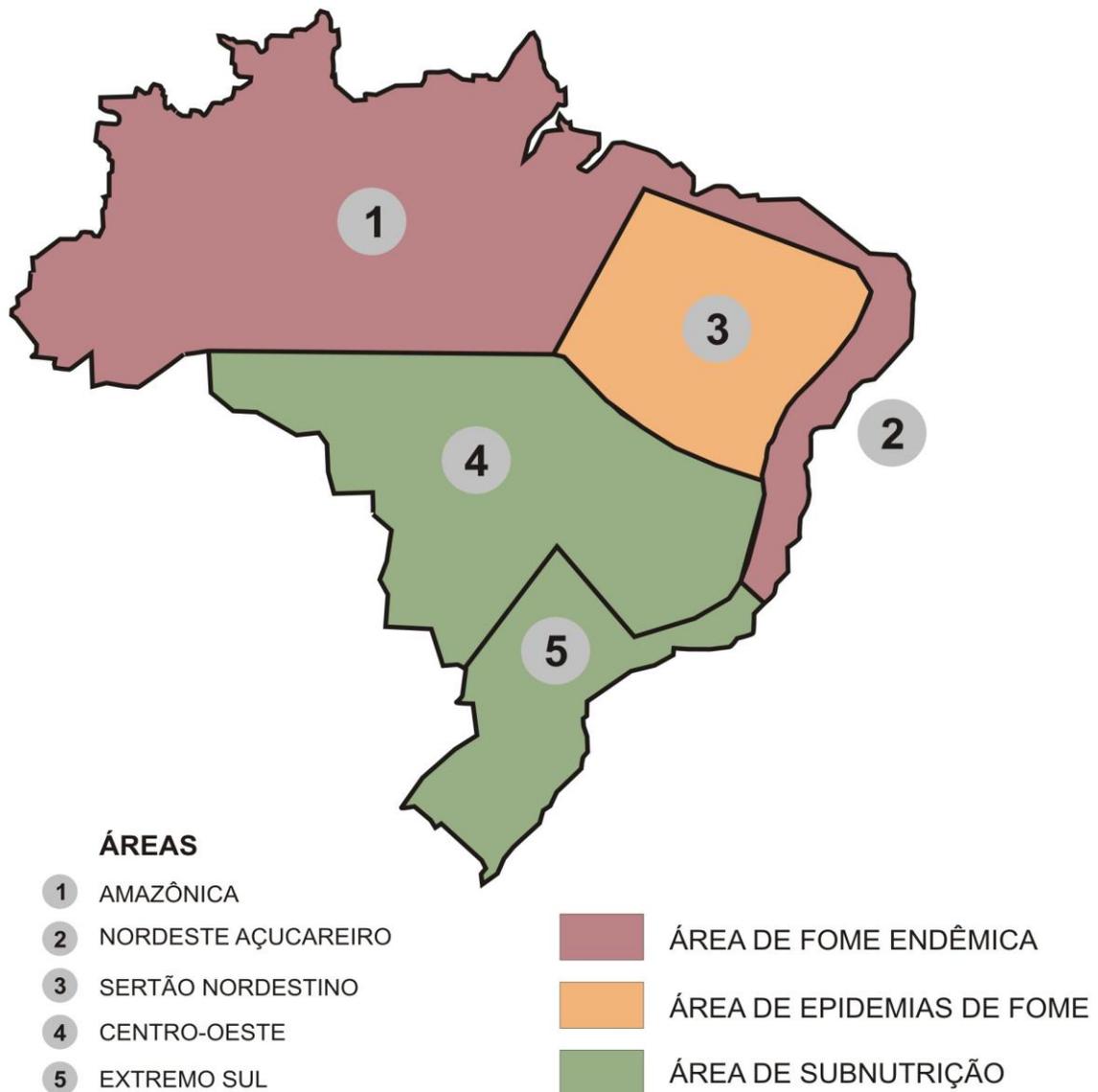
Por outro lado, a deficiência alimentar é agravada com o ciclo da borracha, que desarmoniza ainda mais este regime alimentar. Basta observar que o seringueiro alimentava-se apenas de carne-seca, charque, feijão empedrados ou estragados, farinha d'água, arroz sem casca, conservas em latas e bebidas alcoólicas. Regime deveras impróprio, carente de proteínas, que deu vazão para o surto do beribéri. Foi por causa desse ciclo que esta região se afofou ainda mais em sua problemática político-social. Uma região não trabalhada pelo Estado, que marginaliza-se economicamente quando comparada às políticas sociais de desenvolvimento nacional, apresentando índices de renda tão baixos que não proporcionam uma alimentação harmônica. Josué de Castro constata que a maior parcela da população trabalhadora não chega a consumir duas mil calorias por dia, das três mil calorias mínimas exigidas.

Em relação aos fatores etnoculturais que influenciavam a constituição da dieta alimentar, esse estudo apontou a predominância da cultura indígena sobre as culturas dos brancos portugueses e negros africanos. O alimento básico da dieta, a farinha de mandioca, era consumido em diferentes preparações sob a forma de farofas, mingaus, beijus e bebidas fermentadas, sendo misturada a outros alimentos como frutos, sementes e ervas. Das carnes se destacavam os peixes, crustáceos, tartarugas, jabutis, macacos, patos, dentre outros. Em relação aos frutos regionais, Josué de Castro analisou algumas importantes características nutricionais do buriti e açaí (ricos em vitamina A) e castanha-do-pará (rica em proteínas e ácidos graxos), destacando também as ervas apimentadas como o tucupi, o tacacá e o arubê, (ricos em vitaminas C, que previnem o desenvolvimento de certas doenças como o escorbuto).

Ao fim da análise sobre a dieta amazônica, o autor afirma que se tratava de uma alimentação pouco trabalhada e atraente, sem leite, sem ovos, sem gordura animal. Sem um plano alimentar racional e sem planejamento de povoação, esta região estaria fadada a grandes bolsões de famintos. Homens que enganam a fome todos os dias.

Na área do Nordeste Açucareiro, Josué de Castro indicou como dieta básica desta região a farinha de mandioca associada ao feijão, aipim e charque, apontando esse regime como produto da miscigenação cultural entre indígenas, portugueses e africanos (esse último tendo influência mais expressiva). Especificou ainda duas subáreas: o litoral e a zona da mata. Na primeira, destacou a riqueza de proteínas e sais minerais oriundos dos frutos do mar (peixe, crustáceos e moluscos), além da presença de dois alimentos de alto valor nutritivo

como o coco (rico em gordura, proteína e sais minerais) e o caju (rico em vitamina C e com uma semente de alto valor protéico, a castanha).



Mapa (1) - Mapa das Áreas alimentares do Brasil, analisadas por Josué de Castro⁴⁵

Josué de Castro destaca ainda que esta região, do ponto de vista geográfico e devido à influência africana, teria tudo para ser uma área alimentar harmônica. Entretanto, os tabus, interdições e superstições alimentares inventados pelos senhores de engenhos por questões

⁴⁵ Este mapa – assim como o Mapa (2) – o não corresponde fielmente ao Mapa organizado por Josué de Castro em 1946. Trata-se de uma adaptação realizada pela arquiteta Cecília Alcântara, com o auxílio do cientista social João Paulo e as arquitetas Raphaela Rezende e Larissa Cisnes.

econômicas, sem nenhum fundamento biológico, acabaram por levar esta região a uma das áreas de mais graves fomes crônicas do país (na próxima seção deste capítulo, detalharei melhor sobre esta região).

Na terceira área, Sertão Nordestino, Josué de Castro apresentou como dieta básica: milho, feijão, carne animal (gado, carneiro e cabra) e rapadura. Segundo as análises desse pesquisador, o milho associado ao leite é o alimento mais consumido por esta população, sendo usado em vários pratos típicos como o cuscuz, angu, pamonha e canjica, o que resulta numa combinação rica e nutritiva. Além da dieta básica, o sertanejo também consumia batata-doce, inhame e café. O déficit nessa dieta, segundo Josué de Castro, estaria no pouco consumo, quase raro, de frutas e verduras.

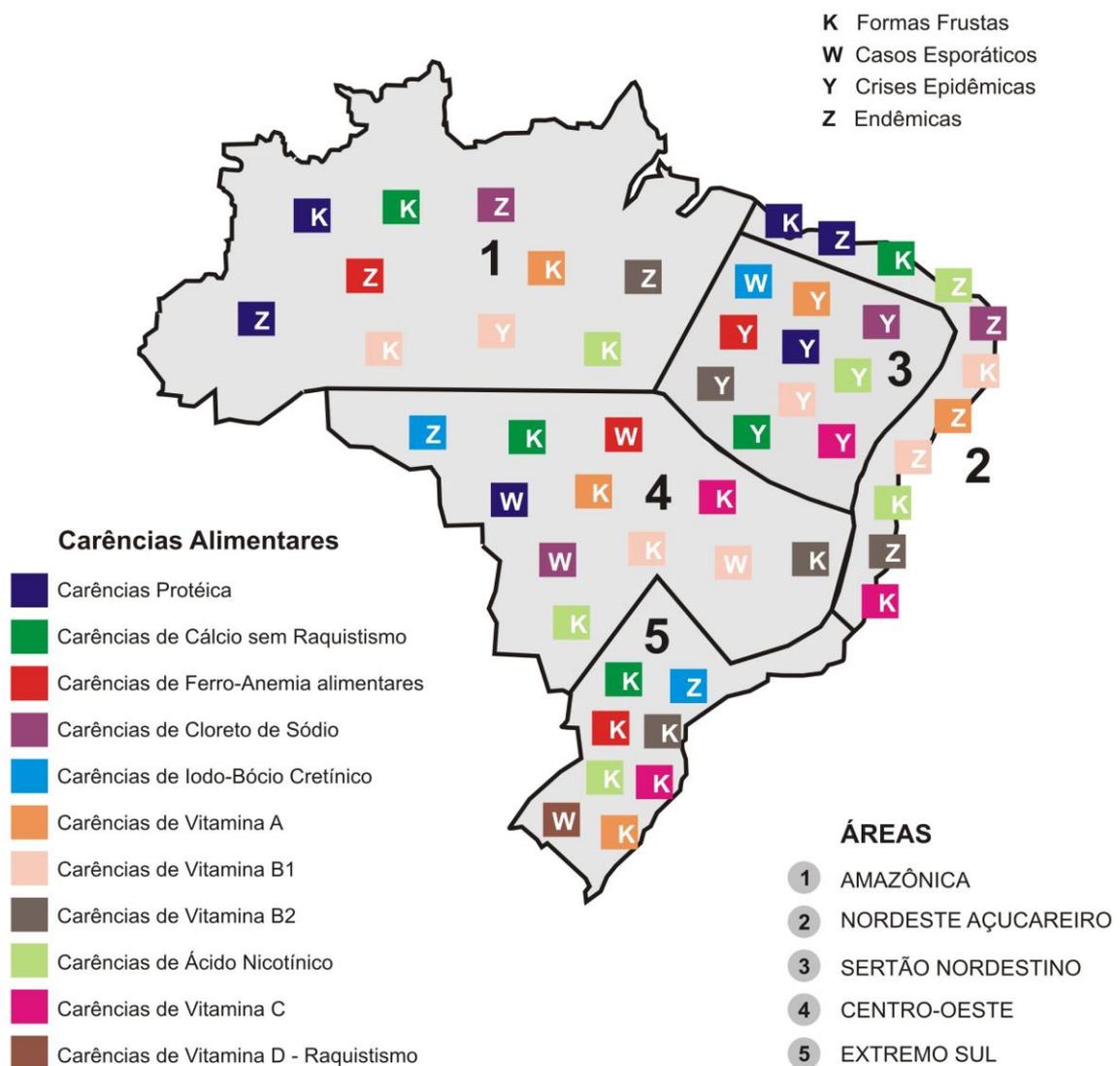
Assim, Josué de Castro concluiu que a região apresentava um regime alimentar mais harmônico, quantitativa e qualitativamente, do que a área do Nordeste Açucareiro. Entretanto, o quase equilíbrio nutricional é quebrado com as secas periódicas que assolam a região, passando de um regime de alimentação para subalimentação, para a manifestação da fome epidêmica, a fome total, que leva a população a um total estado de inanição.

As epidemias de fome destas quadras calamitosas não se limitam, no entanto, aos aspectos discretos e toleráveis das fomes parciais, das carências específicas, encontradas nas outras áreas até agora estudadas. São epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres e crianças, todos açoitados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo das secas (CASTRO, 2005, p. 157).

Na quarta área, Centro-Oeste, a dieta básica de consumo estava baseada no milho, no feijão, na carne e no toucinho. O prato típico foi identificado como o "tutu de feijão mineiro", um preparo à base de farinha de milho, feijão, gordura, toucinho e lombo de porco, que possui um alto valor calórico, mas qualitativamente de valor nutritivo inferior ao do angu ou do cuscuz de milho com leite da área do Sertão Nordestino, principalmente por apresentar teor mais baixo em cálcio e vitaminas. Entretanto, o ponto-chave do regime alimentar desta região é o alto consumo de vegetais verdes como: couve, outras hortaliças e frutas diversas (laranja, mamão, banana e abacate). Assim, a região não se apresenta como sendo de subnutrição ou de fome, segundo o conceito de Josué de Castro. Entretanto, apresenta-se uma área cujo teor calórico é altíssimo, resultando numa maior incidência da obesidade e do diabetes.

A área do Extremo Sul, de acordo com Josué de Castro, tinha como dieta básica o arroz, batata e carne. Por constituir a área mais rica e de maior desenvolvimento econômico, tanto agrícola como industrial, também foi considerada a região de mais elevado padrão

alimentar (pela maior variedade alimentar, de mais alto consumo de verduras e frutas). Além dos fatores econômicos e geográficos como solo e clima, o autor ressalta os determinantes etnoculturais que possibilitavam diversificação e melhoria do padrão alimentar da região. Assim, as diversas etnias que migraram para a região, compostas por italianos, japoneses, alemães, poloneses, lituanos, entre outros, em muito contribuíram para a constituição de seu diversificado mosaico alimentar composto: de trigo, chá-mate, aveia, centeio, lentilhas, hortaliças, frutas, carne de porco, pão e cerveja.



Mapa (2) - Mapa das Principais Carências Existentes nas Diferentes Áreas Alimentares do Brasil, analisadas por Josué de Castro

Neste segundo mapa, Josué de Castro prosseguiu sua análise das áreas de fome do país, procurando indicar os principais problemas decorrentes de carências alimentares (como as protéicas em todas as regiões do Brasil, sendo mais graves nos dois Nordeste e na área Amazônica). Nas áreas de subnutrição do Centro-oeste, as carências protéicas aparecem, ainda que de forma discreta. Já no Extremo sul, essa carência alimentar manifestava-se em quadros típicos, entre crianças das classes pobres e proletárias dos grandes centros urbanos da região, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

Em relação aos minerais, a carência de cálcio, com manifestação de raquitismo, apresenta-se de forma mais expressiva no Nordeste Açucareiro, somada à carência de vitamina D. No Sertão Nordestino, zona particular de fome, aparecem em períodos longos de seca. Na área Amazônica aparece sem manifestação de raquitismo. No Centro Oeste de forma esporádica, e no Extremo Sul de forma ainda mais branda, ou seja, sem manifestações clínicas. No que diz respeito a carência de ferro e de cloreto de sódio, foi identificada de forma mais acentuada nas áreas da Amazônia e no Nordeste Açucareiro, onde se manifestam em forma de anemias. Já as carências de iodo são responsáveis pelo bócio endêmico, comuns no Sertão Nordestino, no Centro-Oeste e no Extremo Sul.

No que se refere às carências vitamínicas, a área (1) apresenta de forma mais expressiva carência de vitamina B2 (arriboflavinose), vitaminas A, B1 e niacina (pelagra). A carência de vitamina B1 (beribéri) apareceu de forma típica epidêmica. Na área (2), Josué de Castro pontuou que a carências de vitaminas A, B1, B2, C e niacina, não se apresentaram de forma abundante como se esperava. A forma mais abundante é carência de vitamina B2 (arriboflavinose), mas que também não pode ser generalizada, haja vista que apareceu mais entre as crianças pobres das áreas rurais e urbanas da região.

De acordo com Josué de Castro, esses dados não esperados aparecem devido à influência da cultura africana, que introduziu na dieta regional alguns elementos que podem ser considerados com fatores preventivos para o regime alimentar, tais como: condimentos e ingredientes especiais usados, sobretudo, na cozinha baiana – o azeite-de-dendê (Vitamina A, B1 e B2) e as variedades de pimenta (fontes de vitamina C). No que tange as regiões de subnutrição, essas apresentam formas esporádicas e frustras de vitaminas, isto se deve ao maior consumo de frutas e verduras, se comparados às áreas de fome.

Com o levantamento destes dados, Josué de Castro nitidamente quis pontuar sua perspectiva do que ele denomina como uma Educação Alimentar Racional. Para ele, tal educação só se manifesta de forma adequada quando atende às expectativas dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade, e quando respeita a sua percepção sobre o que

entendem ser uma alimentação saudável e harmônica. Para que isso se manifeste, as dimensões de variedade, quantidade e qualidade dos alimentos, precisam estar associadas aos padrões culturais, regionais, antropológicos e sociais da alimentação das populações.

Assim, o regime alimentar harmônico estaria relacionado à duas dimensões: a dimensão nutricional e a dimensão cultural que se influenciam mutuamente. Isto porque, as escolhas dos alimentos incluem questões da identidade cultural de uma dada região, e também a localização geográfica em que os grupos culturais se situam, sendo estes fatores os que definem, em certo sentido, a utilização biológica dos alimentos.

E essas escolhas alimentares, por sua vez, são condicionadas pelo modelo de produção alimentar que envolve elementos relacionados à disponibilidade, à produção, ao abastecimento, à comercialização e acesso aos alimentos. Esse modelo de produção, incluindo as técnicas e formas de produção, plantio e processamento dos alimentos, é o que pode favorecer (ou dificultar) o acesso das populações à uma alimentação saudável e adequada.

Daí porque Josué de Castro analisou que estes condicionantes são os grandes entraves das regiões endêmicas e epidêmicas de fome no Brasil, sendo regiões que apresentam um maior déficit na produção e no abastecimento de alimentos, ocasionados pela desigualdade social na distribuição de políticas sociais e econômicas, o que leva o autor afirmar sua hipótese de que a fome é um flagelo criado pelo homem contra o próprio homem.

Assim, a luta contra à fome nestas regiões é encarada por Josué de Castro como uma luta contra o subdesenvolvimento nacional, um subdesenvolvimento para além do mercado mundial, pautado nas discrepâncias do Norte e Nordeste brasileiros em relação ao Sul e Sudeste. Sendo tais desníveis não decorrentes de fatores geográficos e biológicos, com fazem acreditar algumas perspectivas, mas de uma má distribuição de renda em que se manifesta em forma de fome e de subdesenvolvimento.

Segundo Castro (1968), a fome e o subdesenvolvimento têm sua origem num mesmo processo socioeconômico – a má distribuição de renda. Sendo que esses dois fenômenos são intrínsecos, compartilham em suas raízes as mesmas causas e, em suas conseqüências, os mesmos efeitos. Para ele, a questão da fome e o estado de subdesenvolvimento estão imbricados. A fome, em sua perspectiva, nada mais seria que a expressão mais trágica do subdesenvolvimento.

Com base neste argumento, Josué de Castro também critica a teoria de Malthus. Esta teoria parte da tese que a fome se alastra por todo o mundo, dado que a população cresce em progressão geométrica na medida em que a produção de alimentos cresce em progressão

aritmética, afirmando que, mesmo que se produzissem mais alimentos, não seria quantidade suficiente para atender toda população mundial.

Para Josué de Castro (1968), essa teoria malthusiana não se sustenta por duas razões. A primeira diz respeito a não fundamentação científica. De acordo com Josué de Castro, não foi feita uma pesquisa de campo ampla que pudesse comprovar tais assertivas, sendo analisada a partir da realidade inglesa, e tomada como regra geral. Segundo, Malthus em sua análise não correlaciona os aspectos políticos, sociais econômicos para analisar o fenômeno da fome, apenas o aspecto econômico isolado, o que torna seu estudo eficaz.

Josué de Castro, com seu ímpeto audacioso, além destas prerrogativas contra a teoria malthusiana, argumenta que se se pensar o Brasil como uma terra de promessa em que se plantando tudo dá, pode-se chegar a conclusão de que existem áreas adequadas para a produção em larga escala, capaz de abastecer à toda sua população. E poderíamos encontrar quadros semelhantes em outros lugares do mundo.

Para o nosso estudioso do flagelo da fome, o problema da superpopulação teria influência na manifestação da fome coletiva. Pensando sobre o crescimento da população nordestina, área epidêmica e endêmica da fome, ele afirma que a carência protéica, expressiva nessa região, ao invés de restringir a natalidade estimulava o crescimento populacional.

Parte do pressuposto, científico segundo ele, de que a proteína é um material indispensável para o perfeito funcionamento do fígado, sendo a manifestação de sua carência a causadora de insuficiência hepática, diminuindo a capacidade de neutralizar hormônios estrogênicos produzidos pelos ovários. Esses estrógenos não neutralizados (e carentes em proteínas) eram responsáveis pela alta fecundidade das populações pobres. Josué de Castro foi mais além nessa sua hipótese, opinando que a fome oculta, endêmica (ao contrário da fome aguda, epidêmica) exalta o apetite sexual e aumenta a fertilidade – essas suas hipóteses são contudo fantasiosas, não possuem bases científicas, são frutos da intuição de Josué de Castro (NIVALDO, 1983).

Entretanto, embora sejam ideias meramente intuitivas, não se pode considerar Josué de Castro um charlatão, um homem que enriqueceu a custa da fome alheia:

Não podia ser leviano um homem que alicerçou sua ampla cultura da Ciência da Nutrição e da Sociologia no que de melhor foi escrito no mundo inteiro. Não podia ser superficial um estudioso que somente numa de suas obras – Geopolítica da Fome – fez citação bibliográfica de mais de trezentos trabalhos, dos mais categorizados cientistas (NIVALDO, 1983, p. 128).

Outras contradições em seu pensamento foram encontradas nas análises sobre os dois Nordeste, sobretudo no que tange a idéia de que no Brasil houve a caracterização do sistema feudal. Entretanto, por falta de fôlego, neste debate elucidarei apenas a análise dos seus dois Nordeste a fim de captar suas proposições no tocante a construção de Políticas Públicas de Segurança Alimentar.

4.3. OS DOIS NORDESTES EM JOSUÉ DE CASTRO

Analisando os Nordeste, o sertanejo e o açucareiro, ele enfatiza que no primeiro, no qual não detectamos uma economia de agro-exportação, verifica-se uma alimentação saudável rica em nutrientes e vitaminas, se comparada ao Nordeste Açucareiro. Segundo Josué de Castro, isto se deve às práticas da agricultura de policultivos. Entretanto, deve-se levar em conta as grandes secas periódicas nesta região, caracterizadas pela ausência de políticas públicas de abastecimento de água, de reforma agrária e de distribuição de renda.

Nas secas, os recursos agrícolas que abastecem a dieta do sertanejo são trocados pelas raízes e sementes bárbaras encontradas na paisagem: farinha de macambira, xique-xique, pereira brava, macaúba e mucunã, palmito de carnaúba, raízes de umbuzeiro, pau-pedra, serrote e maniçoba, sementes de fava-brava, manjerioba e macambira, que debilitam a saúde dos sertanejos.

Para Josué de Castro, a existência da seca nesta região não é a causa última do fenômeno da fome no nordeste, mas sim causa secundária que apenas agrava o estado de subdesenvolvimento, determinado por causas mais sociais que naturais. Estas causas sociais geram pauperismo generalizado, proletarização do sertanejo e insuficiência produtiva para o trabalho, uma vez que não lhe permite possuir nenhuma reserva para enfrentar as épocas difíceis das “vacas magras”, porque já não há por lá a época das vacas gordas.

É a partir deste estado de coisas, e com base nos dados geográficos sobre a região, que Josué de Castro sustenta seu argumento de que a seca não é a principal causa da fome no Sertão Nordestino, tendo em vista que a fertilidade do solo nem poderia ser questionada (em tempos de chuvas produziam-se nestes solos os mais variados tipos de alimentos, capazes de nutrir sua população). Assim, o Sertão é compreendido por este autor como um colorido de policultivos de inverno e banhado por um caldo cultural essencial para o desenvolvimento da

agricultura de sustentação. Neste sentido, o sertão oferece melhores condições de alimentação que o nordeste açucareiro (SCHAPPO, 2008)⁴⁶.

Entretanto, o descaso dos homens e os desinteresses políticos nestas áreas levaram a que se produzisse um tipo de fome, a fome epidêmica ou aguda, compreendida como a fome total.

Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição. Fustigados pela imperiosa necessidade de alimentar-se, os instintos primários se exaltam e o homem, como qualquer animal esfomeado, apresenta uma conduta mental que pode parecer a mais desconcertante. Muda o seu comportamento como muda o de todos os seres vivos alcançados pelo flagelo nesta mesma área geográfica (CASTRO, 2005, p. 22-226)

Ao longo dos anos, a identidade do sertanejo tem sido construída na fatalidade, no misticismo, na carência de água, na adversidade do clima e nas duras estratégias de sobrevivência a que se submete à população nos períodos prolongados de estiagem, somada à impunidade de grandes proprietários rurais que vivem da exploração do sertanejo e enriquecem com a desgraça da seca. A saída para o verdadeiro combate à fome, segundo Josué de Castro, seria uma verdadeira reforma agrária, para assim atingir um programa de segurança alimentar que obtivesse resultados plausíveis e palpáveis (SILVA, 1998).

Para Josué de Castro, os anos 50 – período em que o Sertão Nordestino foi mais uma vez castigado com períodos longos de seca (1951-1953) – seria a época oportuna para o Brasil ter dado um salto em sua História, com a construção de estratégias de desenvolvimento econômico que pudessem tirar a população sertaneja e nordestina do estado de miséria em que se encontravam. Entretanto, os avanços iniciados sob o comando de Celso Furtado foram interrompidos com o golpe de 1964.

Para pensar tais soluções, sob o comando do Presidente Juscelino Kubitschek, instituiu-se a Operação Nordeste, e posteriormente a SUDENE, colocando em cena um importante debate entre Josué de Castro e outro intelectual também homem de ação, Celso Furtado, idealizador dos planos de desenvolvimento do Nordeste em geral e do Sertão Nordestino, nos fins da década de 1950. Os diagnósticos, propostas e planos de desenvolvimento elaborados por Celso Furtado, suscitaram questionamento por parte de Josué

⁴⁶ A autora revela que o termo agricultura de sustentação, utilizado por Josué de Castro, pode ser interpretado como uma agricultura em que se encontram presentes relações de cooperação, policultivos, e de outras práticas sustentáveis importantes para a constituição de uma alimentação variada e rica em nutrientes. E também como um elemento de diversidade e valorização da cultura nacional, das tradições de origem africana e sertaneja (p. 5)

de Castro, que acabou por se tornar um grande interlocutor do famoso economista (CARDOSO, 2008).

Na Câmara Federal, Josué de Castro observa as crises políticas instaladas no país e tenta alertar do perigo que estas representavam no agravamento das crises sociais no Nordeste:

O Sr. Josué de Castro – Sr. Presidente, serenado o período mais agudo da crise que atravessou o país, sente-se nesta Casa um otimismo e um regozijo que me parecem, até certo ponto, exagerados. Devemos ter a prudência de reconhecer que vencemos até agora apenas a crise militar, cujo clímax foi atingido em face de certos erros e desacertos acumulados, os quais criaram para o Brasil situação politicamente insustentável. [...] Sem nenhuma dúvida, é o Nordeste, hoje, o quisto social mais grave, ameaçando o próprio regime, que queremos defender. O povo faminto do Nordeste tem hoje consciência da sua miséria e anseia sair deste estado de coisas, produto da incompetência e do descuido dos poderes públicos na solução autêntica dos seus problemas. Ora, como eles são estruturais, como a fome não resulta, como se pensa, da seca, mas da estrutura de subdesenvolvimento e do desemprego na cidade e nos campos, é necessário planejamento adequado, que os ataque realmente. Este planejamento está sendo feito pela Sudene, esperança do Nordeste e do Brasil. Mas vejo desenhar-se no horizonte uma ameaça de que esse órgão seja entregue, através de cambalachos políticos, a políticos que irão agredir tanto a dignidade da instituição como a do regime estabelecido – o parlamentar. Se ele não resistir às pressões do empreguismo, do compadrismo, do coronelismo e da politicagem, não poderá sobreviver, nem fazer sobreviver a ordem e a Constituição Federal. Assim, sou daqueles que acreditam poderá a Sudene resolver o problema do Nordeste, através de uma ação bem ordenada e de um planejamento de profundidade, o que tem sido feito até agora pelo seu diretor, o Dr. Celso Furtado. E é lamentável que através da pressão de partidos e de interesses particularistas se vá cedê-la, se vá arruiná-la (CASTRO, 1961)⁴⁷

Entre estes dois intelectuais haviam perspectivas convergentes, a saber, de que no Sertão Nordestino seriam necessárias medidas de execução de uma reforma agrária; da participação desta região no processo de industrialização do país para empregar a população e qualificá-la para o mercado de trabalho, além de investir na implantação de políticas públicas sociais.

Entretanto, para Furtado, uma problemática na formação econômica do Nordeste e seus sertões insere-se num quadro de escassez de recursos naturais e de recursos monetários, somando-se a questão demográfica da região. Sendo essa questão populacional ainda mais agravante, haja vista o grande aumento populacional desta região em meados dos anos 50. A proposta dada por Celso Furtado para a efetivação de uma real mudança na região seria a transferência de populações sertanejas, que se situava nas terras em que a seca mais castigava, para as terras maranhenses, compreendendo que apenas assim poderia se iniciar um processo de industrialização nas áreas do sertão em que o clima não castigasse tanto a terra.

⁴⁷ Diário do Congresso Nacional, seção 1, de 19 de novembro de 1961.

O objetivo desse processo de industrialização seria integrar o Nordeste ao ritmo de produtividade da economia do Centro Oeste e Extremo Sul. Com essa proposta de desenvolvimento industrial, Furtado chega a tangenciar o problema da estrutura agrária, de distribuição de renda de terras, tomando-a como algo apenas arcaico e com limitações para sua implantação, sendo o mais urgente a reorganização da produção, tratada através de uma visão tecnicista, sem levar em consideração os aspectos de opressão dos latifundiários sobre os sertanejos (CARDOSO, 2008).

Josué de Castro (1959) assume outra perspectiva em relação à concepção de Celso Furtado em relação à questão da reforma agrária e em relação à transferência da população sertaneja. Para Castro, a reforma agrária é fundamental para reorganização da produção agrícola em prol de um projeto de industrialização mais racional e progressista. Esse autor parte do pressuposto de que a reforma agrária seria o único imperativo político capaz de incluir as massas excluídas dos processos de decisão política.

O senhor sabe, Dr. Celso, muito bem, os enormes interesses em jogo no problema da reforma agrária em qualquer parte do mundo. E, no Nordeste, sabemos que existem lado a lado os dois fenômenos mais graves: o açambarcamento da terra, o latifúndio, e a pulverização da terra, que é o minifúndio. Ora, se encontrássemos no seu relatório – mas eu espero encontrar em outras declarações suas – expressões nítidas de que essa reforma é indispensável e essencial, ela não poderia ser interpretada como uma demagogia ou como uma medida puramente de finalidade política. Ela é uma necessidade, um verdadeiro imperativo histórico do momento, sem o que nada será feito de positivo. Daí o meu interesse em provocar-lhe esse pronunciamento a fim de que não se pense que a Operação Nordeste foi concebida sem pôr em linha de conta aquilo que eu chamo um pré-requisito para o desenvolvimento da agricultura, que por sua vez, é ao meu ver, um pré-requisito para a industrialização racional do Nordeste.(...) Se me permite um aparte, eu lhe mostraria como foi a estrutura da terra que fez com que ela não fosse irrigada. Não interessa ao grande latifundiário promover nenhum investimento em sua terra. O que interessa é a terra esperando a valorização natural. Daí o desinteresse do chamado poder político do Nordeste em tomar uma posição progressista que leve o progresso real em benefício das grandes coletividades. Se a terra fosse melhor dividida, essas novas coletividades se tornariam mais progressistas, mais conscientes desse sentido social e teriam os representantes que o Dr. Celso Furtado almeja que venham ao Parlamento. E assim ter-se-ia já irrigado essas terras com as águas que hoje servem apenas para espelhar o céu do Nordeste na mais inútil das inutilidades. Há um problema social, de estrutura, que fez com que não se promovesse o desenvolvimento econômico pelo uso de técnicas adequadas⁴⁸.

Embora que o diagnóstico de Josué de Castro sobre os problemas do Nordeste seja discrepante em relação ao diagnóstico de Celso Furtado, Josué de Castro se aproxima da compreensão que este tem sobre esta Região como sendo uma região de vários Nordestes. Ao contrário da visão do Nordeste de Gilberto Freyre.

⁴⁸ FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – **Operação Nordeste**: Dois Nomes e Duas Opiniões in O Observador Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro Abril de 1959, n. 278 p. 29.

Josué de Castro acusa Freyre de tratar esta região de forma homogênea, como se os problemas do Nordeste Açucareiro, que se subdivide entre as áreas da zona da mata e do litoral, fossem os mesmos do quadro problemático do Sertão Nordestino. Segundo Castro, o português não aproveitou o ambiente propício a alimentação, nem os policultivos praticados, particularmente, pelos afro-descendentes na zona da mata nem da policultura dos sertanejos. Implanta-se uma economia açucareira em nome da prosperidade e do favorecimento econômico da Colônia, uma exploração da monocultura, considerada uma grave doença da economia agrária, como Freyre também reconhece. Este sistema se alastrou com um câncer, saiu devorando, engolindo terras, “aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda sua vida” (Castro, 2005, p. 99).

O que Castro (2005) enfatiza é que, nos engenhos da zona da mata, o fator alimentação não era harmônico como quis acreditar Freyre. Quando se estuda as condições de alimentação no Nordeste Açucareiro, não se pode explicar apenas com bases em razões naturais (tanto de solo quanto de clima) como se aponta em relação ao Sertão. A região do Nordeste Açucareiro se fazia uma das regiões mais propícias ao cultivo de produtos alimentares variados. Aliás, tal visão já estava presente nas impressões de Pero Vaz de Caminha: “a terra é de tal maneira dadivosa que se querendo aproveitar dar-se-á nela tudo. Infelizmente, o português não quis” (Castro, 2005, p.98).

Distante de tal visão reducionista, Castro tratará o problema desde a chegada do colonizador – que elabora estratégias de adaptação à nova terra, por meio da habitação, vestuário e da alimentação – até os anos 60. Para Josué de Castro (2005), a ausência de uma alimentação adequada foi estruturada no processo histórico específico. Entretanto, as políticas econômicas posteriores a este processo não adotaram medidas de reparações (políticas públicas) para amenizar os efeitos perversos desta cultura econômica. Ao contrário, os representantes políticos e ideológicos silenciaram este problema e reproduziram-no sem nenhuma responsabilidade com as projeções que este ocultamento poderia ocasionar em nossa sociedade.

Neste sentido, é a ação não-equilibrada do colonizador que acaba com a sociedade escravocrata e com o sistema alimentar no Brasil. E não os recursos naturais. Basicamente, Josué de Castro (2005) pontua os casos de interdições e tabus alimentares construídos pelo sistema econômico para a manutenção de uma ordem escravocrata e cultural que perdura até nossos dias. Um dos primeiros casos ocorreu com frutas que eram ricas em vitaminas, sais minerais e proteínas propícias ao clima e ao solo nordestino; do litoral ao sertão foram interditados para o consumo, a exemplo do caju e do coco, interditados pela economia social

das zonas canavieiras, para não prejudicar o cultivo da área territorial da cana-de-açúcar. Por isso tais frutas passaram a ser cultivadas apenas em pomares pequenos, exclusivos das Casas Grandes, isto é, dos senhores de engenhos.

Se observarmos bem hoje, todas estas interdições e tabus na região Nordeste são, de fato, desnecessárias, porque o homem do Nordeste já perdeu o gosto e o hábito de comer fruta. Considera uma gulodice, “como considera folha e verdura comida de lagarta. Comida de homem para essa gente é mesmo, feijão, carne e farinha” (CASTRO, 2005, p. 136). Tais assertivas levam Josué a defender uma das suas teses principais, a saber, a de que o mal que atinge o Brasil do fim do século XIX e XX não é mal de raça, e sim mal de fome.

Estes tabus se revelam tão nefastos que fizeram parte dos hábitos alimentares em forma de policiamento moral, que os proprietários mantinham para defesa dos seus bens. Josué interroga como em Pernambuco, o primeiro produtor de açúcar no mundo, encontramos em inquéritos alimentares de médicos e sanitaristas taxas baixíssimas de carboidratos e avitaminoses nos escravos?

Para ele, a criação de determinados tabus, por parte dos senhores de engenhos, expressava seus temores de que o apetite um tanto aguçado dos escravos os levassem a comer muito de seu rico açúcar, reservados à exportação. Por isso disseminaram o mito de supostos maléfícios que o açúcar trazia – quando comido de manhã dá lombriga, quando comido a qualquer hora poderia estragar os dentes – e tais tabus mantiveram o negro longe deste alimento.

Muito embora que a cozinha regional, com bem enfatiza Freyre (2008) seja abundante em doce e bolos, tal consumo é exclusivo dos abastados. Os mais pobres, escravos e gentes da terra, são proibidos de chuparem balas, de comerem doces para não criar bichos de barriga. Esse fato explica também as altas taxas de diabetes entre as camadas mais abastadas (CASTRO, 2005).

Esses tabus, além de perturbarem de maneira nociva os hábitos alimentares locais, fizeram com que a gente da terra perdesse todo o gosto pela fruta e se desinteressasse por completo pelo seu cultivo. Os tabus tornaram-se barreiras psicológicas contra determinados consumos:

Afirmando e fazendo crer aos negros escravos, e depois aos moradores de suas frutas, que não se deve misturar nenhuma fruta com álcool, que melancia comida no mato logo depois de colhida dá febre, que manga com leite é veneno, que laranja só deve ser comida de manhãzinha, que fruta pouco madura dá cólica, que cana verde dá corrimento, os senhores e os patrões diminuíram ao extremo as possibilidades de que os pobres se aventurassem a tocar nas suas frutas egoisticamente poupadas para seu exclusivo regalo (CASTRO, 2005, p.137).

Ao contrário de Freyre, Josué de Castro, assim como os romancistas do realismo social, não está preocupado em apenas descrever os mocambos nem as contribuições dos portugueses em nossas terras, mas, em tom de denúncia, revelar as condições precárias que a colonização e região Nordeste se encontra, dado a política de monocultura implantadas na região – que deixou legado de miséria, desigualdade e fome.

Certamente, em *Casa Grande & Senzala*, Freyre aponta algumas deficiências da monocultura implantada no Nordeste brasileiro. Segundo ele, este sistema privou a população colonizada do suprimento equilibrado e constante de alimentação sadia. Tal fato evidencia o mau aproveitamento dos nossos recursos naturais de nutrição, com o predomínio de uma lógica organizacional de monocultura para exportação.

Além disso, Freyre revela a constatação da insuficiência alimentar da farinha de mandioca, alimento fundamental do brasileiro, para revelar as diferenças entre o brasileiro mestiço e o europeu, trazendo à tona a relação dialética entre o trigo e a mandioca com determinadas antíteses sociais (como branco x negro, colonizador x colonizado). Assim, a farinha de mandioca – considerada um alimento fonte de carboidratos, de proteínas de “segunda classe”, seria pobre em vitaminas e minerais, portanto, de baixo valor biológico-nutricional – passou a simbolizar o nativo, o mestiço, o mulato, o caboclo brasileiro. Em contrapartida, a farinha de trigo, fonte de vitaminas e minerais, superior em valor nutricional, passou a simbolizar o branco.

Mesmo partindo desta análise, Freyre coloca em pauta que as classes melhores alimentadas no sistema escravocrata brasileiro seriam a dos senhores de engenhos e os escravos (estes último ainda mais bem alimentados devido aos trabalhos pesados que desenvolvia). Várias são as passagens que Freyre enfatiza a boa alimentação dos escravos. “Melhor alimentados, repetimos, eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas” (FREYRE, 1998, p.34).

Ressaltando que as classes sociais constituídas de homens livres e mestiços eram as que apresentavam um maior déficit de condições nutricionais e sanitárias. Segundo ele, existiria uma discrepância atenuante entre as famílias brasileiras dos engenhos e da cidade. A primeira se caracterizaria pela boa alimentação dos escravos, sobretudo os escravos “domésticos” e a segunda pela pobreza nutricional⁴⁹.

⁴⁹ Esta oscilação fica a todo tempo presente em *Casa Grande & Senzala*. O traço conservador de Freyre, ao mesmo tempo o inovador, que demonstra no cotidiano do povo brasileiro suas expressões mais ricas; entre a gentil escravidão brasileira e a brutalidade desta escravidão. Talvez seja devido a estes aspectos que temos inúmeras interpretações de seus escritos, o que nos revela um dado de equilíbrio harmônico de seu pensamento.

Para Josué de Castro, as políticas da monocultura – do açúcar no Nordeste e da borracha no Amazonas – contribuíram para a constituição de um sistema alimentar deficiente, degradando uma educação racional alimentar que os negros e índios cultivavam com a policultura dos alimentos. Prática de plantio que é fundamental para a manutenção de uma dieta racional de qualidade e não apenas quantitativa de valores energéticos para que a máquina humana funcione numa lógica produtiva deficiente.

4.4. AS AÇÕES PROPOSITIVAS

Para vencer os obstáculos que os Nordesteiros apresentavam no processo de desenvolvimento nacional, Josué de Castro, como homem de ação comprometido com as suas reflexões, conclui *Geografia da Fome* elaborando 10 pontos, propostas estratégicas, enfatizando para retirada das populações nordestinas do quadro de fome endêmica e epidêmica. São eles:

1. Combate ao Latifúndio;
2. Combate à monocultura em largas extensões sem as correspondentes zonas de abastecimento dos grupos nela empregados;
3. Aproveitamento racional por todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para a agricultura de sustentação, principalmente de substâncias perecíveis como frutas, legumes e verduras que não resistem a longos transportes, sem recursos técnicos da refrigeração;
4. Intensificação do cultivo de alimentos sob forma de policultura nas pequenas propriedades;
5. Mecanização intensiva da lavoura, da qual dependem os destinos produtivos de toda economia agrícola;
6. Financiamento bancário adequado e suficiente das agriculturas assim como garantia da produção pela fixação de bom preço mínimo;
7. Progressiva diminuição até a absoluto isenção de impostos da terra destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação;
8. Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca impulsionadora à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares;
9. Intensificação dos estudos técnicos de Bromatologia e Nutrologia no sentido de que se obtenha um conhecimento mais amplo do valor real dos recursos alimentares;
10. Planejamento de uma campanha de âmbito nacional para a formação de bons hábitos alimentares, o qual envolva não só o conhecimento dos princípios históricos de higiene como o amor à terra, os rudimentos de economia agrícola de doméstica, fundamentos da luta técnica contra a erosão (CASTRO, 1955)⁵⁰.

Em seus dois mandatos, Josué de Castro pautou suas ações estratégicas a partir desses dez pontos estratégicos. Todas as questões específicas trazidas para o debate e discursos na Câmara Federal, eram tratados e contextualizados em torno do modelo de desenvolvimento econômico equilibrado no país, baseado na distribuição renda, construção e efetivação de uma

reforma agrária. Suas propostas de leis estavam apoiadas numa argumentação tecida por um grau elevado de conhecimento intelectual e factual, como bem enfatizou Melo (2007). Entretanto, Josué de Castro perdeu o projeto de reforma agrária, tal como perdeu em seu projeto de políticas sociais de promover o Nordeste ao desenvolvimento nacional. Foi cassado. Teve seu nome na primeira lista dos DOPS. O desfecho um tanto magro para encenação grandiosa de quem ousou pensar um mundo sem fome. Essa foi a parte que coube, a Josué de Castro, deste latifúndio.

Um das suas propostas de lei aceitas foi sobre a Política de Abastecimento Nacional:

Projeto de Resolução nº 20, de 1959. Cria comissão especial para proceder à investigação e estudos necessários à elaboração de projetos de lei que consubstanciem uma política nacional de abastecimento.

(Do Sr. Josué de Castro)

A Câmara dos Deputados resolve:

Art.1º Fica criada nos termos do nº IV do art. 30, do Regimento Interno, uma comissão especial com a finalidade de realizar trabalhos e investigações acerca do problema nacional do abastecimento e dos preços dos produtos essenciais ao bem-estar da coletividade⁵¹

E consegue que, nos fins dos anos 50, seja aprovado na Câmara Federal o Estatuto que cria a União Parlamentar Norte-Nordeste, que tem como finalidade desenvolver um espírito de maior coesão parlamentar entre os Deputados Federais do Norte e Nordeste, independente de partidos políticos, para reforçar a ação de políticas regionais em prol do desenvolvimento destas duas regiões. Sob a presidência de Josué de Castro, essa União Parlamentar tinha, dentre outros objetivos:

- a) trabalhar pela integração econômica e social do Norte e do Nordeste, dentro do sistema da economia nacional, evitando os exagerados desníveis econômicos que entravam o progresso;
- b) tomar conhecimento de projetos de interesse regional, seja pelas vantagens que possam trazer, seja pelo impacto negativo que possam produzir sobre o desenvolvimento econômico-social das regiões do Norte e do Nordeste com finalidades limitadas às áreas do Norte e do Nordeste;
- c) promover amplo debate de âmbito nacional sobre os problemas de desenvolvimento do país, de maneira que as Metas pretendidas se ajustem à problemática das nossas realidades, num sentido mais regional, sem prejuízo, no entanto, da propagação de novas frentes de produção, surgidas com os impulsos do mercado e com a iniciativa empresarial privada;
- d) acompanhar os trabalhos da Sudene, no sentido de estabelecer a necessária colaboração para que estes órgãos possam cumprir os programas de desenvolvimento desejados pela população das regiões a que servem;
- e) lutar politicamente pela defesa das verbas destinadas aos programas de desenvolvimento das duas regiões e por sua aplicação racional.

⁵¹ Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 20/3/1962, p. 850.

4.5. A ATUALIDADE DO MAPA DA FOME

Pode-se observar que o problema da fome entra na agenda política do país a partir de Josué de Castro. Tanto é assim que, a história da criação das instituições públicas voltadas para a problemática da alimentação confunde-se com sua própria trajetória de homem de ação. Com a sua perspectiva de que a fome, a má alimentação e nutrição, não são fenômenos naturais, mas sociais, direcionou os debates públicos em prol do bem-estar social.

Para ele, como vimos acima, esse estado de bem-social somente poderia ser atingido por meio de ações sociais e coletivas, como a implantação progressiva de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (isso já num quadro de reformas sociais mais sérias, como a reforma agrária). Apenas assim poderia se transformar em realidade o direito humano universal à alimentação harmoniosa.

Desde os anos 1930, Josué de Castro pautava que a questão da alimentação não era suficientemente problematizada. Nos dias atuais, esta continua sendo uma realidade. O fenômeno da fome ainda não é suficientemente problematizado como uma questão que deva ser analisada de forma sistêmica, envolvendo políticas econômicas, políticas públicas de saúde, de educação e de cultura.

As intervenções do Estado se mantêm voltadas para a pobreza e exclusão, sem ampliar seu eixo de abrangência nas políticas públicas de uma maneira que produzissem mudanças no modelo de desenvolvimento social, que contemplem a trajetória da alimentação humana em sua totalidade – da produção e do abastecimento, passando pelas dimensões culturais da alimentação e finalizando no consumo e seus impactos na saúde e nutrição das populações.

Recentemente, o Governo Federal recoloca o problema da fome na pauta política através do Programa Fome Zero e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que têm como objetivos principais: o combate à fome, viabilizando o acesso a uma alimentação de qualidade; atendendo a necessidade de programas de alimentação e nutrição para grupos populacionais nutricionalmente vulneráveis; controlando a qualidade dos alimentos; promovendo campanhas educacionais de hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis, para assim garantir uma Segurança Alimentar e Nutricional.

O SAN (2004) vem buscando um diálogo e uma articulação com os mais variados campos do saber, para debater o problema de forma complexa, envolvendo diagnósticos especializados diversos (de químicos, economistas, antropólogos, sociólogos, etc.) numa tentativa de analisar as influências e conexões dos mais variados fatores que interferem nas

manifestações do fenômeno da fome. Esta manifestação da fome é denominada pelo Programa de Segurança Alimentar como estado de Insegurança Alimentar – IA (IBGE, 2006).

Nesse contexto, cabe citar o Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (PL nº 6.047/2005), em tramitação no Congresso Nacional, que define a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como:

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2005, art. 3).

O que representada um grande avanço nas políticas de alimentação. Contudo, um estudo do Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas (CPN)⁵², aponta uma séria deficiência nos sistema de informação sobre a situação da fome no Brasil, enfatizando que o país estaria tentando combater a fome sem saber qual o real quadro da desnutrição no País. De acordo com o secretário-executivo do comitê, Roger Shrimpton, o Brasil apresenta um paradoxo – tem as melhores condições e um conjunto muito bom de programas, mas o sistema de informações em Moçambique é melhor do que o brasileiro.

Para Shrimpton (2010)⁵³, o problema do Brasil está nos dados que não revelam os índices sobre a fome oculta, os casos das carências alimentares de vitaminas A, ácido fólico, iodo e anemia, situações que aparecem em populações aparentemente alimentadas. Segundo o relator, existe uma estimativa no país de que um pouco mais da metade das crianças brasileiras tenham algum grau de anemia, apontando que no Norte e no Nordeste estão os maiores índices de desnutrição.

Segundo o levantamento das Nações Unidas, o próximo presidente brasileiro terá de criar uma nova estratégia de combate à fome, acelerando a reforma agrária, promovendo uma reforma tributária e ampliando os programas sociais de ajuda alimentar. Além disso, a ONU sugere metas claras e um preciso calendário para que tais ações comecem a ser realizadas, solicitando um monitoramento, por parte das autoridades brasileiras, dos programas e planos implantados no país.

Diagnóstico esse que Josué de Castro havia realizado nos anos de 1940-1960. Se equiparamos os dados de insegurança alimentar, pode-se observar ainda uma disparidade

⁵² Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação.

⁵³ Correio Popular Digital, publicado por Eco-Debate em 01 de mar. de 2010. Disponível em <http://www.terra.com.br>. Acesso em 15 de mar de 2010.

regional entre Norte e Sul e ainda a existência de dois Brasis (situação evidenciada pelos romancistas sociais brasileiros da geração de 1930, e pelo próprio Josué de Castro).



Mapa (3) – Mapa atual da fome⁵⁴

Fonte: IBGE/PNDA-2004⁵⁵

As prevalências de insegurança alimentar nas cinco Grandes Regiões do País, apresentadas nesse Mapa (3), ratificam a conhecida desigualdade entre as regiões brasileiras. Nestes dados do IBGE (2004), mostra-se que no Sul do Brasil mais de 75% dos domicílios tinham garantido seu acesso à alimentação durante a pesquisa, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Entretanto, no Norte e no Nordeste, mais de 7 milhões de pessoas vivem

⁵⁴ Ver anexo – tabela com a população de cada região.

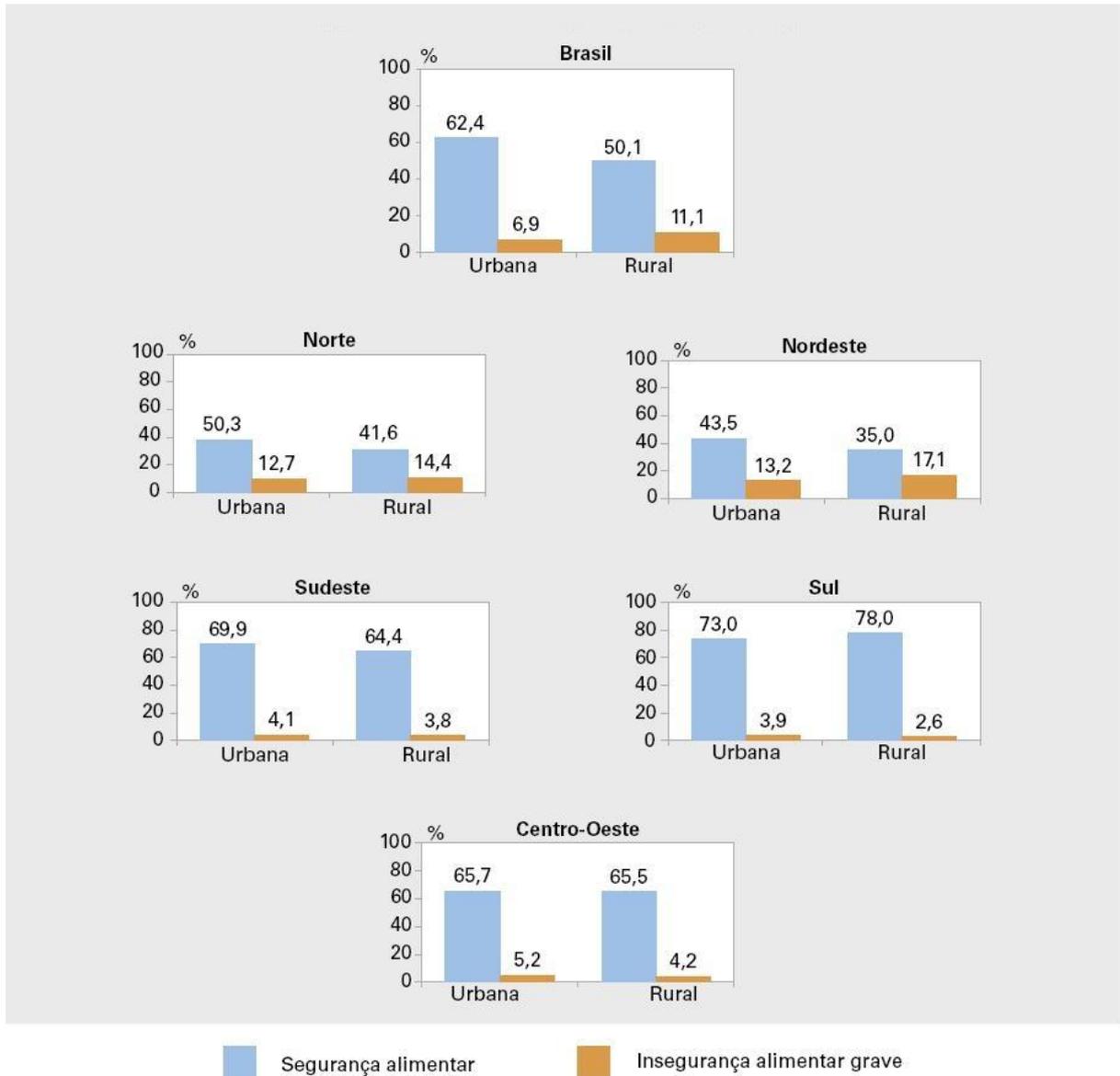
⁵⁵ A PNAD identifica “insegurança alimentar” quando ao menos um integrante do domicílio se preocupou com falta de dinheiro para comprar comida (leve); perdeu qualidade na dieta por falta de dinheiro (moderada); reduziu a quantidade de alimentos por falta de dinheiro (grave); e Segurança alimentar quando todos os integrantes da família têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas

com restrição alimentar, com índices de insegurança alimentar grave que variam de 3,1 a 3,6 vezes maior que o do Sul⁵⁶.

A desigualdade regional é confirmada mais uma vez quando é analisada a situação de residência da população urbana e rural. No Norte e Nordeste a insegurança alimentar grave apresentou proporções mais elevadas na área rural, enquanto que nas outras três regiões ocorreu algo inverso, a insegurança grave foi detectada na área urbana. A proporção da população rural do Nordeste com IA grave era de 17,1%, e de 13,2% para a população urbana, sendo que a Região Norte apresentou menor diferença entre esses percentuais: 14,4%, na área rural e 12,7% na urbana. Nas demais regiões, onde essa relação se inverte, a proporção de população rural vivendo em domicílios em condição de IA grave foi substancialmente menor, tendo sido a maior de 4,2%, observada no Centro- Oeste, seguido do Sudeste (3,8%) e Sul (2,6%).

Gráfico (1) Índice de Segurança Alimentar no Brasil urbano e rural

⁵⁶ IBGE, 2004



Assim, percebe-se que mesmo com o déficit nos dados, apontados pelo Relatório ONU-Brasil/2010, os números revelam que o Brasil apresenta a mesma *modernização seletiva* que Josué já retratava nos seus tempos de infância nas Mocambópolis recifense. Mantém-se a retratação de dois Brasis, um convidado para o banquete e o outro sem pratos cheios para por na mesa. Sendo este último o dos seres humanos que consomem taxas diárias baixíssimas de calorias, sem ao menos realizar uma refeição qualitativa por dia. O que tornava essa gente homens sem cérebros. São apenas “uma cabeça equilibrada em cima do corpo” (CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o personagem Josué de Castro não foi uma tarefa muito fácil, haja vista a multiplicidade de conhecimento em que esse se aventurou. Seu pensamento pode ser estudado pelos mais variados caminhos do conhecimento – Medicina, Nutrição, Geografia, Sociologia, Antropologia, Política e Economia. Para se debruçar sobre seu pensamento é preciso muito fôlego, e por muitas vezes nos perdemos no universo de atividade e ações que o menino Josué se inseriu.

Toda definição sobre seu pensamento, a partir apenas de um viés científico, pode ser considerada reducionista. Mas, não seria reducionista dizer que a sua ciência era o homem, era a relação do homem com o mundo social e natural. Embora este lamentasse pelo menino Josué que lhe puxava o casaco, é este menino que o leva a grandiosidade de estar no palco do pensamento social brasileiro.

Assim, acredito que a investigação do projeto individual de Josué de Castro pode captar que este personagem está no rol dos intérpretes brasileiros, embora que nem sempre como agente individual, Josué de Castro foi consciente ou teve uma percepção mais elaborada da sua posição nem de suas ações, por ser um personagem inserido na teia social. Mas, essa teia social leva-o a elaborar seu projeto de ser no mundo, que aqui neste estudo identifiquei como um dos seus projetos de ser no mundo - a tradução de sua obra Geografia da fome num manifesto científico-político -, utilizando-se deste manifesto para traçar suas ações políticas de combate a fome.

Suas experiências se construíram, a partir e no momento histórico, através das relações de interdependências com seus interlocutores. Portanto, seu contexto social aparece em conexão a sua vida e a sua obra; e este mesmo contexto, influenciou na projeção nos dias atuais no Plano de Segurança Alimentar e que permite com que seus estudiosos confrontem dados e análises a situação alimentar no Brasil.

O fio condutor que guia nosso autor é o desenvolvimentismo tecnológico social, aquele tipo de desenvolvimento do homem pelo homem, que não se reduz ao econômico, que busca, a todo custo, realizar o sonho da igualdade social entre os povos. Por isso, Josué de Castro distingue cientistas, acadêmicos e escritores da função dos intelectuais; como um dos interlocutores de Sartre o cita: “um físico que se dedica a construir uma bomba atômica é um cientista. Um físico que contesta a construção de uma bomba é um intelectual” (SARTRE, 1994, p.7).

À sua percepção de ciência ligada ao enfrentamento dos problemas da humanidade, denunciou as condições desumanas em que se encontravam grande parte da população brasileira, sobretudo a nordestina. A intelectualidade brasileira silenciava sobre este problema, porque a fome é um instinto primário e, por isso, um tanto chocante para uma cultura racionalista como a nossa, que procura por todos os meios impor o predomínio da razão sobre o campo dos instintos na conduta humana

Assim, este engodo moral não entrou na pauta dos assuntos de ciência, eram romances, leituras não-obrigatórias nas academias, mas adequadamente ambientalizado nas rodas de cafés dos intelectuais à brasileira (MICELI, 2000). O autor de *Geografia da Fome*, entra nestas rodadas, nos palcos políticos, e, sobretudo, nas academias, advogando que é com o método científico que conhecemos a realidade incômoda de miserabilidade e exclusão em que se encontra o Brasil.

Para Josué de Castro, o processo de mudança social no Brasil iniciaria com a perspectiva de transformação dos homens de idéias. O que divide os homens não são as coisas, mas as idéias que temos das coisas (Castro, 1970). Não se poderia pensar um Brasil ideal, sucumbindo os direitos primários à uma parcela da população em favor das idéias dos ricos, de interesses particulares de uma ínfima parte da nação, alimentando nos pobres fatores extra-mundanos para sua condição na terra.

A “grande sociedade dos homens” que Josué de Castro descobriu, envolvia jogo de interesses que escravizavam seres humanos, criando cidades e lugares reprodutores do ciclo da fome, tal como o ciclo do caranguejo. Os homens-caranguejos, vivendo e sentindo como caranguejos ou numa nova roupagem em outras áreas, os homens-lixos, vivendo como catadores de lixo e se alimentando de detritos de outros homens, sem domicílios dignos, sem acesso a saúde, sem acesso à educação de qualidade.

Trazer para o debate político a temática da fome, eis o aspecto fundamental da obra de Josué de Castro. Mobilizado pela dramaticidade do referido tema, enfrentou-o em todos os momentos da vida, como professor, pesquisador, político, intelectual e cidadão. Aberta a ferida da fome, era necessário repetir que não se tratava de uma invenção: a morte implacável ronda o planeta.

Novas “geografias da fome” mantêm e recriam, no Recife e no mundo, a busca por outros Josués de Castro. Mesmo que, de acordo com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “o [nosso] país esteja vencendo a fome”, o fato é que ela continua presente na contemporaneidade como um problema mundial. É preciso repensar as estratégias de

desenvolvimento econômico e atentar para questões de instauração de uma cidadania planetária, capaz de religá-la aos problemas relativos ao meio ambiente, à utilização dos recursos naturais, às doenças, às guerras, à exclusão e à intolerância.

Esta dissertação é um trabalho inconclusivo. Para dar encaminhamento, pretendo estudar mais aprofundadamente os dados sobre a situação de Segurança Alimentar no país, focalizando no Estado de Pernambuco. Na tentativa de entender como são pensadas e monitoradas as políticas de combate a fome no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. (1996), A Atualidade do Método de Josué de Castro e a Situação Alimentar Mundial. Volume 34, n.3 e 4, **Revista de Economia e Sociologia Rural**. São Paulo: SOBER, jul./ dez.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. (2000), **O Rebelde Esquecido**; Tempo, vida e obra de Manoel Bonfim. Rio de Janeiro: Topbooks.
- ANDRADE, Manuel Correia. (1997), O homem, o cientista e o seu tempo. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, vol.11, n. 29, jan./abril.
- ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de,. (1997), “**Geografia da Fome**”: da lógica regional à universalidade. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, ano.3, n.13 jul-set.
- BARIANI, Edilson. (2008). Indivíduo, Sociedade e Genialidade: Norbert Elias e o caso Mozart. *Revista Urutagua*. Paraná, n. 8. Dez/jan/fev/mar. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br>. Acesso em maio de 2009.
- BASTOS, Élide R.; REGO, Walquíria D. Leão. (1999). **A moralidade do compromisso**. In. *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. Campinas: Olho d’ Água.
- BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. (2005) **Para uma sociologia dos intelectuais**. Mimeog. Texto apresentado no Seminário ‘A Sociologia da Cultura no Brasil e a obra de Sérgio Miceli’. Universidade de São Paulo, set.
- BOSI, Ecléa. (1994), **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. (2005a), **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. (2005b), **A ilusão Bibliográfica**. In. AMADO, J.; FERREIRA, M.M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- BOZZI, Maria Lethícia Galluzzi. (2009), O projeto civilizatório nacional do instituto de nutrição da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Disponível em no site <http://www.sbs20009.sociologia.com.br>. Acesso em 29 de jul. 2009.
- CANDIDO, Antonio. (1999), **Para pensar o problema da fome**. Folha de São Paulo, 29 de nov. Caderno C.
- CARDOSO, Tayguara Torres. (2008), **Sertão Nordestino, Desenvolvimento e População – Josué de Castro, Celso Furtado e o debate em torno da “Operação Nordeste”**. Disponível no site <http://www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em 29 de maio de 2009.

- CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. (2007), O pão nosso de cada dia nos daí hoje...Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.
- CASTRO, Anna Maria de. (2007), Mensagem por ocasião da Semana Josué de Castro. In. **Josué de Castro: perfil parlamentar**. Brasília: Câmara dos Deputados, 321p. (Perfil Parlamentar n.02)
- _____. (2007), Josué de Castro – Semeador de idéias. In.: FERNANDES, Bernardo Maçano. GONÇALVES, Carlos Walter Porto (orgs.). **Josué de Castro: vida e obra**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular.
- CASTRO, Anna Maria de. (Org.). (1978), **Fome, Um Tema Proibido** - escritos de Josué de Castro. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes.
- CORRÊA, Mariza. (1998), **As Ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF.
- COSTA, Diogo Valença de Azevedo. (2009). **As raízes ideológicas da sociologia de Florestan Fernandes: socialismo e crítica da dependência cultural nas ciências sociais brasileiras**. Recife: Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. [Tese de Doutorado].
- COSTA LIMA, Marcos. (2007), A humanidade de Josué de Castro. In. **Josué de Castro: Perfil Parlamentar**. Marcelo Mario de Melo e Tereza Cristina Wanderley (Orgs). Brasília: Câmara dos Deputados, 321p. (Perfil Parlamentar n.02).
- ELIAS, Norbert. (1980), **Introdução à sociologia**. São Paulo: Martins Fontes.
- ELIAS, Norbert. (1990), **O Processo Civilizador** – uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert. (1994), **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert. (1995), **Mozart: sociologia de um gênio**, 1995. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert. (2001), **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FILHO, Djalma Agripino de Melo. (2003), **Uma hermenêutica do ciclo do Caranguejo**. In. Josué de Castro e o Brasil. Manuel Correia de Andrade...[et ali], São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- FREYRE, Gilberto. (1998), **Casa-grande & Senzala**. 34. ed. Rio de Janeiro: Record.
- FURTADO, Celso & CASTRO, Josué de – Operação Nordeste: dois nomes, duas opiniões. (1959), **Revista O Observador Econômico e Financeiro**. Rio de Janeiro, abril. núm 278, p.29.
- GINZBURGO, Carlo. (1987), **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras.

- GRAMSCI, Antônio. (1985), **Os intelectuais e a organização da Cultura**. 5ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: civilização brasileira.
- LEVI, Giovanni. (2000), **Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista em Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEVI, Giovanni. (2005), **Usos da biografia**. In. AMADO, J.; FERREIRA, M.M. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Lima, Eronides da Silva. (1997), **Gênese e constituição da educação alimentar**: a instauração da norma. Tese de doutoramento, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (mimeo.)
- LOWY, Michael. (1998). **Ideologias e ciência social** elementos para uma análise marxista. 4. ed. São Paulo, Cortez.
- LUDERMIR, Bernardo. (1983), Josué e as circunstâncias, In: Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro: Depoimentos. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE.
- MAGALHÃES, Rosana. Fome: uma (re)Leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.
- MANÇANO, Bernardo; WALTER, Carlos. (2000), Josué de Castro: vida e obra. São Paulo: Expressão popular.
- MANNHEIM, Karl. (1982), **Karl Mannheim**: sociologia. FORACCHI, Maria M. São Paulo: Ática.
- MANNHEIM, Karl. (1986), **Ideologia e Utopia**. 4 ed., Rio de Janeiro: Guanabara.
- MARQUES, Armando (1983), Josué de Castro: sua figura de professor, In: **Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro**: Depoimentos. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE.
- MARX, Karl. (2002), **Ideologia alemã**. São Paulo: Centauro.
- MELO, Marcelo Mário de; WANDERLEY, Tereza Cristina (Orgs). (2007), In. **Josué de Castro**: perfil parlamentar. Brasília: Câmara dos Deputados, 321p. (Perfil Parlamentar n.02)
- MILLS, C. Wright. (1965). **A imaginação sociológica**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar.
- NASCIMENTO, Renato Carvalheira. (2003). **Josué de Castro**: o sociólogo da fome. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, [Dissertação de Mestrado].
- NIEDERLANG, Marcel. (1958), A fome dos outros. In: **O Drama Universal da Fome**. Rio de Janeiro: ASCOFAM, 1958

- NIVALDO, José. (1983), **Josué de Castro** – um angustiado diante da fome. In. Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro: Depoimentos. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. (2005), **Gilberto Freyre**: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: UNESP.
- PÉCAUT, Daniel. (1990), **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo, Ática.
- PERNAMBUCANO, Octávio. (1983), Josué de Castro, In: **Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro**: Depoimentos. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. (1991). **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo, T. A Queiroz.
- RIBEIRO, Darcy Ribeiro. (1995). **Josué de Castro**: o cidadão do mundo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- RICUPERO, Bernardo. (2005). Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Revista Estudos Avançados**, vol.19, n.53. São Paulo Jan./Apr.
- SANTIAGO, Vandek. (2008), Josué de Castro: **O gênio silenciado**. Recife: Bagaço.
- SARTRE, Jean-Paul. (1994), **Em defesas dos intelectuais**. Rio de Janeiro: ática.
- SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro**: por uma agricultura de sustentação. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Campinas. [Tese de Doutorado]
- SHNEIDER, 2008. O método biográfico em Sartre: contribuições do existencialismo para a psicologia. **Revista de Estudos de Pesquisas Psicológicas**. Rio de Janeiro, v.8 n.2, ago.
- SILVA, Tânia Elias Magno da. (1998), **Josué de Castro**: para uma poética da fome. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [Tese de Doutorado]
- TARANTO, Giuseppe Di. (1993), **Sociedade e subdesenvolvimento na obra de Josué de Castro**. Belém: CEJUP.
- VELHO, Gilberto. (2006), Ciências sociais e biografia individual. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 38, julho-dezembro.
- VILLAS BOAS, Gláucia. (2002), **Os portadores da síntese**: sobre a recepção de Karl Mannheim. Cadernos CERU, série 2, n°13.
- WEBER, Max. (1974), **Ciência e Política – duas vocações**. São Paulo: Martins Fontes.

BIBLIOGRAFIA CITADAS DE JOSUÉ DE CASTRO

- CASTRO, Josué. (1932). **O Problema da Alimentação no Brasil**: seu Estudo Fisiológico. [Monografia para Livre-Docência em Fisiologia]. Recife: Faculdade de Medicina, 1932.
- _____. (1935). A Questão do Salário Mínimo. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio/ Departamento de Estatística e Publicidade, 1935.
- _____. (1936). **Alimentação e Raça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1936), **Mocambo**: habitação hygienica. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8 mar.
- _____. (1937). **A Alimentação Brasileira À Luz da Geografia Humana**. Porto Alegre: Globo.
- _____. (1957). **Documentário do Nordeste**. São Paulo: José Olympio.
- _____. (1938). **Fisiologia dos Tabus**. São Paulo: Melhoramentos/ Nestlé.
- _____. (1939). **Geografia Humana**: Estudo da Paisagem Cultural do Mundo. Porto Alegre: Globo.
- _____. (1946). **Geografia da fome**: a fome no Brasil Rio de Janeiro: O Cruzeiro.
- _____. (1948). Função Social das Universidades. In: *Ensaio de Biologia Social*. São Paulo: Brasiliense (1957).
- _____. (1951). Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os Problemas de Alimentação e de População do Mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro.
- _____. (1954). A Cidade do Recife: Ensaio de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- _____. (1957). *Ensaio de Biologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1968). **O Livro Negro da Fome**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1965). **Sete Palmos de Terra e um Caixão**: Ensaio sobre o Nordeste, Área Explosiva. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1971). **Estratégia do Desenvolvimento**. Lisboa: Seara Nova, 1971.

_____. (1954), **Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os Problemas de Alimentação e de População do Mundo**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1954.

_____. (1955), **Os três Personagens**. Rio de Janeiro: Livraria Ed. Casa do estudante, 1955.

_____. (1963), **Entrevista a Pedro Bloch**. Rio de Janeiro: Revista Manchete.

_____. (2001). **Homens e Caranguejos**. [Romance]. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2005), **Geografia da Fome. O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.

ANEXOS

ANEXOS

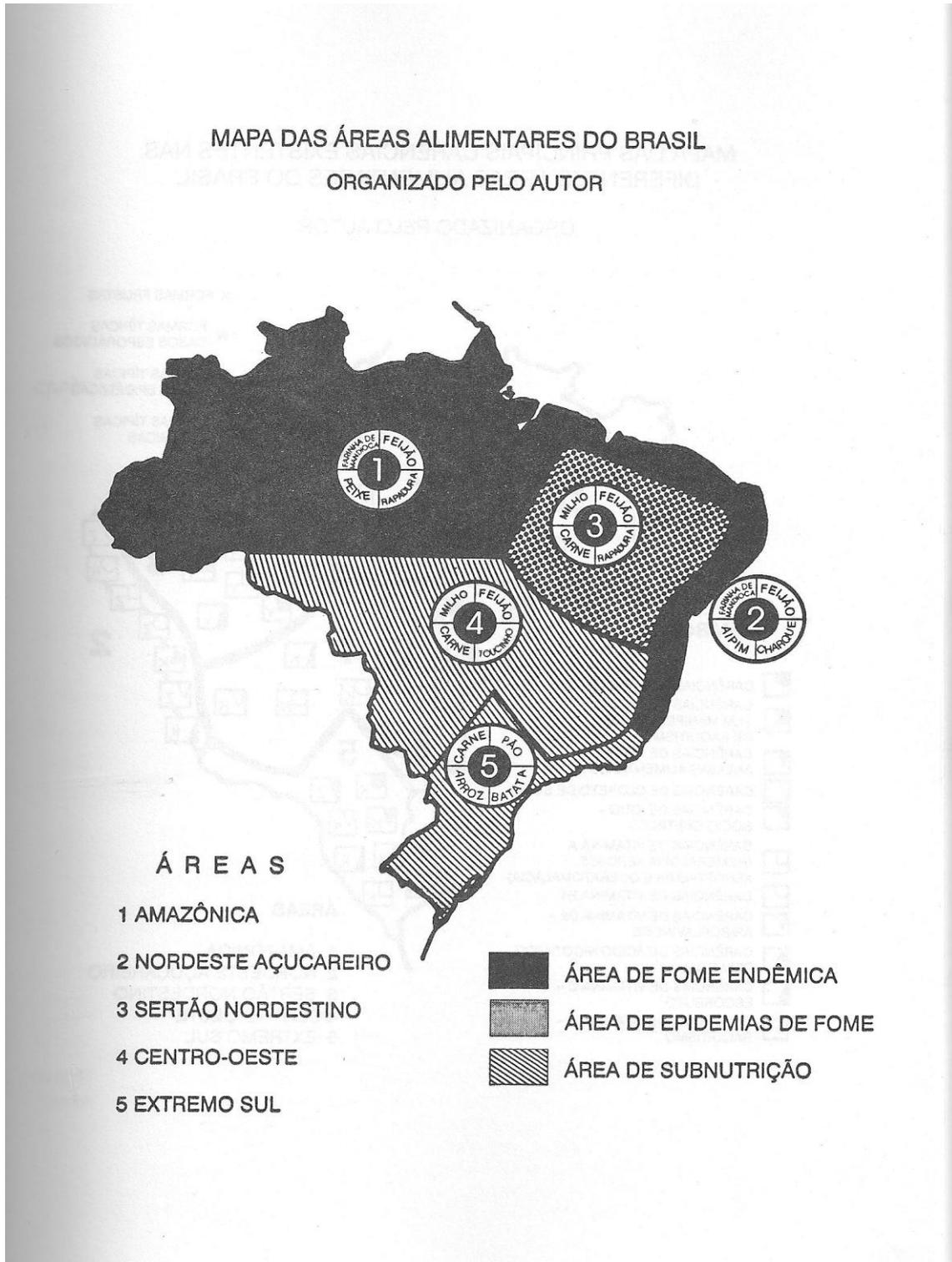
ANEXO 1. MAPA ELABORADO POR JOSUÉ DE CASTRO EM 1937.



Mapa 4 – Zonas Alimentares do Brasil

Fonte: CASTRO, Josué de. (1937). A alimentação brasileira à luz da geografia humana. Porto Alegre: Livraria do Globo.

ANEXO 2. MAPA DA FOME ELABORADO POR JOSUÉ DE CASTRO EM 1946



ANEXO 3. MAPA DAS CARÊNCIAS ALIMENTARES ELABORADO POR JOSUÉ DE CASTRO

